

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARCOS ULISSES CAVALHEIRO

**Diplomática Contemporânea como parâmetro de contextualização da
informação em arquivos pessoais: o caso Clarice Lispector**

SÃO PAULO

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARCOS ULISSES CAVALHEIRO

**Diplomática Contemporânea como parâmetro de contextualização da
informação em arquivos pessoais: o caso Clarice Lispector**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e Informação
Orientadora: Profa. Dra. Cibele Araujo Camargo Marques dos
Santos

SÃO PAULO

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Cavalheiro, Marcos Ulisses

Diplomática Contemporânea como parâmetro de contextualização da informação em arquivos pessoais: o caso Clarice Lispector / Marcos Ulisses Cavalheiro ; orientadora, Cibele Araujo Camargo Marques dos Santos. -- São Paulo, 2019.
130 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão corrigida

1. Arquivologia 2. Arquivos Pessoais 3. Diplomática Contemporânea 4. Identificação Arquivística 5. Clarice Lispector I. Araujo Camargo Marques dos Santos, Cibele II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Nome: CAVALHEIRO, Marcos Ulisses

Título: Diplomática Contemporânea como parâmetro de contextualização da informação em arquivos pessoais: o caso Clarice Lispector

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 18/04/2019

Banca examinadora

Profa. Dra. Vânia Mara Alves Lima

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo

Julgamento: APROVADO

Profa. Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal Fluminense

Julgamento: APROVADO

Profa. Dra. Simone Silva Fernandes

Curso de Pós-Graduação em Gestão Arquivística

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Julgamento: APROVADO

Dedico esta conquista, o título de mestre, à minha amada Vó Nália, por nunca me deixar desistir dos sonhos: nem dos grandes, nem dos pequenos. Este sonho, que também era o seu, se materializa neste trabalho. O seu neto é mestre, vovó!

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela vida.

Aos meus pais, **Adriana** e **Luis**, e ao meu irmão **Felipe**, pelo que somos: família, sinônimo de amor inesgotável. O meu porto seguro!

Ao **Charley Luz**, pela amizade e todo o apoio, acadêmico e emocional, em minha jornada de mestrado. Obrigado, querido professor!

À Profa. **Sílvia Estevo**, minha professora de língua portuguesa e literatura da Escola Castro Alves, que me inspirou a mergulhar no universo das Letras, e também a ser professor. Meu carinho, respeito e admiração eternos...

À **Cecília Mônaco**, pela amizade, motivação e paciência ao meu ouvir falar sobre as felicidades e, ao mesmo tempo, angústias da vida acadêmica... Ah, e pelos ensinamentos e “risos de nervoso” do mundo editorial. Obrigado, amiga!

À Profa. Dra. **Ana Maria de Almeida Camargo**, pela inspiração no campo da Arquivologia e dos arquivos pessoais, e pelas ricas contribuições prestadas no exame de qualificação. Muito obrigado, professora!

Às Profas. Dra. **Vânia Lima**, Dra. **Clarissa Schmidt** e Dra. **Simone Fernandes**, que tanto me inspiram como pesquisador e professor, pelas recomendações e esclarecimentos que trouxeram à dissertação. Que honra as ter em minha defesa! O meu “muito obrigado” acompanhado de carinho, respeito e admiração...

À Profa. Dra. **Cibele Araujo Camargo Marques dos Santos**, minha querida orientadora, por sonhar comigo o sonho de escrever sobre Clarice Lispector e seu arquivo, pela prontidão, gentileza e delicadeza de todas as nossas conversas... Por ter me ensinado a ser, além de professor e pesquisador, um ser humano melhor. Muito obrigado!

À equipe do **Arquivo-Museu de Literatura Brasileira**, especialmente à **Eliane Vasconcellos** e ao **Eduardo Ribeiro**, pela orientação na pesquisa do fundo Clarice desde

a minha iniciação científica. Gratidão!

Aos meus **ex-alunos, alunos** (e **futuros alunos**), pela confiança e disposição em me ouvir, sempre com tanta empolgação. Descubro estar no “caminho certo” quando vejo *olhinhos* atentos brilhando juntos aos meus... Acreditem: tenho, em minha ainda jovem carreira de professor, aprendido tanto mais com vocês do que vocês comigo. Muito obrigado!

Ao **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação** e seus docentes, à **Escola de Comunicações e Artes** e à **Universidade de São Paulo** e seus colaboradores, pela oportunidade de me formar mestre nesta instituição, militante da democratização do acesso à informação e ao conhecimento.

GRATIDÃO!

RESUMO

CAVALHEIRO, Marcos Ulisses. **Diplomática Contemporânea como parâmetro de contextualização da informação em arquivos pessoais: o caso Clarice Lispector**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Os arquivos pessoais possuem seu tratamento e preservação justificados pelo valor histórico, cultural e testemunhal que assumem a respeito das personalidades que os acumularam; por essa razão, devem ser (re)considerados nos campos da Ciência da Informação e, especialmente, da Arquivologia. Devido aos limiares, sobretudo da informalidade e da subjetividade, refletidos em seus documentos, esses acervos foram, diacronicamente, contemplados aquém do arcabouço teórico e metodológico dos referidos domínios e de seus processos. Por conseguinte, o tratamento da informação a eles conferido se deu por preceitos, princípios e métodos desalinhados ao que denominamos, nesta investigação, “racionalização arquivística”, abordagem baseada no *respect des fonds* (e seus desdobramentos), pela qual os arquivos pessoais passam, pois, a ser concebidos enquanto tais: arquivos, conjuntos de documentos orgânicos cuja procedência são pessoas (físicas). Na Diplomática Clássica, pouco provavelmente os registros particulares seriam passíveis de análise e crítica; todavia, uma vez revisitada pela Arquivologia, assume um caráter, apesar de também crítico, voltado à terminologia e à funcionalidade, para além da formalidade, da qual são esses documentos, comum e facultativamente, desprovidos. Nesse sentido, a metodologia passa a se ocupar da verificação dos contextos de produção e das atividades, mandatórias ou espontâneas, que dão origem aos documentos, em perspectiva contextual. Dessa premissa, temos por objetivo geral a proposta de refletir acerca da contextualização da informação em arquivos pessoais, bem como seus limiares, no domínio da Arquivologia, por meio da práxis da identificação de tipologia documental no fundo Clarice Lispector, custodiado pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, pautada em levantamento bibliográfico e documental, e no estudo de caso do arquivo da modernista. Nesta, foram, pois, identificados e relacionados os tipos documentais que compõem as seis séries de gênero textual do vigente quadro de arranjo do arquivo Clarice. Almejamos, ao final, evidenciar a relevância do “percurso diplomático” (à identificação arquivística) como parâmetro de contextualização desses acervos, bem como revisão e perspectivas de organização de sua informação.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal. Informação Pessoal. Diplomática Contemporânea. Identificação Arquivística. Clarice Lispector.

ABSTRACT

CAVALHEIRO, Marcos Ulisses. **Contemporary Diplomatic as a parameter of contextualization of information in personal archives: Clarice Lispector's case.** 2019. 130 p. Dissertation (Master in Information Science) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The personal archives have their management and presentation justified by the historical, cultural e testimonial value regarding the personalities who have accumulated them; thus, they are out to be (re)considered within the fields of Information and, specially, Archival Science. Due to the challenges, withal informality and subjectivity reflected on their documents, such collections have, diachronically, been contemplated short from the theoretical and methodological framework development of the referred domains and their processes. As a result, the information treatment given out to them occurred through precepts, principles and methods misaligned with what we have denominated, in this investigation, “archival rationalization”, a *respect des fonds* (and its outspreads) based approach, through which personal archives and then conceived as such: archives, collection of organic documents whose provenance are people. In the classical theory of Diplomatic, the personal archive documents would unlikely be subject to analysis and criticism; however, once revisited by Archival Science, it assumes a character, despite also critical, focused on terminology and functionality, beyond formality, of which they are common and facultatively devoid. In this sense, such methodology tends to be concerned about verifying the contexts of production and the mandatory or spontaneous activities that pin down documents, under contextual perspective. From this premise, our general objective is the proposal to reflect about the contextualization of information in personal archives, as well as their thresholds in the Archival Science domain, through the praxis of documental typology identification in Clarice Lispector's private archive, held by the Brazilian Literature Archive-Museum. It is a qualitative and exploratory research, based on bibliographical and documental survey, as well as on the modernist writer's case study. In this were identified and reported the documental types which make up the six textual-genre series of Clarice's archive's current arrangement scheme. We aim to evidence the relevance of the “diplomatic route” (to archival identification) as a parameter of contextualization of such archives, and also as a review and perspectives of organization of their information.

Key-words: Personal Archive. Personal Information. Contemporary Diplomatic. Archival Identification. Clarice Lispector.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE <i>CORRESPONDÊNCIAS</i>	116
QUADRO 2 – RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE <i>PRODUÇÃO INTELECTUAL</i>	117
QUADRO 3 – RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE <i>DOCUMENTOS PESSOAIS</i>	117
QUADRO 4 – RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE <i>DIVERSOS</i>	117
QUADRO 5 – RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE <i>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</i>	118
QUADRO 6 – RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE <i>RECORTES</i>	118
QUADRO 7 – RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE <i>DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS</i>	118

LISTA DE SIGLAS

ACL – Arquivo Clarice Lispector

AMLB – Arquivo-Museu de Literatura Brasileira

CI – Ciência da Informação

CL – Clarice Lispector

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

ECA – Escola de Comunicações e Artes

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

IMS – Instituto Moreira Salles

USP – Universidade de São Paulo

PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

PAP – Programa de Arquivos Pessoais

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: um recorte arquivístico	18
2.1 Documento e Informação na Ciência da Informação	19
2.2 Arquivologia e Ciência da Informação	26
2.3 Documento e Informação na Arquivologia	29
3 OS LIMIARES DOS ARQUIVOS PESSOAIS NA DIMENSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DA ARQUIVOLOGIA	36
3.1 Os arquivos pessoais e a premissa da racionalização arquivística	37
3.2 Questões de terminologia e funcionalidade em arquivos pessoais	42
3.3 Transcendendo os limiares: um “percurso diplomático” pelos arquivos pessoais	45
4 A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA AOS ARQUIVOS PESSOAIS: dos limiares às possibilidades	56
5 DO PERCURSO DIPLOMÁTICO À IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: relato do fundo Clarice Lispector	63
5.1 De Haia à Clarice: um “percurso bio/documental”	63
5.2 Clarice em arranjo: um “percurso diplomático”	73
5.2.1 Série <i>correspondência</i>	75
5.2.2 Série <i>produção intelectual</i>	87
5.2.3 Série <i>documentos pessoais</i>	97
5.2.4 Série <i>diversos</i>	103
5.2.5 Série <i>documentos complementares</i>	111
5.2.6 Série <i>recortes</i>	112
5.2.7 Série <i>documentos iconográficos</i>	115
5.3 Tipologia documental no fundo Clarice Lispector: relação sumária	115
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	123

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação, intitulada *Diplomática Contemporânea como parâmetro de contextualização da informação em arquivos pessoais: o caso Clarice Lispector*, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), cuja área de concentração é “Cultura e Informação”, essa que, por sua vez, abarca a linha de pesquisa “Organização da Informação e do Conhecimento”, sob orientação da Profa. Dra. Cibele Araujo Camargo Marques dos Santos. Alinhamos nossa abordagem investigativa na referida linha, haja vista que nela são contemplados os “Estudos teóricos e metodológicos relativos à organização do conhecimento e da informação, e de sua circulação para fins de acesso, recuperação e uso”, por meio da “construção de linguagens documentárias e outras ferramentas de organização da informação (...), observando-se características linguísticas, semióticas, terminológicas e comunicacionais dos conteúdos documentários e dos grupos receptores (..)” (ECA, 2013, *online*).

Fazendo-se, pois, jus ao domínio selecionado para desenvolvê-la, a CI, temos por objeto de pesquisa a “informação registrada” na dimensão dos arquivos, que são reuniões naturais de documentos que refletem, provam e testemunham a execução de funções e atividades competentes às pessoas físicas e/ou jurídicas; nesta investigação, a “informação” com a qual lidamos, além de registrada e institucionalizada no ambiente arquivístico, é “pessoal”, haja vista que procede e diz respeito às personalidades e o desempenho de suas atribuições, ora ditadas por regulamentação, ora por espontaneidade. Nesse sentido, é interessante que compreendamos, de antemão, a “tríplice dimensão” do objeto da própria Arquivologia na contemporaneidade, o qual, conforme Heredia Herrera (1993), engloba, além do “arquivo”, o “documento de arquivo” e a “informação registrada”, conceitos por meio dos quais a CI e a Arquivologia se aproximam e se consolidam “parceiras” na definição de um arcabouço teórico e metodológico tangente aos processos de “produção”, “organização” e “representação” da informação registrada. Dentre esses processos, diríamos que a “organização” é também norteadora dos objetivos almejados nesta investigação, à medida que diversas das questões levantadas, bem como das perspectivas suscitadas são dedicadas à contextualização da informação e sua organização intelectual nos arquivos pessoais.

Devido à imprecisão formal que os caracteriza, os arquivos pessoais foram, diacronicamente, concebidos à margem do desenvolvimento teórico e prático da Arquivologia, se comparados, por exemplo, aos arquivos públicos ou aos demais privados. Por essa razão, inclusive, os documentos particulares foram, historicamente e tradicionalmente, custodiados em bibliotecas, museus, centros de documentação e instituições de memória, e, por conseguinte, organizados e representados em conformidade com princípios e métodos não necessariamente arquivísticos, o que impediu, aliás, que esses acervos fossem compreendidos como “arquivos”. Neste trabalho, buscamos conduzir as discussões entorno à concepção dos arquivos pessoais, e o processamento lógico de sua informação, por meio dos princípios elementares do conhecimento arquivístico, com vistas à reflexão e às perspectivas aos limites. Portanto, como distinguir um “arquivo pessoal” de uma coleção de documentos particulares? Como conceber uma metodologia de organização da informação pessoal, pautando-a nas bases intelectuais da Arquivologia? Quais as possibilidades e limites de sua aplicabilidade perante as informalidades e demais propriedades desse segmento de acervo? Eis algumas das indagações que permeiam nosso processo investigativo.

Embora representem um desafio à teoria arquivística, os arquivos pessoais devem ser contemplados nesses domínios, dado o seu valor histórico e científico, e seus usos informacionais na condição de “patrimônio”, “herança cultural” e “fonte primária” a respeito de seus titulares, uma vez que esses conjuntos documentais refletem, ou, ao menos, evidenciam, as relações estabelecidas pela personalidade em sua trajetória de vida e carreira. Tendo em vista a sua relevância, justificamos, assim, no âmbito da Ciência, a emergente necessidade de reconsiderarmos esses acervos na dimensão social e aplicada dos estudos arquivísticos e da informação. Particularmente, justificamos o interesse no desenvolvimento desta pesquisa, além de nossa afinidade para com o objeto e o domínio, como uma possibilidade de prosseguir e avançar com os resultados sobre práticas de levantamento de tipologia documental, arranjo e descrição em arquivos pessoais e literários, iniciados, em 2012, em seu trabalho de conclusão de curso da licenciatura em Letras, intitulado *O método arquivístico e a pesquisa literária: uma experiência com Clarice Lispector*¹. Outrossim, referindo-se à personalidade e à documentação privada da modernista, renomada e influente na representação da literatura e da cultura brasileiras, justificamos, pois, a relevância social desta pesquisa.

¹ A monografia resultou da pesquisa de iniciação científica, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Temos por objetivo geral a proposta de refletir sobre a contextualização da informação em arquivos pessoais, bem como seus limites, no domínio da Arquivologia, por meio da práxis de identificação de tipologia documental no fundo Clarice Lispector. Para tanto, são nossos objetivos específicos: revisitar elementos históricos e conceituais da CI, com vistas à contemplação do diálogo estabelecido com a Arquivologia, a partir da abordagem do “documento” e da “informação”; analisar os conceitos de “arquivo”, “documento de arquivo” e “informação arquivística”, fundamentados na análise da literatura e nos princípios elementares da área, recortando-os ao contexto de produção documental privada e pessoal; comentar brevemente acerca dos diacrônicos desafios de referência, organização e representação da informação pessoal, sob a ótica da terminologia e da funcionalidade; propor a Diplomática Contemporânea como norteadora do processo de contextualização dos arquivos pessoais, relacionando-a à organização da informação; elencar o “percurso diplomático” à “identificação arquivística”, sugerindo-a como metodologia para o processamento intelectual da informação em arquivos pessoais, e; reportar a experiência de identificação arquivística, do levantamento bio/bibliográfico à caracterização tipológica das séries documentais, no arquivo particular de Clarice Lispector, custodiado no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

Em termos de metodologia, esta investigação caracteriza-se, essencialmente, como teórica, haja vista que esse segmento de pesquisa está voltado à (re)construção de teorias, conceitos, ideologias e polêmicas (DEMO, 2000). Com esse respaldo, vislumbramos revisar conceitos e práticas direcionadas ao tratamento da informação em arquivos pessoais. A propósito, a produção científica que contempla questões e considerações acerca da organização da informação nesses arquivos, alinhadas aos processos em CI e Arquivologia, ainda é bastante restrita, quando comparada, por exemplo, às publicações dedicadas aos arquivos públicos e privados institucionais. Por essa razão, alegamos o caráter qualitativo e exploratório de nosso processo investigativo, ao passo que temos, então, trabalhado com base na descrição e na (re)construção de hipóteses (GIL, 1991). Para o desenvolvimento do *corpus* teórico e defesa das hipóteses, efetuamos o levantamento bibliográfico e documental, através da consulta à literatura nacional e estrangeira (em inglês, espanhol e francês), periódicos e portais de CI e Arquivologia.

A propósito, a metodologia, definida como um conjunto de procedimentos que, juntos, visam cumprir com determinados objetivos teóricos e/ou práticos, é apropriada na

pesquisa em Arquivologia em dimensões firmadas por eixos estruturais e/ou funcionais (THOMASSEN, 2006). A fim de efetuarmos o levantamento da problemática e a discussão das hipóteses vislumbradas nesta investigação, recorreremos ao “método funcional” e ao “método diplomático”, o qual, uma vez revisitado pela Arquivologia, critica o documento de arquivo (inclusive o pessoal), sua gênese, seu contexto de produção e formas física e intelectual para fins de identificação e medidas de organização e representação. Nesse sentido, demonstrou-se essencial, no âmbito da pesquisa bibliográfica, o diálogo entre as áreas de CI, Arquivologia e Diplomática, o que reafirma o caráter interdisciplinar da pesquisa (DELATTRE, 2006). Por meio da metodologia arquivística, contemplada no escopo das Ciências Sociais Aplicadas, anelamos compartilhar e instigar reflexões sobre o emergente esclarecimento de algumas pendências (conceituais e pragmáticas) da organização da informação em arquivos pessoais, direcionando, portanto, nossas hipóteses ao reconhecimento do conceito específico (a tipologia) dos documentos produzidos, recebidos e acumulados pelas personalidades.

Para a análise de dados e a discussão dos resultados almejados e alinhados com os objetivos desta dissertação, realizamos estudo de caso no arquivo de Clarice Lispector; para tanto, fizeram-se necessárias visitas técnicas ao AMLB, bem como consulta de seus instrumentos de gestão e acesso, e contatos (telefônicos e eletrônicos) com a equipe responsável pelo acervo de Clarice.

No capítulo 2, *Documento e informação na Ciência da Informação: recorte arquivístico*, visamos demarcar os sugeridos conceitos na CI, recortando-os, enfim, à dimensão arquivística pelas vias da materialidade da informação e sua institucionalização. No capítulo 3, *Os limiares dos arquivos pessoais na dimensão teórica e metodológica da Arquivologia*, revisamos os conceitos de “arquivo pessoal”, concebendo-os pela ótica dos princípios elementares da área, e seus métodos; comentamos sobre os diacrônicos desafios à Arquivologia, em termos de organização e representação, na perspectiva da terminologia e da funcionalidade, e; discutimos (e sugerimos) a Diplomática Contemporânea como metodologia norteadora do processo contextual e referencial da informação nesses arquivos. No capítulo 4, *A identificação arquivística e os arquivos pessoais: dos limiares às possibilidades*, propomos, do “percurso diplomático”, a aplicabilidade do método de identificação nos arquivos pessoais, como uma possibilidade ao transcender de seus limiares, evidenciados previamente. No capítulo 5, *Do percurso diplomático à identificação arquivística: relato*

do fundo Clarice Lispector, reportamos a experiência de aplicabilidade do método ao acervo privado da escritora, sob custódia do AMLB, a partir do estudo bio/documental, levantamento de tipologia documental e caracterização das séries. Ao final, registramos nossas considerações e referências consultadas.

2 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: um recorte arquivístico

*“A palavra é o meu domínio sobre o mundo.”
(Clarice Lispector)*

Abordar os elementos conceituais do “documento” e da “informação” é um processo de intenso – e instigante – mapeamento, tendo em vista sua ampla e difusa aplicação às diversas áreas do conhecimento que abrangem. Para além de sua cientifização, ambos os conceitos perpassam as nossas rotinas e vidas. Nesse sentido, a “informação” transmitida pelos telejornais não é, via de regra, a mesma “informação” que buscamos ao consultar o serviço de referência de uma biblioteca, tampouco aquela com a qual nos deparamos pelas nossas *timelimes* e *feeds*. De igual modo, o “documento” para o arquivista (*record*) não é, necessariamente, o mesmo para o cientista da computação (*file*). Segundo esse raciocínio, tal como o arquivista, o bibliotecário e o museólogo também organizam e representam a informação do documento, visando o propiciar do acesso; entretanto, em cada “unidade de informação” os documentos possuem configurações peculiares, e as informações, por sua vez, teores distintos.

Do “registro de nascimento” à “certidão de óbito”, estamos constantemente produzindo e recebendo informações e, pela ordem da burocracia, da tradição ou da vontade, documentando-as e acumulando-as. Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), a evolução dos suportes e registros do conhecimento e as decorrências sociais, políticas e econômicas do contexto de mundo pós 1945, chegamos a “uma explosão/caos informacional”. Nesse cenário, conforme sugere Johanna Smit, “(...) torna-se indispensável propor um recorte para melhor delimitar o conceito de informação na Ciência da Informação” (2012, p. 84). Neste capítulo, propomos uma análise e discussão dos conceitos supramencionados, delimitando-os e distinguindo-os no escopo CI e, mais precisamente, na perspectiva de sua ciência arquivística.

Em áreas do conhecimento inter e transdisciplinares, estabelecer limites conceituais faz-se necessário a fim de que não “percamos de vista” a devida identidade de um dado campo científico, apesar dos vínculos estabelecidos com os demais saberes. A CI, por exemplo, dialoga com a Documentação, a Linguística, a Lógica, a Diplomática,

a História, a Comunicação, entre outras, e, pelo compartilhamento, constitui suas bases teóricas e metodológicas em direção à organização e representação da informação registrada. Reiteramos a necessidade dessas demarcações em nossa área, pois "(...) a onipresença da informação parece já não ser portadora de informação alguma: se há informação em toda parte, se tudo pode ser considerado informacional, então nada é" (SMIT, 2012, p. 84). De igual modo, aplicamos esse raciocínio à concepção do "documento", cuja função é informar, provar e testemunhar: o documento de arquivo. A questão levantada é: Como, por quê e a quem o faz? Demonstra-se pertinente (e emergente) o recorte.

No contexto das ditas sociedade e era da informação e do conhecimento, cujos enunciados têm-se instaurado, sobretudo, na virada do último para o presente século, em que os discursos do "acesso" (à informação) e da "gestão" (do conhecimento) nos parecem tão emblemáticos, é fundamental que tracemos um norte de esclarecimento, no domínio da CI e de seus processos, com limiares bem definidos, sobre o referido "documento" portador da tal "informação" que nos conduz à construção de um dado "conhecimento". Afinal de contas, "A informação, como o alimento, é um bem. Do mesmo modo que a carência de alimento provoca a fome, a carência de informação provoca a ausência do conhecimento"; por essa razão, "a sociedade organiza seus estoques de informação (...) tendo em vista um único objetivo: que o sujeito os capture, promovendo a ação de conhecer" (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 9).

Adiante, apresentamos os nossos apontamentos acerca do "documento" e da "informação" na perspectiva histórica, social e aplicada da CI; posteriormente, conduzimos essa mesma discussão na ótica arquivística e; paralelamente, registramos nossas impressões e considerações acerca da abordagem conceitual proposta.

2.1 Documento e informação na Ciência da Informação

É importante considerarmos, de antemão, que "A Ciência da Informação não é um campo de estudo tão recente como seu nome pode sugerir", embora concordemos que "os avanços científicos e tecnológicos da humanidade foram alterando paradigmas, sendo o ponto culminante – até o presente momento – o advento da era digital no processo de difusão do conhecimento". Na perspectiva histórica da CI, "(...) isso não implica dizer que é um ramo do conhecimento científico que surgiu somente como a globalização

proporcionada pela rede mundial de computadores conhecida como *Internet*, como parece para muitos” (QUEIROZ; MOURA, 2015, p. 25). Antes, a CI surge da “explosão da informação”, no período pós 1945, da necessidade de registro e controle bibliográficos e transmissão de informação e conhecimento e do surgimento de novas tecnologias, sobretudo do computador, que, desde a década de 1960, passou a ser empregado no processamento da informação bibliográfica (PINHEIRO, 2002).

A CI parte do pressuposto de que a “informação”, para que seja utilizada sem restrições de tempo e espaço, é necessário que seja documentada (SMIT, 2012). Nesse sentido, o conceito de “informação documentária” ou “informação registrada” faz-nos, prontamente, considerar, no domínio em questão, a relevância da Documentação de Paul Otlet, com o seu basilar *Traité de Documentation*, de 1934, e de Suzane Briet, com o seu inquiridor *Qu'est-ce que la Documentation?*, de 1951. As produções de Otlet e Briet subsidiaram a definição e difusão de um campo do saber dedicado ao estudo da gênese ao processamento da "informação materializada", e nortearam aquilo o que compreenderíamos, mais tarde, por princípios, métodos e práticas desenvolvidas nos arquivos, nas bibliotecas e nos museus, e que precisariam estar alinhadas com as constantes (e, sarcasticamente, inconstantes) TICs.

Da procedência na Documentação, em seu surgimento, a CI deparou-se com a necessidade de elaborar um conceito científico de “informação” e, para tanto, baseou-se no conceito físico da *Teoria Matemática da Comunicação*², que privilegia os aspectos técnicos (materiais) da informação em relação aos semânticos, ou seja, o registro (documento) para além da mensagem (informação). Conforme observado por Araújo (2010), a imediata consequência desse modelo é a prioridade conferida aos processos de transferência da informação, que diz respeito à “(...) efetiva comunicação do conhecimento e seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação” (SARACEVIC, 1996, p. 47). Nesse sentido, a CI não se ocupa de outra “informação”, senão a “documentada” visto que apenas por essa prática garantimos sua observação, processamento e preservação. A respeito da formalização conceitual dessa informação e sua passividade/vinculação aos

² Proposta pelos engenheiros–matemáticos Claude Shannon e Warren Waever, em 1949, visando a síntese do conhecimento necessário ao entendimento da eficiência em sistemas de comunicação (KHINCHIN, 1957). Também conhecida como “Teoria da Informação”, apresentada como um “prenúncio ou mesmo inauguradora do campo” de CI (ARAÚJO, 2010).

processos documentários, destacamos o ensaio de Harold Borko *Information Science: what is it?*, de 1968.

Naquele momento, em que o então *Instituto Americano de Documentação* fora designado a *Sociedade Americana de Ciência da Informação*, havia uma emergente necessidade de distinguir a “documentação” da “informação” concernente àquela recente Ciência. Conforme o parecer de Borko, a CI é uma “ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seus fluxos e usos, e as técnicas, manuais e mecânicas, para seu processamento e otimização de sua armazenagem, recuperação e disseminação” (1968, p. 3). Por sua vez, a “Documentação é uma das diversas vertentes aplicadas da ciência da informação (...) direcionada à aquisição, custódia, recuperação e divulgação da informação registrada” (1968, p. 3, tradução nossa). Assim, compreendemos a área de Documentação como uma das quais estão contempladas no escopo da CI, manifestando-se, em termos pragmáticos, na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. Portanto, a CI se ocupa, de fato, da “informação”, mas afora o “documento”, pois nele a encontra: documento é registro de informação.

Em 1991, Michael Buckland publicou, no *Journal of the American Society of Information Science*, suas considerações acerca da natureza da “informação”, interpretando-a como processo (*process*), conhecimento (*knowledge*) e coisa (*thing*), evidenciando, pois, do conceito de *information-as-thing*, seu caráter material que tanto nos interessa enquanto área de CI. Na década seguinte, em 2003, o filósofo e neo-documentalista Rafael Capurro escreveu para o *Annual Review of Information Science and Technology* sobre *O Conceito de Informação (The Concept of Information)*, retomando as premissas bucklandianas, ao conceber a “informação” como algo ora tangível (coisa/documento), ora intangível (processo/conhecimento). De acordo com Araújo (2010), Capurro faz uma crítica ao modelo cognitivo da informação, por concebê-la como produto de um sujeito isolado; em contrapartida, apregoa o modelo social, por meio do qual a informação passa a ser compreendida como uma “construção”, tendo em vista que algo pode ser considerado “informativo” em um dado momento, e em outro não mais; tem relevância a um determinado grupo, mas a outro não necessariamente.

Na abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), em 2006, Bernd Frohmann, docente e pesquisador da *Faculty of Information and Media Studies/University of Western Ontario*, abordou *O caráter social, material e público da informação*, ressaltando, dentre as características que intitularam a

conferência, a "materialidade", haja vista que "(...) muito do caráter público e social da informação depende dela"; afinal de contas, "(...) sem a atenção à materialidade, grande parte das considerações sociais, culturais, políticas, e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem" (FROHMANN, 2006, p. 21). Ao se posicionar a respeito do conceito "mentalista" da informação, Frohmann justifica que "Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação" (p. 21), apropriando-se do pensamento de Michael Foucault quanto à materialidade dos enunciados para refletir acerca dos documentos, produtos da informação que se converte em matéria.

Sob a perspectiva foucaultiana, o canadense explica que "enunciado" não é sinônimo de "documento", mas o sentido material que lhe é conferido pode ser apropriado ao campo da "informação", e, particularmente, ao domínio da CI, pois nele também "(...)" para uma sequência de elementos linguísticos poder ser considerada e analisada, ela deve ter uma existência material" (FROHMANN, 2006, p. 22); assemelha-se, portanto, ao "enunciado" e à "informação" inscritos sobre papéis, livros e objetos; a propósito, é com esse parâmetro de informação (*como-coisa*) com o qual lidam os sistemas de arquivo, biblioteca e museu. Ainda tratando da ordem da materialidade, Frohmann alega que a massa de um enunciado/documento deverá responder pelos efeitos que gerar, e direciona o seu questionamento à compreensão de suas fontes de massa, energia, força e poder. Através desses recursos teóricos, Bernd aborda a questão da estabilidade dos enunciados (e, neste caso, da informação), referenciando a documentação como meio pelo qual, portanto, se estabilizam, se massificam e se empoderam.

Ainda com o referencial de Foucault, Frohmann comenta que a materialidade dos enunciados (e, de igual modo, da informação) pode ser analisada pelo grau de sua imersão institucional, e que "(...) as rotinas institucionalizadas estabelecem e mantêm as relações entre os enunciados, e lhes conferem peso, massa, inércia e resistência" (2006, p. 23). Semelhantemente, "Em CI, a informação, além de registrada, é institucionalizada, o que lhe confere um selo de qualidade" (SMIT, 2012, p. 87). Nesse sentido, ressaltamos a precisão dos sistemas de informação, tais como o arquivo, a biblioteca e o museu, e de suas práticas institucionais e documentárias em direção à organização e à representação da informação registrada e acumulada em seus acervos, de modo que essa informação (como-coisa) seja acessível e acessada, alcance os seus patamares intangíveis (*information-as-knowledge*) e seja assegurada a sua estabilidade.

Em CI, faz-nos sentido que a “informação” seja compreendida como uma mensagem, teor de cunho administrativo, jurídico, científico, comunicativo, literário, artístico, corporativo ou pessoal, e o “documento”, por sua vez, o seu canal de estabilidade e transmissão. No domínio dessa “jovem ciência”, parece-nos, ainda, contendedora a abordagem conceitual, pois, conforme coloca Rabello (2009), é importante que questionemos se a área, em si, já alcançou "maturidade científica" para o estágio de uma "ciência normal", no que tange o (auto)esclarecimento de seus conceitos e princípios. Aquém do absolutismo, no presente recorte, apresentamos as nossas impressões quanto ao ser e à razão de ser da “informação” e do “documento” na área de CI, reconhecendo-a como uma ciência “(...) baseada na noção das necessidades informacionais de certas pessoas envolvidas em trabalho social, e da relação com o estudo de métodos de organização dos processos de comunicação em um caminho que atenda estas necessidades informacionais (WERSIG; NEVELING, 1975, p. 33).

Na visão de Armando Malheiro,

Ciência da Informação é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenômeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamentos informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação e utilização da informação) (2006, p. 140).

Malheiro ressalva a dimensão social e aplicada da CI, e, ao tratar do “fenômeno info-comunicacional” tangente ao domínio, corrobora o pensamento de Wersig e Neveling (1975) e Saracevic (1996), relacionando as áreas da informação e da comunicação, e concebendo-as como fenômeno e processo, respectivamente. A qualidade “perceptível” e “cognoscível” desse fenômeno nos remete, prontamente, à caracterização da “informação” da qual se ocupa essa Ciência, segundo a concepção de Buckland (1992), ou seja, coisa (*information-as-thing*) – ou matéria, conforme insiste Frohmann (2006) – e conhecimento (*information-as-knowledge*). Em Malheiro, notamos que, a fim de que seja contemplado o “fenômeno info-comunicacional” em sua completude (isto é, da informação à comunicação, da comunicação ao conhecimento, e do conhecimento à informação), é necessário que se definam, pois, os processos norteadores do campo: produção, organização e disseminação/recuperação. Diríamos, pois, que tais processos sintetizam o ser, a razão de ser e o *quehacer* da CI.

Capurro e Hjørland reiteram que a CI "Se ocupa com a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, disseminação, transformação e uso da informação, com ênfase particular na aplicação de tecnologias modernas nestas áreas" (2007, p. 186). Nesse sentido, "A produção da informação, definida por nós como estruturas significantes, operacionaliza-se através de práticas bem definidas e se apoia em um processo de transformação orientado por uma racionalidade técnica que lhe é específica"; dessa forma, "Todas essas atividades orientam-se para a organização e controle dos estoques de informação, para uso imediato ou futuro". Aldo Barreto ainda comenta que "Este repositório de informação representa um estoque potencial de conhecimento, e é imprescindível para que este se realize no âmbito da transferência da informação. Contudo, por ser estático, não produz, por si só, qualquer conhecimento"; logo, "As estruturas significantes armazenadas em bases de dados, arquivos, bibliotecas ou museus possuem a competência para produzir conhecimento, mas que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida ente a fonte (os estoques) e o receptor" (BARRETO, 1994, p. 2).

Das Ciências Documentais à Ciência da Informação, Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro definem e sintetizam que a informação da CI se refere ao "Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas em qualquer suporte material (...)" (2002, p. 18); de igual modo, Barreto (2002) alega, em *A Transferência da Informação Para o Conhecimento*, que essas "estruturas simbolicamente significantes" possuem a competência e a intenção de gerar o conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade: "A informação, em nosso entender, se qualifica como um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, pois sintoniza o homem com a memória de seu passado e com as perspectivas de seu futuro" (p. 1). Para tanto, a documentação demonstra-se imprescindível enquanto prática dinâmica, inteligível, democrática e mediadora dos processos que perpassam os sentidos da informação no âmbito dessa Ciência, isto é, da gênese à difusão, e da informação ao conhecimento, concepção esta que se alinha, por exemplo, às abordagens e às inter-relações da "informação" e do "documento" em Bernd Frohmann (2006) e Johanna Smit (2012).

Embora intimamente atreladas à Documentação, as definições de "documento", em Paul Otlet e Suzane Briet, penduram correntes no domínio da CI, em termos cognitivos de forma, formato e funcionalidade. Otlet o define como o "(...) registro do pensamento humano e da realidade exterior em elementos de natureza material" (1934,

p. 10); Briet, por sua vez, sugere o conceito de “documento” como o “(...) registro concreto ou simbólico, conservado, ou registrado para representar, recompor ou evidenciar um fenômeno físico ou intelectual” (1951, p. 10, tradução nossa). Ambos defendem que o conceito de “documento” não se restringe à textualidade: Briet, inclusive, exemplifica que uma “estrela”, embora não possa ser considerada “documento” no céu, sua representação física, em fotografia ou pintura, e institucionalização (neste caso, no museu), viabiliza o seu aporte documental. Assim, defendemos que, da Documentação à CI, a noção de “documento” se estrutura na perspectiva da materialidade (BUCKLAND, 1992; FROHMANN, 2006) e da institucionalização em unidades de informação (ARAÚJO, 2010; SMIT, 2012).

Lopez Yepes (1997) retoma a etimologia do “documento” (do latim *doceo* e *disco*, ensinar e aprender, e *mentum*, instrumento) para comentar sua evolução semântica; segundo o pesquisador e bibliotecário espanhol, "o documento pode ser considerado instrumento de cultura, instrumento de conhecimento e fixação da realidade, mensagem no processo de informação documental e fonte de conhecimento científico" (p. 13, tradução nossa). Lopez Yepes afirma que, do ponto de vista da CI, o registro "(...) é a célula viva do processo documental, ou seja, do processo informativo que permite aproveitar permanentemente nossas informações para obtenção de novas informações"; logo, "(...) o documento é mais do que um suporte físico carregado de informação para se converter em uma fonte de documentação, mas em uma fonte de nova informação" (p. 15-6, tradução nossa). Alinhado aos atributos materiais e institucionais que demarcam o documento na CI e na dimensão de seus processos, em síntese, esse documento pode ser compreendido como o "portador e transmissor de mensagens recuperáveis que se transforma em seu desenvolvimento histórico e em sua capacidade de adequação à realidade especial, temporal e pessoal" (p. 16, tradução nossa).

A concepção de CI, para Guimarães (2013), está além do tradicional conceito norte-americano da década de 1960, fortemente ligado à informação científica e às novas TICs. Segundo o pesquisador mariliense, trata-se de "(...) um campo científico amplo, em que um conjunto de saberes, relativos aos processos e contextos da informação, se desenvolvam e nutram universos profissionais específicos", tais como a Arquivologia, "(...) e neles encontrem espaço de aplicabilidade e de avaliação dessa teoria e metodologias. Desse modo, o campo encontra-se visceralmente permeado pela relação indissociável entre teoria e prática" (p. 185). Tal como de Otlet à Frohmann, neste capítulo, vislumbramos uma análise conceitual com o intuito de esclarecer o sentido

material da "informação", isto é, o "documento", e compreendê-lo na perspectiva dos sistemas e dos usuários que se associam à CI e, especialmente, à Arquivologia. Adiante, traçamos o recorte.

2.2 Arquivologia e Ciência da Informação

Diz-se que a CI é uma área interdisciplinar, por recorrer a outras áreas do conhecimento para estabelecer o seu arcabouço teórico-metodológico, no que diz respeito à produção, organização, representação e disseminação da informação registrada e institucionalizada (*information-as-thing*). Sendo, pois, essa informação produto de análise e síntese da CI, e pela afinidade dos processos perpassantes da gênese a sua apropriação (da informação ao conhecimento), acreditamos que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, apesar da identidade epistemológica, e dos princípios, métodos e técnicas peculiares, são consideradas disciplinas, subáreas ou ciências da informação, contempladas no status científico, social e aplicado da CI, justamente porque, de forma complementar, cumprem com o “mandamento” do domínio, em perspectiva macro: democratizar e viabilizar o acesso à informação (como-coisa).

De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, a Arquivologia é a "Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e métodos a serem observados na produção, organização, guarda e utilização dos arquivos" (BRASIL, 2005, p. 37). Sobre as funções do arquivo, Thomassen (2006) comenta que, em primeira instância, ele serve para apoiar o gerenciamento operacional e administrativo, as ações e as transações, os processos de trabalho e a tomada de decisão (valor primário); posteriormente, adquire caráter testemunhal, servindo à construção da memória, à pesquisa histórica e à herança cultural (valor secundário). É interessante considerarmos que o princípio elementar dos processos da CI aplicados à Arquivologia, da produção à guarda ou eliminação, é o *princípio da proveniência*³, o qual estabelece que documentos com proveniências distintas não sejam mesclados, em termos de organização intelectual (arranjo), de modo que o contexto de produção, a gênese documental e os seus vínculos genéticos (organicidade) não se comprometam. Na

³ Em contramão aos esquemas de classificação temática, o arquivista-paleógrafo Natalis de Wailly propôs, em 1841, o princípio do respeito aos fundos, ou princípio da proveniência, que visaria recuperar e preservar o contexto de produção e acúmulo dos documentos custodiados pelos Arquivos Nacionais da França (CAVALHEIRO, 2017).

dimensão da CI, enquanto a Biblioteconomia e a Museologia recorrem à tematicidade (análise de assunto) para definir sua lógica de organização e representação, a Arquivologia o faz, idealmente, a partir da funcionalidade (análise de contextos, estruturas, processos, funções, atividades e tarefas).

Em contramão à corrente brasileira, os canadenses compreendem a Arquivologia como uma ciência, ou disciplina, peculiar e de caráter independente em relação à CI, justamente pelo fato de portar seus próprios princípios, métodos e processos (*Archival Science*). Rousseau e Couture (1998), em *Fundamentos da Disciplina Arquivística*, a conceituam e relatam suas atribuições nas seguintes vertentes:

Disciplina que rege a gestão da informação orgânica (arquivos) e pode assumir três formas: 1) uma unicamente administrativa (*records management*), cuja principal preocupação é ter em conta o valor primário do documento; 2) uma forma tradicional, que põe a tônica unicamente no valor secundário do documento; 3) uma forma integrada englobante, que tem como objetivo ocupar-se simultaneamente com o valor primário e secundário do documento. (p. 284).

Inicialmente, os canadenses, ao comentarem sobre o conceito de *records management*, reafirmam o status da Arquivologia como ciência auxiliar da Administração, visto que, nessa perspectiva, preconiza-se a racionalização do conjunto documental, visando estabelecê-lo como fonte de informações probatórias das ações e das tomadas de decisão executadas no contexto de uma dada entidade pública ou privada, especialmente jurídica (falar-se-ia em “gestão” de arquivos correntes e intermediários). Na segunda abordagem, remetem à visão classicista da Arquivologia, como ciência auxiliar da História, na qual são evidenciados a custódia e o tratamento de acervos, compreendidos como fontes primárias de pesquisa histórica, memória e patrimônio (falar-se-ia em “custódia” e “preservação” de arquivos permanentes). Em sua terceira concepção, tratam da Arquivologia enquanto ciência ora servindo à Administração, ora à História, simultânea e/ou diacronicamente, e essa perspectiva "englobante", do valor probatório (primário) ao testemunhal (secundário) (isto é, da produção ao trâmite, do trâmite à guarda ou expurgo), com a qual a corrente brasileira está alinhada, se respalda, em termos teóricos e metodológicos, e faz jus a princípios elementares da Arquivologia,

tais como a Teoria das Três Idades⁴, e dela emergem algumas abordagens contemporâneas do domínio, tais como a "Arquivística Integrada".

Em *Uma Primeira Introdução à Arquivologia*, Theo Thomassen (2006) esclarece que:

A Arquivologia é diferente de outras ciências por seus objetos, seus objetivos e suas metodologias. Seus objetos são: informação relacionada a processos, os processos através dos quais esta informação é gerada e estruturada e as circunstâncias sob as quais estes processos são moldados e executados. Seus objetivos são a análise de documentos como produtos e produtores de atividades sociais e, a um nível pragmático, o estabelecimento, desenvolvimento e conservação da qualidade de documentos e arquivos (disponibilidade, legibilidade, integridade, relevância, representatividade, temática, autenticidade e confiabilidade). Sua metodologia é usar processos de trabalho como estruturas representativas para análise de documentos e, no nível solicitado, estabelecendo, desenvolvendo e mantendo os vínculos entre informação e documentos, documentos e outros documentos, documentos e processos de trabalho e processos de trabalho e seu ambiente social. A Arquivologia melhora nosso entendimento dos aspectos documentais da interação humana, ajuda os documentos a desempenhar seu papel nesta interação, traz, avalia e ajuda a manter a ligação entre documentos e processos de trabalho, fornecendo as bases para o estabelecimento dos requisitos funcionais para sistemas de conservação, manutenção e uso de arquivos e documentos, além da fundamentação para uma política de avaliação, controle e recuperação de documentos eficiente e efetiva (p. 13-4, grifos nossos).

Thomassen parte do conceito de "informação registrada, decorrente e relacionada aos processos de trabalho" para demarcar o conceito de Arquivologia, cujo status científico é alavancado através da discriminação de seus objetos, objetivos e metodologias peculiares, o que se alinha à própria concepção de Ciência. O pesquisador holandês transcende o clássico paradigma dos arquivos enquanto, via de regra, objeto da Arquivologia, ao alegar que, na verdade, a mesma se ocupa da informação que é gerada e estruturada a partir da execução de processos, ou seja, do cumprimento de atividades e funções cabíveis a uma dada pessoa jurídica ou física (a proveniência), o que ressalva, no domínio em questão, o princípio da naturalidade⁵, por exemplo; a visão de Thomassen está alinhada, também, à corrente espanhola, pois, como sugere Antonia Heredia (1993), o objeto da Arquivologia é, na contemporaneidade, além do "arquivo" e do "documento de arquivo", a "informação de arquivo" (orgânica), reiterando-a, pois, no escopo da CI.

⁴ Teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário (BRASIL, 2005, p. 160).

⁵ Segundo este princípio, o documento de arquivo é "naturalmente" produzido e acumulado como reflexo de uma atividade administrativa e da ordem burocrática.

Além do mais, Thomassen comenta sobre os objetivos da Arquivologia, que são a análise de documentos, compreendidos como produtos dos processos de trabalho, e seus elementos constituintes (o que, entrelinhas, reafirma a contribuição da Diplomática como método de investigação em nossa área), visando a elaboração de sistemas (de arquivo), cujo propósito é a racionalização do conjunto documental, no que tange à concepção, organização, representação e acessibilidade; para tanto, em termos de metodologia, recorre à estrutura da própria entidade (jurídica ou física) e seus processos (lógica e fluxo funcionais), que são utilizados como "estruturas representativas" de análise, por meio das quais é garantida a preservação dos contextos de produção documental, o que, na dimensão dos princípios arquivísticos, faz jus, por exemplo, ao princípio da proveniência e seus desdobramentos⁶ (respeito aos fundos e ordem original).

Antes de demarcarmos os pareceres efetivamente arquivísticos dos conceitos centrais abordados neste capítulo, o "documento" e a "informação", acreditamos ser pertinente, à própria CI e à Arquivologia, transcendermos do conceito de "interdisciplinaridade", que as caracterizam emblematicamente, para o conceito de multidisciplinaridade, pois neste "(...) os interesses próprios de cada disciplina são preservados, conservando-se sua autonomia e seus objetos particulares" (MACHADO, 1995 apud KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 13). Portanto, embora se relacionem quanto à configuração, à materialidade, aos objetivos e aos processos, o "documento" e a "informação", na Arquivologia, não são, via de regra, ressalvamos, os mesmos na Biblioteconomia, na Museologia, tampouco na CI. "Trata-se, portanto, de um processo dialógico que requer interpenetração metodológica e uma (meta) linguagem compartilhada. O conhecimento produzido distingue-se, nessa medida, daquele existente nas disciplinas de origem" (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 13). Abre-se, assim, o viés para o recorte proposto.

2.3 Documento e informação na Arquivologia

A fim de refletirmos sobre as características que distinguem o "documento de arquivo" dos demais, faz-se preciso que concebamos, de antemão, a perspectiva "macro":

⁶ Há um primeiro grau do princípio da proveniência que permite isolar e circunscrever a entidade que constitui um fundo de arquivo no que respeita ao modo como se distingue de qualquer outro. Além disso, há um segundo grau que visa o respeito ou à reconstituição da ordem interna do fundo. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 83).

o "arquivo" diz respeito a uma reunião orgânica de documentos acumulados, produzidos e recebidos, por uma pessoa (jurídica ou física) no cumprimento de suas funções e atividades (ou dos processos de trabalho, como diria Thomassen), essencialmente para fins probatórios, administrativos, burocráticos e jurídicos (valor primário), e, posteriormente, preservados (ou não) por seu préstimo de informação, memória e testemunho (valor secundário). Em detrimento da proveniência, os arquivos são denominados como públicos ou privados, institucionais ou pessoais; em oposição ao acervo de biblioteca e museu, o acervo arquivístico, ou o *fundo*⁷, tem sua composição regida, fundamental e concomitantemente, pelos princípios da proveniência, da organicidade e da naturalidade⁸, o que nos conduz à compreensão de que um arquivo não seja, idealmente, concebido como uma reunião artificial de documentos. Bellotto (2004) afirma que a natureza desse conjunto documental é, portanto, além de probatória e informacional, orgânica, serial, contínua e cumulativa, e justamente a soma dessas características faz do arquivo uma instituição única e inconfundível.

Em CI, o "documento" pode significar qualquer "informação", desde que registrada e institucionalizada, como sugerem Buckland (1991), Frohmann (2006) e Smit (2012), por exemplo; o "documento de arquivo", por sua vez, é o registro de uma informação de funcionalidade específica, gerado para prova de um ato, e arquivado para testemunho de um fato. Segundo Luciana Duranti (1996), o "documento de arquivo" é caracterizado por sua autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade. Portanto, trata-se de um documento comumente revestido de precisão formal (documento autêntico) que registra uma informação fidedigna, reflexo da execução do processo de trabalho (documento imparcial), e que possui, sobre a proveniência, suas competências e seu conjunto documental, vínculos genéticos entre as suas unidades (documento orgânico). Ressalvamos que o "documento de arquivo" é produzido em decorrência do cumprimento de funções, atividades, tarefas e processos (documento natural) e, em contramão aos exemplares de livros, por exemplo, é produzido e acumulado por uma razão peculiar (documento único).

Ao reiterar o seu valor primário, Jenkinson (1922) afirma que o "documento arquivístico" é aquele pertencente a um determinado fundo, tendo ele sido gerado e

⁷ Na terminologia arquivística, *fundo* é sinônimo de arquivo, acervo natural e orgânico acumulado por um mesmo titular (entidade ou personalidade).

⁸Os documentos de arquivo não são colecionáveis, na dimensão "senso-comum" de colecionismo; antes, são produzidos naturalmente como decorrência das funções e atividades administrativas cabíveis a uma entidade, tendo em vista a tradição da documentação e/ou a burocracia.

utilizado no decorrer de uma transação administrativa ou executiva, pública ou privada. Ao evidenciar sua imparcialidade e autenticidade, o arquivista confere a esse documento o valor de prova das ações que justificam a sua produção. Nesse sentido, Duranti (1996) também interpreta o "documento de arquivo" como um "fato jurídico" que trata de um "fato histórico": por exemplo, uma certidão de casamento (documento arquivístico e fato jurídico) prova e testemunha o enlace matrimonial (fato histórico), garantindo a dois indivíduos os seus direitos devidos; um atestado de conclusão de curso (documento arquivístico e fato jurídico) conferido a um indivíduo prova e testemunha o êxito de sua jornada acadêmica (fato histórico), de modo que possa, a partir da outorga, gozar de todos os direitos e prerrogativas legais. Em relação aos demais documentos, o fio condutor para a concepção do "documento de arquivo" é justamente o "provar" e o "testemunhar", sincrônica ou diacronicamente. Os arquivistas canadenses afirmam que esse documento, especificamente, "é um conjunto constituído por um suporte e pela informação que ele contém, utilizáveis para efeitos de consulta ou como prova (...)" (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 41).

Thomassen (2006) sugere que a compreensão das peculiaridades do "documento de arquivo" proceda do conceito central da Arquivologia, o próprio arquivo. Em sua concepção, "Muitas pessoas têm alguma noção do que é um arquivo: seja ele grande ou pequeno, privado ou público (...), elas o reconhecem como uma coleção de documentos acumulados por pessoas, famílias, ou grupos sociais com o intuito de dar suporte as suas memórias" (p. 5). Além do valor informativo (função secundária), Schellenberg (2012) diria que os documentos de arquivo são dotados e, portanto, preservados, por seu valor de prova de funções, políticas, decisões, métodos, operações e outras atividades (valor probatório/função primária). O arquivista holandês ainda esclarece que "Um documento é a menor unidade de informação registrada com significado próprio, mas nem toda informação que pode ser recuperada sob forma documental é um documento de arquivo", visto que, ressaltamos, "Diferentemente de livros em uma biblioteca, que são produtos de uma atividade de coleção consciente, documentos arquivísticos (...) estão vinculados aos processos pelos quais foram gerados". Logo, se "(...) estão inseridos num processo, isto quer dizer que são gerados e estruturados por processos de trabalho", que são, em sua visão, "(...) uma cadeia de atividades coerentes, com um início e um fim, e direcionadas a um objetivo específico, (...) a razão para a existência, ou a missão, do produtor de documentos", e que também "estabelece vínculos entre os processos de trabalho, os quais tornam os arquivos um todo coerente" (p. 6).

Observadas as características que diferem o “documento” na CI e na Arquivologia, pelas vias da materialidade e institucionalização da informação, diríamos, em síntese, que o "documento de arquivo", é portanto, "(...) qualquer documento criado (produzido ou recebido, e retido para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica ao longo de uma atividade prática como instrumento e subproduto dessa atividade" (DURANTI, 2005, p. 7). Dessa premissa, resta-nos, portanto, esclarecer: a que informação fazemos menção ao pensarmos acerca desse documento? Seria a "informação arquivística" propriamente dita? Acreditamos ser pertinente o questionamento de sua existência mediante os contextos de uso e atribuição de valores (primário e secundário) do documento de arquivo e sua informação. Trata-se de uma investigação pertinente às áreas e aos processos abarcados nesta dissertação, pois "(...) os estudos de necessidade e uso de informação são importantes para a construção de sistemas em conformidade com a necessidade e o anseio social" (RABELLO, 2013, p. 161), recortados, nesta investigação, à própria comunidade arquivística.

O conceito de "informação arquivística" tem sido discutido (e amplamente aderido) entre os arquivistas canadenses e brasileiros, estreitando, pois, os vínculos entre as áreas de Arquivologia e CI (FONSECA, 2005). É interessante notarmos que a adjetivação dessa informação ocorre pela mera via da institucionalização e da custódia do documento que a transporta. Caso compreendamos, por exemplo, na vigência de seu valor primário, que a produção e o uso desse documento subsidiam a tomada de decisão, no ambiente organizacional, poderíamos, portanto, alegar que sua "informação arquivística" é, na verdade, "informação estratégica", e; uma vez preservado o registro por seu valor secundário, sua informação seria, por conseguinte, "histórica", e não necessariamente "arquivística". Segundo esse mesmo raciocínio (lógico e linguístico), caso decidíssemos arquivar e preservar os nossos documentos particulares, assim o faríamos pela salvaguarda de nossa "informação pessoal".

Calderón (2013) comenta que, embora recorrente na literatura da Arquivologia desde 1980, a existência da “informação arquivística” prossegue como uma incógnita: “Seria um significante pobre de significado ou um rótulo de moda?” (p. 15). Os pesquisadores e profissionais da área que compreendem a mensagem do "documento arquivístico" como "informação arquivística" a caracterizam por sua natureza orgânica, sua unicidade e sua capacidade de ser avaliada em termos de idade" (CALDERÓN, 2004), aludindo, pois, aos usos da informação recuperável desses documentos em suas fases corrente à permanente. Nesse sentido, qualificá-la como "arquivística" seria uma forma

de ascensão do contexto informacional no âmbito dos arquivos, justificável, por exemplo, pela perspectiva dos princípios do respeito aos fundos, da unicidade e do ciclo vital. Conforme esse pensamento, a "informação arquivística" é denominada em sinonímia à "informação orgânica", que é justamente "A informação gerada por processo de trabalho, e é estruturada de acordo com estes processos, de modo a possibilitar a recuperação e a interpretação contextual, mesmo em um outro momento ou lugar" (THOMASSEN, 2006, p. 7).

Ainda assimilando o "documento de arquivo" à sua mensagem, diríamos que a "informação orgânica" se distingue de outras noções de "informação" por ser esta coadjuvante ou resultante do cumprimento de funções, atividades e tarefas pertinentes ao titular do conjunto documental, e essa "(...) informação que está vinculada a processos de trabalho também tem, necessariamente, um caráter processual ela mesma" (THOMASSEN, 2006, p. 12). De acordo com Moreno (2007), a "informação arquivística" é importante ao funcionamento das organizações por ser a fonte de sua história e a autenticidade e transparência de suas ações. Assim, ressaltamos, enquanto vigora o valor primário do documento de arquivo, sua informação é consultada como insumo ao processo decisório; caso esse documento atinja o valor secundário, recorre-se a sua informação para fins de memória e consulta de ações e decisões decorridas. Nesse sentido, o *Conselho Internacional de Arquivos* aponta a "dupla função" da "informação arquivística": "no interesse da eficácia administrativa, ela será produzida, organizada, conservada, utilizada e, em parte, eliminada"; no interesse da pesquisa, será preservada e consultada por sua notoriedade "seja relativa à evolução das organizações acumuladoras, seja à história da sociedade que a produziu e conservou" (apud MORENO, 2007, p. 80).

Couture discute que "(...) diante do progresso tecnológico na *Era da Informação*, o arquivista, como os demais profissionais que atuam com a informação, precisa atravessar o muro do formato (o documento) em direção ao conteúdo, à informação" (1996, p. 8, tradução nossa). Ao tratar sobre os atributos dessa informação, Couture faz menção à produção de Buckland, reiterando, pois, o fundamento da materialidade (*information-as-thing*), e propõe um transcender de paradigmas: do formato à forma; do documento à informação. Nesse sentido, "não é, portanto, irrelevante o salto semântico da expressão "documento de arquivo" para "informação arquivística" (...) porque pressupõe uma nítida predominância do conteúdo sobre o suporte, mas sem negar sua importância enformadora" (MALHEIRO, 2002, p. 3). Logo, ao concebermos o objeto da Arquivologia na contemporaneidade (e ao definirmos os seus processos), precisamos

fazê-lo, conforme reitera Antonia Heredia (1993) em uma "tríplice dimensão": o "documento de arquivo", o "arquivo" e a "informação", quiçá arquivística. Para além do embate conceitual, sabemos, sobretudo, que a informação observada nesta investigação não é outra, senão a informação registrada, custodiada e recuperável no contexto dos arquivos. A arquivista espanhola garante que "arquivo", "documento" e "informação" são conceitos inseparáveis pelo mero fato de que "(...) os arquivos estão formados por documentos e estes são portadores de informação" (p. 121) que é orgânica, probatória e testemunhal.

A informação é, de fato, "(...) um dos elementos básicos para a inteligibilidade dos processos, sejam eles naturais ou culturais. Por isso mesmo, enfrenta-se dificuldade crescente para abordá-la nocionalmente" (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 9). Preconizamos o recorte conceitual a partir das características que demarcam o "documento" e sua "informação" na Arquivologia, aliando-as aos processos da área macro (produção, organização e representação) e à previsão de usos e usuários da informação no ambiente de arquivo. Acima da problemática e das questões de nomenclatura suscitadas, espera-se, no domínio da CI, que a informação registrada (arquivística ou não, orgânica ou inorgânica) se converta em conhecimento (*information-as-knowledge*), de modo que se viabilizem seus processos inteligíveis. Nesse sentido, passamos, pois, a contemplar os arquivos públicos e privados, institucionais e pessoais, como "verdadeiros laboratórios" de análise, síntese e difusão da informação orgânica (*information-as-process*).

O arquivo público é aquele cuja proveniência refira-se a uma "(...) entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país" (BRASIL, 2005, p.35). Logo, presumimos que os arquivos municipais, estaduais e nacionais se dediquem à custódia, ao tratamento e à preservação de documentos cuja procedência e/ou trâmite ocorram (ou tenham ocorrido) em instâncias públicas, visando democratizar o acesso à informação que, em termos funcionais ou estruturais, diz respeito à ação e aos interesses do Estado, bem como aos direitos e deveres dos cidadãos. Quanto ao arquivo privado, Heloísa Bellotto (2004) afirma que o mesmo se refere aos documentos produzidos e recebidos por entidades ou pessoas físicas de direitos privados. Nesse caso, o arquivo institucional pode ser compreendido como fonte de informação orgânica, gerencial, probatória e testemunhal de suas decisões e ações; o arquivo pessoal, por sua vez, reflete, por meio de seus documentos, a informação tocante à vida pública, privada, acadêmica e profissional de uma personalidade. Os arquivos empresariais são

mantidos nos departamentos e seções da entidade, devido aos recorrentes usos da informação de valor primário. Em contrapartida, os arquivos pessoais costumam ser recolhidos por centros de documentação, cultura e ciência, uma vez que seus usos informacionais são alavancados em valor secundário.

Aos interesses e objetivos almejados na dissertação, a abordagem conceitual proposta neste capítulo fez-se necessária, à medida que, nesta, temos por objeto de pesquisa os “arquivos pessoais” (e sua informação), que, segundo a ótica hierárquica do pensamento arquivístico, são, concomitantemente, arquivos privados e permanentes, cuja organização intelectual deve, necessariamente, de acordo com Bellotto (2004), ser realizada por fundos, ou seja, em conformidade com o *respect des fonds*. Adiante, no capítulo vindouro, propomos a definição desse segmento de acervo, cujos titulares são personalidades. Na dimensão da CI, nosso percurso investigativo está pautado no processo de "organização da informação", e, de igual modo, perfilado com a área de concentração e linha nas quais desenvolvemos esta investigação: "Cultura e Informação" e "Organização da Informação e do Conhecimento", respectivamente. Dessa premissa, e das questões conceituais suscitadas no presente capítulo, alegamos que, nesta dissertação, tratamos da "organização da informação pessoal", haja vista que "pessoas" também têm os seus "processos de trabalho" registrados, por mais subjetivos, abstratos, sensíveis, complexos, informais e desafiadores que pareçam ou, de fato, sejam.

Passemos ao capítulo 3.

3 OS LIMIARES DOS ARQUIVOS PESSOAIS NA DIMENSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DA ARQUIVOLOGIA

*“Pensar é um ato. Sentir é um fato.”
(Clarice Lispector)*

No decorrer da vida de uma pessoa, os documentos que produz, recebe e acumula provam e testemunham suas ações e reações, mesmo que parcialmente, haja vista que seus arquivos não designam, via de regra, produtos da ordem burocrática, como no âmbito institucional, à medida que muitos de seus "processos de trabalho" representam a expressão de pensamentos, sentimentos e ideias, os quais podem, espontaneamente, ser registrados, ou não. Em contramão aos arquivos administrativos, por exemplo, “Uma pessoa cria o seu arquivo a fim de atender as suas conveniências ou personalidade, e não porque uma lei, estatuto, regulamento ou política exige que ela o faça” (HOBBS, 2001, p. 128, tradução nossa). Dessa premissa, ao menos dois atributos inerentes à composição dos fundos pessoais⁹ são passíveis de observação: a maleabilidade na seleção das unidades documentais sobre o conjunto e a dispensabilidade de formalização de seus registros. Por essa razão, talvez, os arquivos pessoais tenham estado (e ainda estejam) à margem do arcabouço teórico e metodológico da Arquivologia.

Os arquivos de artistas, cientistas, escritores, médicos, professores e outras personalidades têm seu recolhimento, organização, representação e preservação justificados pela valoração histórica e patrimonial (valor secundário) de seus documentos, por meio dos quais as memórias individuais podem ser construídas, mantidas e difundidas em âmbito coletivo; "Por refletirem, mesmo que não totalmente, a vida de alguém, os arquivos pessoais fazem com que tenhamos a sensação de estarmos acompanhando a trajetória de seu titular (...)", o que nos conduz à percepção de que "Quanto mais os documentos desse arquivo revelam os pormenores, os eventos e as atividades desempenhadas pelo indivíduo, mais nos aproximamos de sua vida" (CAMPELLO, 2016, p. 67). No Brasil, alavancou-se a tradição de custódia, arranjo e descrição de arquivos pessoais, a princípio, com a atuação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), e com a criação de seu Programa de Arquivos Pessoais (PAP), que “tem por objetivo reunir, organizar e divulgar o acervo de arquivos

⁹ Os “fundos particulares” são reuniões orgânicas de documentos particulares, sinônimos de “arquivos pessoais”.

privados doados ao CPDOC desde 1973 até os dias atuais”, e é considerado o “pioneiro na definição de uma metodologia para tratamento de arquivos pessoais” (*Online*, 2012)¹⁰.

Conforme reitera Campello, "Todos nós desenvolvemos inúmeras funções e atividades ao longo de nossa vida. A trajetória de cada pessoa delimita especificidades ao conjunto documental acumulado por ela" (2016, p. 66). Nesse sentido, observamos, adiante, as peculiaridades desses arquivos no domínio da Arquivologia e na fundamentação de seus princípios elementares, alinhando-as aos processos da área macro, a CI; posteriormente, discorreremos sobre elementos de terminologia e funcionalidade, direcionando-os à compreensão da natureza do documento de arquivo pessoal e dos seus diacrônicos desafios de análise, síntese e referência. Ao final do capítulo, propomos um "percurso diplomático" para a assimilação e a proposição de questões referentes à organização da informação em arquivos procedentes das atividades executadas (e documentadas) por pessoas (físicas), questões essas que se estendem, ao menos, há quatro décadas. Entendemos que as reconsiderações efetivamente arquivísticas a respeito dos arquivos pessoais e seus limiares são necessárias (e emergentes), ao passo que "Viver em sociedade implica produzir, receber e acumular documentos. Estes são instrumentos essenciais para o funcionamento da vida em sociedade e, portanto, testemunhos da trajetória de qualquer pessoa" (CAMPELLO, 2016, p. 66).

3.1 Os arquivos pessoais e a premissa da racionalização arquivística

Abordar a perspectiva da "racionalização arquivística", como qualquer esfera intelectual e/ou técnica em Arquivologia, parte, necessariamente, da concepção de seu princípio elementar, a proveniência, o qual, ressaltamos, prediz que documentos com distintas procedências sejam, de igual modo, organizados e representados distintamente, de modo que o contexto de produção e a vinculação orgânica de um documento sobre os demais, no conjunto, sejam resguardados. Nesse sentido, a "racionalização" diz respeito à contemplação de um determinado conjunto de documentos sob a ótica da Ciência dos Arquivos. Duchein (1986) relata que nos *Archives Nationales de France*, até a década de 1840, os documentos acumulados e recolhidos de diversas instâncias e segmentos eram arranjados (logicamente dispostos) em cinco classes temáticas: os legislativos, os administrativos, os senhorios, os judiciais e os históricos. O teórico comenta que esse

¹⁰ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em 20 nov. 2018.

critério se demonstrou frágil devido à ruptura da organicidade e, sobretudo, à desordem provocada na recuperação de documentos e informações.

Visando o processamento (técnico e intelectual) individualizado, a reconstrução e manutenção da organicidade e da naturalidade da dita documentação, o arquivista-paleógrafo Natalis de Wailly "proclama", em 1841, o "Princípio da Proveniência", denominado por Duchein (1986) como a "reviravolta arquivística", uma vez que o "respeito aos fundos" acarretaria a transposição do impreciso paradigma dos textos e da tematicidade ao assertivo paradigma dos contextos e da funcionalidade, regente da racionalização em arquivos até a contemporaneidade, em comum acordo entre as correntes da área: brasileira, norte-americana, espanhola, holandesa, francesa etc. Ao comentar sobre o trabalho dos arquivistas australianos a respeito da aplicabilidade do Princípio, Terry Cook (1998) afirma que houve uma transposição da catalogação estática para um sistema de inter-relacionamentos dinâmicos, que enriquece a compreensão do complexo contexto de produção, recebimento e acúmulo de documentos. Aos arquivos pessoais, o *respect des fonds* demonstra-se substancialmente coerente e impreterível, haja vista que "Esses conjuntos documentais, além de refletirem as funções desempenhadas por seu produtor e seus interlocutores, contêm vestígios do seu caráter individual, ou seja, (...) traduzem a sua identidade ou identidades" (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017, p. 2). Eis o "arquivo do indivíduo" contemplado pelo "princípio indivíduo".

Mediante o processo de "racionalização", norteado pela demarcação da proveniência e dos contextos de produção de documentos e seus agentes, "O verdadeiro desafio dos arquivos pessoais consiste em identificar as inter-relações entre as atividades do titular e os documentos por ele produzidos/acumulados" (LOPEZ, 2003, p. 80). Dessa proposição, devemos considerar, ao menos, três aspectos que, idealmente, devem ser conciliados, apesar de, ao mesmo tempo, tornarem o processamento intelectual do arquivos pessoais, em relação ao perfil dos demais fundos, desafiador perante a Arquivologia: a complexidade do ser humano; a expressão da subjetividade e da espontaneidade (e seu reflexo na produção documental), e; a preconização por uma identificação objetiva e, aquém do devaneio, imparcial, o que nos parece mais próximo do executável quando, além de respeitado o fundo, definida uma terminologia precisa para referenciar e, por conseguinte, organizar e representar esses documentos. "Trata-se de verificar a funcionalidade desses documentos e as marcas das funções neles incorporadas, em seu contexto de uso" (CAMARGO; GOULART, 2007 apud CAMPELLO, 2016, p. 73).

Heloísa Bellotto (2004) compreende o arquivo pessoal como:

(...) o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (p. 266, grifos nossos).

Além da vastidão de gêneros e suportes, Bellotto evidencia o valor secundário (histórico, patrimonial e científico) do material que compõe os arquivos pessoais, e salienta o processo de transição da informação pessoal (individual) em conhecimento (coletivo). Em termos conceituais, o “arquivo pessoal” está contemplado na própria definição de “arquivo privado”, esse que, por sua vez, conforme a *Legislação Arquivística Brasileira*, diz respeito ao “(...) conjunto de documentos acumulados em decorrência de atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas (BRASIL, 2012, p. 17). Ao resgatarmos o conceito de "fundo", essencialmente pautado em "proveniência" e "organicidade", e a demarcação de "arquivo privado", compreendemos que o "arquivo privado/institucional" reflete, idealmente, em documentos, a trajetória, a missão, os valores, as competências e os processos de trabalho de uma dada organização; de igual modo, idealmente, "Os arquivos pessoais, de uma maneira geral, são constituídos de documentos que testemunham as relações pessoais e profissionais de uma pessoa ao longo da vida" (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 6).

Outrossim, reiteramos a questão da maleabilidade na formação dos fundos particulares, que é uma peculiaridade desse segmento de arquivo (e encarada como um limiar perante a teoria arquivística); afinal de contas, um artista somente receberá um "título de mérito" caso sua arte seja reconhecida; uma "carta de amor", logicamente, somente será redigida, caso o indivíduo ame e deseje expressar o amar, e a mesma deverá ser acumulada condicionalmente à reciprocidade do sentimento. Diríamos, pois, que "(...) o arquivo pessoal é onde a personalidade e os eventos da vida interagem" (OLIVEIRA, MACÊDO, SOBRAL, 2017, p. 2). Além do mais, "A produção documental de uma pessoa, muitas vezes, e principalmente no caso dos arquivos de pessoas públicas ou de destaque, recebe intervenção dos familiares e/ou amigos após sua morte" (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 6).

Camargo e Goulart comentam que "Os arquivos pessoais nem sempre são tratados à luz da teoria arquivística, e as razões desse desvio são várias e poucas vezes justificadas" (2007, p. 36). Cook (1998) atribui um parecer comportamental à problemática dos arquivos privados, sobretudo dos fundos pessoais, diante dos princípios e preceitos arquivísticos, uma vez que os próprios arquivistas que trabalham com esses conjuntos documentais enxergam seu material como o fariam os bibliotecários, os documentalistas e os historiadores. Esse afastamento da "racionalização arquivística" justifica o tratamento temático da informação pessoal, quadros de arranjo e instrumentos de pesquisa com baixo grau de complexidade, normatividade e, muitas vezes, coerência. Por um lado, "se reunidos por pessoas ou famílias, acabam por sugerir a adoção de critérios totalmente alheios ao sentido ou à lógica de sua acumulação (...)" por outro lado, como observa Frank G. Burke, "(...) ao contrário dos arquivistas que trabalham com documentos institucionais, o curador de arquivos pessoais tem total liberdade para organizá-los de forma a atender às demandas da pesquisa" (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 36). Dessa premissa, ressalvamos: "Os arquivos pessoais, por suas características informais, testam os limites dos princípios teóricos da Arquivologia (...)" (LOPEZ, 2003, p. 70).

Devido à imprecisão formal de muitos de seus registros, os arquivos pessoais foram, tradicionalmente, concebidos como "acervos especiais", "coleções especializadas", e, por conseguinte, recolhidos e tratados segundo preceitos desalinhados com o pensamento arquivístico, norteados pelo critério de reunião seletiva, ao invés de orgânica, e de organização e representação temáticas, ao invés de funcionais. Na literatura especializada norte-americana, é comum a referência aos documentos de arquivo pessoal enquanto *manuscripts*, *papers* e *collections*, uma vez que os *records* e *archives* remetem à percepção dos documentos procedentes da ação administrativa aplicada ao contexto organizacional. Oliveira (2010) explica que os *manuscripts* dizem respeito aos registros históricos e literários; os *papers* remetem aos documentos "convencionais" (textuais) e; as *collections*, por sua vez, retomam a ideia de artificialidade, distanciando-se, portanto, essas três concepções da "racionalização arquivística" regente desta investigação. Dentre as peculiaridades do arquivo pessoal, destacam-se a informalidade e a subjetividade na formulação de seus registros; Ducrot (1998), por sua vez, reitera que a organização desses fundos deve ser feita respeitando-as, e também aos princípios elementares da Arquivística.

Diversos documentos de arquivo pessoal são reconhecidos pelo desprovimento de elementos diplomáticos e padronização, uma vez que, em contramão à produção

documenta institucional, cujas formas e conteúdo são pré-definidos, esses costumam ser, na realidade, reflexos da espontaneidade, do sentimento, do pensamento e da vontade do indivíduo, caso ela exista. Por serem os arquivos pessoais, enfaticamente, uma reunião de documentos orgânicos, e apesar das provocações concernentes à dimensão teórica e metodológica da Arquivologia, seus princípios e métodos abrem o viés para (re)pensarmos as possibilidades e os limites de uma metodologia que, mutuamente, salvasse sua organicidade e desloque o ofuscamento do tratamento temático da informação à transparência do tratamento funcional, de modo a romper com limiares suscitados. Afinal de contas, “Mesmo com as especificidades do acervo pessoal, a Arquivística, munida de seus princípios, e da Diplomática, lança luz à organização de qualquer tipo de acervo com características orgânicas” (BARROS; TOGNOLI, 2011, p. 75).

Ressalvamos que à Arquivologia, não lhe interessa qualquer documento, senão o revestido de autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade (DURANTI, 1996). Para além da forma, conforme observamos, o documento de arquivo é reconhecido por seu valor probatório e testemunhal; "provar" e "testemunhar" são dispositivos diretamente relacionados à exposição de uma verdade, de um fato. A produção de documentos pessoais revela características predominantemente corroborais de seus titulares, haja vista que evidenciam sua intimidade, e, portanto, suas "verdades": Uma carta de agradecimento revela um sentimento, o da própria gratidão; um manuscrito de obra releva o processo criativo. Entre suas "verdades" registradas e arquivadas, "A aplicação de procedimentos arquivísticos a esse tipo de arquivo é possível e necessário na medida em que formam conjuntos orgânicos e autênticos, representantes das atividades que lhes deram origem", ainda que desprovidas de quaisquer obrigatoriedades, ainda que remetam, singularmente, ao sentir ou ao pensar. Portanto, "(...) devem receber um tratamento arquivístico efetivo, de forma a recuperar sua unicidade, organicidade e relação entre os documentos" (CAMARGO, 2009 apud CAMPELLO, 2016, p. 73).

Em contramão às coleções de documentos particulares, “Os arquivos pessoais refletem não apenas o que as pessoas fazem ou pensam, mas quem são, como enxergam e vivem as suas vidas” (HOBBS, 2001, p. 128, tradução nossa). Ao aliarmos a consideração de Catherine Hobbs ao enunciado da "racionalização arquivística", notamos que um fundo de arquivo literário, por exemplo, não deva ser constituído meramente por documentos que evidenciem a criação e a influência de uma personalidade na Literatura; antes, além dos rascunhos, manuscritos, datiloscritos e originais, é presumível que nos

depararemos com suas certidões, passaportes, registros e demais títulos privados do escritor. Aritéres (1998) alega que devemos arquivar o conjunto da vida diária, as cartas que recebemos e enviamos, os contratos que assinamos e os documentos que comprovem nossa rotina. Além do mais, o autor observa que o “arquivamento do eu” não possui uma mera função ocasional; antes, um indivíduo mantém seu arquivo para reconhecimento de sua identidade e controle de sua própria vida. Em suas palavras, “Devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, preparar o futuro e, sobretudo, existir no cotidiano (p. 14).

Embora não tenham sido apreciados na construção teórica e técnica da Arquivologia, tais como foram os públicos e privados institucionais, os arquivos pessoais devem ser contemplados em sua dimensão, pois, apesar dos limiares, conforme sugere Lopez (2003), seus princípios, “(...) paradoxalmente, os reforçam como única salvaguarda para que tais conjuntos não percam a unicidade e coesão arquivística que os caracterizam” (p. 80). Assim, "Em que pese à arbitrariedade que caracteriza sua produção e acumulação, estes documentos não deixam de ostentar funcionalidades típicas dos documentos de arquivo: são, também eles, instrumentos ou subprodutos de atividades ou eventos (...)" (CAMPOS, 2017, p. 54). Dessa premissa, abordamos, adiante, a Diplomática Contemporânea como metodologia de contextualização de arquivos pessoais, e parâmetro para sua devida organização e representação; todavia, coemos, antes, algumas das basilares questões de terminologia e funcionalidade que viabilizam a interpretação do documento em questão, o de arquivo pessoal, e sua referência a partir de uma proposta de especificação conceitual: a tipologia documental.

3.2 Questões de terminologia e funcionalidade em arquivos pessoais

No domínio das Ciências da Informação procedentes da Documentação, tais como a Arquivologia, os estudos de Linguagem, Linguística Aplicada e Terminologia demonstram-se pertinentes, uma vez que por meio deles são desenvolvidos os produtos de gestão, mediação e acesso em suas coleções (quadros de arranjo, vocabulários controlados, guias de acervo etc.). Particularmente, "A Terminologia é uma área interdisciplinar que dá suporte a várias disciplinas no estudo dos conceitos e sua representação em linguagens de especialidade" (LARA, 2004, p. 234). Respaldamo-nos

nessa área, e em sua acepção teórica e metodológica¹¹, pois acreditamos ser, inclusive, de ordem terminológica o desafio de referenciar, e, por conseguinte, organizar e representar a informação nos arquivos pessoais. Portanto, nesta investigação, o "conceito" em análise não é outro senão o de "documento de arquivo pessoal" na dimensão da terminologia arquivística, a "língua de especialidade" que nos interessa e diz respeito.

Ao mencionar a norma ISO 704 (*Terminology Work - Principles and Methods*), Lara (2005) reitera que a Terminologia, além de inter e transdisciplinar, é um campo que envolve a descrição, o ordenamento (níveis cognitivos) e a transferência do conhecimento (nível comunicacional), e que os seus elementos centrais são os "conceitos" e os "termos". Sobre essa relação, é interessante observarmos que "Os conceitos se referem a objetos e são representados por termos - designações dos conceitos - que são descritos através de definições" (LARA, 2004, p. 235). Nesse sentido, a noção de documento (o conceito), por exemplo, faz referência à informação registrada sobre um suporte (o objeto), e a definição desse conceito é executada conforme a atribuição do valor que o objeto em questão tende a assumir (fins de prova e/ou testemunho, no pensamento arquivístico). Desse raciocínio, emergem, em dimensão pragmática, alguns termos genéricos que nos são triviais, ao tratarmos de arquivos pessoais: cartas, certidões, manuscritos, passaportes, telegramas, entre outros que se expandem do conceito de "documento".

Na perspectiva da análise terminológica, faz-se necessária, ainda, a distinção entre a "palavra" e o "termo", pois enquanto a "palavra" diz respeito ao uso genérico do vocábulo (o documento), o "termo" o faz de modo particular, delimitado e, portanto, especializado (o documento de arquivo, o documento de arquivo pessoal). Aliás, a principal função da Terminologia é justamente "(...) observar as unidades da língua natural e da comunicação especializada, e propor a representação de conceitos através de termos" (LARA, 2005, p. 16). Estando a eliminação de ambiguidades formalmente contemplada entre os objetivos formais dos estudos terminológicos, ressaltamos que sua interface com a Arquivologia se demonstra pertinente (e emergente), pois os estudos arquivísticos têm sido desenvolvidos sobre uma tríade conceitual polissêmica e, sincronicamente, indivisível, por remeter ao seu objeto de pesquisa na contemporaneidade: o documento, o arquivo e a informação.

¹¹ "(...) fornece metodologia para a descrição, ordenamento e transferência do conhecimento, indicando princípios que regem a compilação, formação dos termos, estruturação de campos conceituais, uso e administração de terminologias" (LARA, 2004, p. 234).

Conforme sugerido pela norma ISO 704, a formação do "conceito" é essencial à organização do conhecimento, visto que por ele são definidos os meios necessários para o reconhecimento dos objetos e seu agrupamento em unidades significativas em um dado domínio (LARA, 2004). Portanto, na dimensão conceitual do domínio arquivístico, o "documento de arquivo pessoal" é o registro produzido ou recebido, e acumulado por uma personalidade, a proveniência, com a execução de atividades e das funções que assumir, mandatária e/ou espontaneamente. Hierarquicamente, o conceito de "documento de arquivo pessoal" (uma precisa informação registrada por e/ou sobre alguém) é subordinado ao conceito de "documento" (qualquer informação registrada). Ao caracterizarmos esse objeto, perpassamos, ao menos, a dois níveis de relação genérica: o documento é de arquivo (não é de biblioteca, tampouco de museu), e o arquivo é privado e particular (não é público, tampouco institucional). Essa relação viabiliza sua assertiva definição e, idealmente, deve nortear as medidas para sua referência, organização e representação em conformidade com a área (e linguagem) de especialidade.

Do documento e da relação entre os seus conceitos (superordenados e subordinados), podemos, ainda, estabelecer equivalências na terminologia arquivística, hierarquizá-las e defini-las nesse domínio. No ambiente de arquivo, o conceito geral do documento diria respeito à "espécie documental", que é a "Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas" (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 27); o conceito específico, por sua vez, equivaleria ao "tipo documental", que é a "Configuração que assume a espécie, de acordo com a atividade que a gerou" (p. 28). No caso dos arquivos pessoais, o termo "carta" (conceito geral, espécie documental), que representa uma mensagem escrita, datilografada ou digitada, enviada a/recebida por alguém, pode ser discriminado como uma "carta de agradecimento" (conceito específico, tipo documental), caso o destinatário/leitor (ou o arquivista) identifique que o dispositivo (a razão de ser, a função) desse documento seja, de fato, o expressar de gratidão.

O processo de subordinação do conceito de "documento de arquivo" pode ser compreendido sob uma provável perspectiva *perceana*. Segundo Lara, "Uma interpretação semiótica da relação "objeto/termo/conceito" afirmaria que o termo (o signo) remete ao conceito de uma forma dinâmica, via interpretante"; além do mais, "O triângulo semiótico utiliza uma linha pontilhada entre signo e objeto para mostrar a ambiguidade desta última noção e pôr em relevo que o interpretante não é o produto fixo dessa relação" (2004, p. 235), sobretudo ao nos referimos ao conceito de "documento",

cujos significados são múltiplos e transcendem a área de arquivos; nela, a análise documentária aliada à análise semiótica deve contemplar, além da tríade¹², a ideia de “contexto”, justamente “(...) para pensar a questão da construção e recepção do signo documentário, orientando a sua delimitação e definição enquanto um signo referencial e funcional” (LIMA, 1998, p. 102). Nesse sentido, demonstra-se substancial, a nós, o estudo da tipologia documental e a referência ao conceito de documento (de arquivo pessoal, neste caso) pela terminologia advinda desse levantamento.

Visando o esclarecimento terminológico e funcional para a referência dos documentos de arquivo pessoal, propomos, adiante, um percurso metodológico ancorado na Diplomática revisitada pela Ciência dos Arquivos, a Diplomática Contemporânea. Acreditamos que pela identificação de tipologia documental, o conceito específico do documento de arquivo, torna-se viável revisarmos as diacrônicas e sincrônicas pendências em termos de contextualização, organização e representação de arquivos pessoais, o que também implica, de certa forma, uma tentativa de ressignificá-los e reconsiderá-los na dimensão teórica e metodológica da Arquivologia; afinal de contas, para além dos limiares, como ressalva Ana Maria de Almeida Camargo (2009), *Arquivos pessoais são arquivos*. "Ao reconhecer o estatuto arquivístico dos conjuntos de documentos acumulados por pessoas, a autora renova a preocupação de tratá-los na chave daquilo que constitui a essência do quefazer arquivístico: o princípio da proveniência" (CAMPOS, 2017, p. 55).

3.3 Transcendendo os limiares: um “percurso diplomático” pelos arquivos pessoais

Em sua abordagem clássica, a Diplomática é uma ciência que visa compreender o documento escrito e sua estrutura formal, a partir da análise dos seus elementos intrínsecos e extrínsecos, com o objetivo de averiguar questões referentes a sua autoridade e autenticidade. Trata-se, portanto, de uma metodologia de análise e categorização, que divide o documento e, através das partes, critica a sua forma. Na Diplomática, a "forma" se refere ao conjunto das regras de representação utilizadas para transmitir, via documento, uma mensagem. Nesse sentido, referimo-nos tanto à forma intelectual (articulação da mensagem contida no documento) como à física (sua configuração, aparência) (DURANTI, 2015). Em Arquivologia, o método diplomático é apropriado no

¹²Signo, significante e significado.

processo de reconhecimento e demarcação do conceito geral do documento de arquivo e sua fórmula, a espécie, que é pré-estabelecida no discurso administrativo, jurídico e burocrático. De modo geral, a "Diplomática é uma atitude mental, uma abordagem, uma perspectiva, uma maneira sistemática de pensar sobre os documentos arquivísticos" (DURANTI, 2015, p. 214).

Junto à Paleografia, a Diplomática pode ser considerada uma ciência auxiliar da Arquivologia, haja vista que suporta seus processos de análise documentária. Enquanto disciplina concreta, surge no século XVI, ligada à questão da falsificação e das dúvidas sobre a autenticidade dos documentos medievais. Em 1643, os jesuítas franceses, liderados por Jean Bolland, publicaram o *Acta Santorum*, intencionados a avaliar, criteriosamente, a vida dos santos, distinguindo a realidade das lendas. Essa tendência enquadrava-se nos planos revisionistas de ordem teológica, advindos da Reforma e da Contra-Reforma. Na introdução do documento, *Daniel Van Papenbroeck*, jesuíta especialista no trato documental, declarou ser falso um diploma assinado pelo Rei Dagoberto I, preservado e reconhecido como autêntico, até então, pelos beneditinos da *Abadia de Saint Denis*. Indignados com a crítica, partiram para o que se denominou a *Guerra Diplomática*. Um beneditino dessa abadia, *Jean Mabillon*, em resposta à desconfiança, publicou, em 1681, *De re diplomatica libri VI*, no qual foram estabelecidas as regras fundamentais da crítica textual/documental (BELLOTTO, 2002).

Enquanto a crítica arquivística se atém ao conjunto documental de única procedência, às relações genéticas estabelecidas sobre seus registros e o todo, e a sua funcionalidade, a crítica diplomática se atém às unidades documentais e suas conformações. Duranti afirma que "A crítica diplomática parte da forma do documento em direção à ação iniciada ou à qual o documento se refere. Esta análise visa compreender o contexto jurídico, administrativo e processual em que os documentos sob análise foram criados" (2015, p. 209), haja vista que a observação desse contexto interfere, substancialmente, na formulação do registro e na conferência de sua valoração em detrimento do quesito "autenticidade". Por essa razão, "A estrutura da análise diplomática é bastante rígida e reflete uma progressão sistemática do específico para o genérico" (p. 100). "Assim sendo, não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação" (BELLOTTO, 2002, p. 13). Ao comentar sobre a dinâmica da crítica, Rodriguez (2011) explica que é necessário identificar, no documento de arquivo, a autenticidade em relação

à sua espécie, conteúdo e finalidade, além da datação tópica e cronológica, proveniência, tradição documental e fixação do texto.

Etimologicamente, o "diploma" diz respeito a um "registro de duas dobras". Nuñez Contreras (1981) explica que a Diplomática estuda os diplomas e seus elementos constituintes, e que, uma vez que esses tenham se convertido em (sinônimos de) documentos, a Diplomática tem sido apropriada na construção do conhecimento arquivístico, haja vista que ela propicia instrumentalidades à averiguação do documento de arquivo do ponto de vista formal, intelectual e físico, e fundamenta o desenvolvimento de metodologias para sua referência, organização e representação. Bellotto (1991) reitera que à Diplomática cabe julgar os aspectos estruturais e formais dos documentos de proveniência jurídica, governamental e notarial, submetendo-os a uma sistematização imposta pelo Direito, para efeitos de validação, de modo a garantir sua legitimidade de disposição, obrigatoriedade de imposição e utilização no meio sociopolítico regido por esse mesmo Direito. Em suma, a Diplomática testa as configurações do documento e o concebe criticamente, visando atestar-lhe confiabilidade perante um dado sistema jurídico. Nesse sentido, Carucci (1987) afirma que "O objeto dos modernos estudos da Diplomática é a unidade arquivística elementar, servindo-se dos seus aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto relativamente a sua produção, como a seus efeitos" (apud BELLOTTO, 2002, p. 17).

Nesta investigação, ressaltamos, o documento referenciado é o de arquivo, e, mais precisamente, o de arquivo pessoal, o qual costuma possuir características deveras distintas se comparado, por exemplo, ao documento diplomático, uma vez que expressam, respectivamente, os extremos da informalidade e da formalidade, da imprecisão e da exatidão, da subjetividade e da objetividade. Ao conceituar o documento diplomático e reafirmar o criticismo da Diplomática Clássica, Rodrigues alega que:

O documento diplomático, na abordagem clássica da diplomática é o documento indivíduo, escrito, o qual os diplomatas analisam do ponto de vista da tradição ou transmissão, dos elementos da forma e do processo de elaboração, para se chegar a sua autenticidade no âmbito do sistema jurídico vigente (2008, p. 133).

Os objetivos da Diplomática estão concentrados na gênese, na constituição interna, na transmissão e na relação dos documentos, entre o seu produtor e conteúdo, a fim de identificar, avaliar e demonstrar sua verdadeira natureza (DURANTI, 1995). Na dimensão jurídica de sua vertente clássica, compreende-se o documento como um fato

jurídico que registra um fato histórico (DURANTI, 1996). Segundo essa premissa, uma carta de alforria, enquanto fato jurídico, representa o fato histórico da designação da liberdade de um escravo; uma certidão de nascimento (fato jurídico) atesta a vinda do indivíduo ao mundo (fato histórico); a Constituição Federal (fato jurídico) discrimina direitos e deveres dos cidadãos brasileiros (fato histórico); um diploma de homenagem póstuma (fato jurídico) evidencia relevância e mérito em memória de uma personalidade (fato histórico). Eis uma sutil aproximação (e inserção) entre o (rebuscado) discurso da Diplomática Clássica, seu método crítico e a análise do documento de arquivo pessoal.

Duranti (1996) comenta que a observação das pessoas envolvidas na produção do documento de arquivo é uma das questões primordiais na Diplomática. Segundo a pesquisadora italiana, ao menos três indivíduos integram esse processo: o autor, o escritor e o destinatário. O autor é o indivíduo com autoridade de validação discursiva, que usualmente coincide com o escritor, o que, de fato, redige o documento. O destinatário, por sua vez, é aquele a quem o ato se dirige e, portanto, sobre quem o fato jurídico recai. Na tríade “*Diplomática/documento/indivíduo*”, é interessante que frisemos, ainda, que o *actio* é a ação que gera o registro, e o *conscriptio* refere-se à decorrente materialização da informação e sua validação por quem possua a fé pública para tal. Estabelecida pela relevância jurídica observada no *conscriptio* e a forma intelectual do registro, a Diplomática lida com algumas categorias documentais, classificadas em dispositivos normativos (leis), dispositivos de ajuste (contratos), dispositivos de correspondência (cartas), testemunhais de assentamento (atas), testemunhais comprobatórios (atestados) e informativos (circulares) (BERWANGER; LEAL, 2008). No arquivo pessoal, apesar de comumente predominarem os dispositivos de correspondência, tais como as cartas e os telegramas, é presumível que nos deparemos com dispositivos, testemunhais e informativos, justamente por não ser esse acervo, na perspectiva da racionalização arquivística, uma reunião inorgânica de documentos particulares.

Ao abordar os documentos de arquivo pessoal confrontados à abordagem clássica, Rodriguez (2010), ao citar Duranti, menciona que “(...) a diplomática pouco contribuiria aos estudos de documentos particulares, apesar de reconhecer padrões formulares na produção de documentos extremamente pessoais, como são as cartas de amor ou diários íntimos” (p. 84). Por serem, em extremas proporções, carregados de imprecisão formal e subjetividades, regidos pela espontaneidade, e não, via de regra, pela ordem jurídica, sob a ótica clássica, penoso seria submetê-los à crítica diplomática e à categorização documental. No entanto, Duranti define uma dita “categoria narrativa”, na qual são

contemplados os “documentos que constituem evidência de uma atividade juridicamente irrelevante, conseqüentes ou não de um ato jurídico” (1996, p. 54, tradução nossa). Nela, portanto, parece-nos conveniente inserir os registros das ideias e dos sentimentos, documentos de arquivo pessoal, em detrimento de sua verdadeira natureza. Afinal, "Hoje, este é o objetivo da Diplomática, muito mais do que simplesmente a autenticidade formal dos documentos" (BELLOTTO, 2002, p. 17).

Em Arquivologia, o "percurso diplomático" de análise documentária parte, impreterivelmente, do *respect des fonds*, e, em contramão à clássica abordagem da crítica, sua estrutura reflete uma gradação, embora também sistemática, do geral para o específico, ou seja: da proveniência aos eixos estruturais e/ou funcionais, dos eixos ao fluxo de produção, do fluxo às espécies e das espécies aos tipos documentais. Rodrigues (2009), ao citar Bellotto (2000), comenta que o objeto da Diplomática, na linha ortodoxa, são os documentos diplomáticos, aqueles de natureza jurídica que refletem, no ato escrito e formulado, as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos. Atualmente, para além das formas, dos formatos e dos formulários, "(...) os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor e, nesse sentido, apresentam suas profundas relações com a Arquivística" (p. 10). A Diplomática revisitada pela Ciência dos Arquivos sugere *novos usos para uma antiga ciência*¹³; nesse cenário, evidencia-se, pois, a Diplomática Contemporânea, ou Diplomática Arquivística.

A Tipologia Documental, práxis da Diplomática Contemporânea, "(...) caracteriza-se pelo deslocamento do documento isolado para o documento orgânico. Parte do uso da Diplomática clássica, mas diferencia-se em relação ao seu objeto" (RODRIGUEZ, 2011, p. 65), ou seja, o documento que é natural, orgânico, único e autêntico (o documento de arquivo), porém não necessariamente diplomático. Nessa perspectiva, a crítica não se detém à precisão da forma documental, tampouco a sua densidade jurídica ou solenidade. Nela, o “percurso diplomático” direciona o arquivista/analista à identificação dos contextos de proveniência e produção, e à delimitação conceitual do documento em razão da atividade, do processo de trabalho, que o gerou. Se na Diplomática Clássica “a combinação específica de elementos determina o aspecto das formas documentais e nos permite distinguir, rapidamente, uma forma de outra” (DURANTI, 2015, p. 19), na Contemporânea, a combinação dos elementos

¹³Fazemos referência ao texto de Luciana Duranti, de título homônimo.

"espécie" e "atividade" nos permite distinguir um tipo documental de outro e, desse modo, especificar o conceito de documento em arquivos.

Portanto, a Diplomática Contemporânea “(...) é a ampliação da diplomática na direção da gênese documental e sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora” (BELLOTTO, 2004, p. 52). Uma vez que a Diplomática Clássica se atinha à autenticidade, à forma e à tradição do documento, dirigia-se sua atenção à espécie documental, ao seu conceito geral (à ata e ao contrato, por exemplo); a Diplomática Contemporânea, por sua vez, atém-se ao porquê do registro do ato, isto é, à atividade, ao evento que induz sua produção (à reunião e à venda, por exemplo). Atas de reunião e contratos de venda são característicos documentos de arquivo empresarial, os quais conseguimos identificar e distinguir, no contexto tipológico, com o respaldo analítico da Diplomática Contemporânea. Segundo esse raciocínio, é presumível que os documentos produzidos, recebidos e acumulados por pessoas (físicas) sejam, de igual modo, amparados pelos estudos de tipologia documental, apesar das tendências à informalidade e demais limiares suscitados. Afinal de contas, o método tipológico evidencia os recursos cognitivos para a distinção de uma "carta de amor" para uma "carta de expressão de pêsames"; de um "convite de aniversário" para um "convite de batizado", etc. Eis uma percepção do tipo documental, que “(...) é um modelo que permite reconhecer outros documentos de iguais características que são testemunho de uma ação ou ato determinado” (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 45).

Aliás, sobre as cartas, tão recorrentes na composição dos fundos particulares, o conteúdo dessa espécie costuma ser denso, uma vez que o autor tende a registrar a quantidade de fatos/sentimentos/assuntos necessários e/ou almejados. Conforme observado, em Arquivologia, o tratamento temático da informação não se sobressai ao funcional, o que implica a concordância de que no documento, inclusive no de arquivo pessoal, deva constar o número de assuntos que a mente humana permita reconhecer; todavia, sua produção faz jus a uma finalidade peculiar, isto é, espelha apenas um processo de trabalho. Afinal, “O tipo reflete um ‘modelo perfeito’, pautado no elo existente entre a espécie e a função geradora do documento, consequência natural do registro de uma atividade (...)” (RODRIGUEZ, 2010, p. 86). Nessa condição, alegraríamos que a identificação de tipologia documental confere identidade ao documento de arquivo, público ou privado, institucional ou pessoal, corrobora sua naturalidade e unicidade e evidencia sua funcionalidade no provar e no testemunhar. Portanto, na

contemporaneidade, o objeto da Diplomática é menos o estudo da estrutura, forma, gênese e tradição, e mais o estudo da tipologia dos documentos (DELMAS, 1998).

Em razão dos desafios, da informalidade à introspecção, Silva comenta que “(...) para o trabalho de organização de arquivos pessoais, além do conhecimento da produção documental, também é preciso proceder à análise dos documentos” (2013, p. 165), isto é, para além da contemplação dos elementos "espécie" e "atividade", temos que identificar, em registros mais específicos, o complemento de seu dispositivo¹⁴ regente, a fim de alinharmos a referência daquele registro, em particular, com a sua devida terminologia. Para tanto, ressalvamos, conciliamos análise documentária, análise tipológica e análise textual, não visando aguçar a tematicidade do documento; antes, acentuar sua funcionalidade. Em documentos precisamente formulados, o “percurso diplomático” consiste, basicamente, em reconhecer a espécie documental, aliando-a a sua atividade; em outros casos, levando-se em consideração as peculiaridades dos arquivos pessoais, constatamos o dispositivo por um percurso, diríamos, mais dedutivo (do senso-comum e da tradição, inclusive) e menos diplomático, o que ocorre, por exemplo, na identificação das "cartas de amor", que são, na realidade, “cartas (de expressão) de amor”, e nos "manuscritos de obra", que são, factualmente, “manuscritos¹⁵ (de produção) literária”. Ainda que omissos os dispositivos, as funções devem sempre ser explicitadas, e os tipos documentais, por conseguinte, levantados.

O “percurso diplomático” aplicado aos arquivos pessoais nos parece instigante, pois, nele, os vãos terminológicos e funcionais que impactam, diretamente, as medidas de organização e representação, parecem ser reparados (ou, ao menos, amenizados), uma vez o tipo documental é “Um elemento decisivo para a identificação e para a descrição dos itens documentais e, como consequência, das séries documentais” (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 45). Logo, “(...) o objeto da Tipologia é a lógica orgânica dos conjuntos documentais. Utiliza-se a mesma construção diplomática para assinalar o registro do que se quer dispor ou do que já foi cumprido sobre a mesma função” (BELLOTTO, 2002, p. 20). Na esfera conceitual, identificar o tipo documental significa subordinar o dispositivo à forma do documento de arquivo, referenciando-o com a evocação de sua unicidade; em termos pragmáticos, conferir identidade ao documento,

¹⁴ Na terminologia arquivística, o “dispositivo” diz respeito ao verbo que rege e revela a função assumida no documento.

¹⁵ Os manuscritos, na realidade, não são espécies documentais; antes, um estágio da tradição diplomática. Todavia, acreditamos ser permissiva sua referência enquanto forma, em razão de serem comuns esses registros na composição das séries de "produção intelectual" em arquivos pessoais.

chama-lo pelo nome, de modo que se dinamizem, adiante, as etapas do processamento intelectual de seus conjuntos. Dessa premissa, acreditamos serem pertinentes as considerações acerca do “percurso diplomático” em face aos desafios apresentados pelos arquivos pessoais à Arquivologia: por ele, permite-se (re)construir os contextos de proveniência e organicidade, de modo que documentos espelhem, de fato, a vida pública, privada e a carreira de seus titulares; tende-se à solução da problemática da organização (arranjo em grandes e contraditórias classes) na representação (descrição e referência); dinamiza-se o processo de recuperação da informação, tornando-o mais objetivo, ainda que trate de documentos subjetivos.

Ao analisarmos os quadros de arranjo de arquivos pessoais, custodiados em diversas instituições brasileiras, notamos ser usual a adesão de uma denominada série de “documentos particulares”, uma reunião temático-formal de documentos que alegam o exercício da cidadania, os direitos e os deveres de um indivíduo, seus títulos e méritos. Tomemos como referência a espécie “certificado”, que, na esfera conceitual superordenada, é um documento diplomático testemunhal e comprobatório, formulado e assinado por autoridade competente, a fim de alegar o cumprimento do ato administrativo ou jurídico que tanja uma conclusão, quitação ou garantia. Caso recorrarmos à Diplomática Contemporânea para analisar os documentos da série em questão, é provável que identifiquemos, por exemplo, um “certificado de conclusão de curso”, um “certificado de reservista”, “um certificado de batismo” etc. Assim, “Quanto mais se conhece o fundo, mais apurado se apresenta o trabalho científico de classificação (...) e descrição, visando, por meio das funções e atividades, a contextualização da produção documental” (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 3). A dilucidação funcional, decorrente da tipologia documental e da subordinação terminológica, permite que revisemos e, portanto, reconsideremos a lógica dos processos de organização da informação em arquivos, cujas proveniências são pessoais. Nesse sentido,

O emprego da tipologia documental no que-fazer-arquivístico (...) Tem-se mostrado vantajoso nos vários segmentos do processamento documental, tais como: 1) na classificação/arranjo, por facilitar o entendimento da composição das séries; 2) na descrição, esclarecendo que os conteúdos veiculados em determinado formato jurídico têm certos dados que são fixos e outros variáveis, e que este conteúdo liga-se de forma obrigatória à espécie que o veicula; 3) no serviço aos usuários, pois a identificação dos tipos documentais traz informações antecedentes e exteriores ao próprio conteúdo do documento, fundamentais para sua compreensão dentro do conteúdo jurídico-administrativo de produção (...) (GAGNON-ARGUIN, 1998 apud BELLOTTO, 2002, p. 93-4).

A reunião de documentos de arquivo em classes definidas por eixos temáticos e/ou formais propende à omissão de seu encadeamento contextual e compromete seus sentidos de uso, na perspectiva da recuperação e da apropriação, o que é evidente, sobretudo, ao relevarmos que "Os arquivos pessoais apresentam muitos documentos, cuja configuração da informação não está padronizada, e que desafiam os profissionais que lidam com a representação da informação" (SILVA, 2013, p. 173), bem como sua organização. Acreditamos que pelo "percurso diplomático" emerjam novas possibilidades para a (re)definição ou, ao menos, compreensão das séries constituídas nos fundos particulares, conferindo-as refinamento e precisão do ponto de vista terminológico e funcional. Ressalvamos: "A arquivística vem utilizando a diplomática, por meio da tipologia documental, nos processos de organização de documentos de arquivo e na construção de séries orgânicas" (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 3). Assim, ao pensarmos, por exemplo, nos "certificados" diversos arranjados em "documentos particulares", poderíamos, decerto, denominar uma (sub-)classe de "trajetória acadêmica" para contemplar os "certificados de conclusão de curso", os "certificados de mérito acadêmico", os "certificados de participação em eventos científicos", os "certificados de apresentação de trabalhos" e afins. Alinhado a esse raciocínio, o "certificado de dispensa de incorporação" poderia ser arranjado com os demais documentos de identificação do titular, para os quais, nos pareceria conveniente, numa visão semântica e contextual, a designação de uma classe de "documentos particulares".

Trancoso e Silva (2013) reiteram que os documentos encontrados nos arquivos pessoais refletem a individualidade e a subjetividade, de acordo com a área de atuação de seus titulares, exigindo do arquivista/analista "atenção redobrada" na contextualização desses registros de acordo com as atividades desempenhadas pela personalidade ao longo de sua vida. Logo, "Para se contextualizar um arquivo, é fundamental a identificação dos tipos documentais" (p. 3). O levantamento de tipologia documental em arquivos pessoais nos parece um "fio condutor" no esclarecimento de diversas das questões terminológicas e funcionais que mantiveram, e mantêm, esses acervos aquém da devida dimensão teórica e metodológica da Arquivologia. Retomemos ao caso das "correspondências": supondo que, na série, haja vinte cartas e que, pelo "percurso diplomático", notemos que algumas delas são "cartas de agradecimento", e outras "cartas de expressão de pêsames"; nessa perspectiva, poderíamos aderir a seguinte interpretação contextual: a personalidade é a proveniência; o fundo contém, ao menos, dois grupos funcionais, "vida privada" e "carreira"; no escopo da "vida privada", contemplaríamos a classe "correspondências

passivas” e, subordinada a ela, a (sub-)classe de “cartas de expressão de sentimentos” para a disposição lógica dos referidos documentos, cujas funções são expressar ora gratidão, ora condolências.

Segundo Oliveira, “a identificação da tipologia documental ajuda na análise do conteúdo, demonstrando o laço entre o produtor dos documentos e seu trabalho, sua vida pessoal e familiar, suas relações de amizades e lazer. Para tal, é preciso uma abordagem investigativa” (2012, p. 83), de caráter biográfico (e bibliográfico), que defina as conjunturas da vida pública e privada, da carreira profissional e acadêmica e da personalidade do titular como equivalências dos eixos funcionais que, idealmente, devem refletir e, por conseguinte, dinamizar as medidas de organização e representação de seus documentos, esses que, por sua vez, “(...) traduzem valores, opiniões, preferências e hábitos de seu produtor, constituindo-se em uma fonte alternativa de possibilidades para a pesquisa” (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 6). Assim, caso lidemos com o arquivo de um modernista, o escritor é o fundo; a “vida privada” e a “carreira literária” são dois dos possíveis e prováveis grupos funcionais, no arranjo; “documentos particulares” é uma das séries documentais aliadas à “vida privada”, e “produção intelectual” à “carreira literária”; em “produção intelectual”, é presumível que agreguemos uma (sub-)classe de “manuscritos (de criação de) obras”, uma de “notas de revisão”, outra de “minutas de tradução”, etc. Conforme sugere Bellotto (2008), o conhecimento prévio das atividades e das competências de uma instituição ou pessoa, bem como sua tipologia documental, é indispensável à organização e disseminação de seu arquivo.

Da abordagem proposta, notamos que a Diplomática Contemporânea dispõe de eficazes recursos para o esclarecimento terminológico e funcional dos documentos de arquivo, e, no caso dos pessoais, “o uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos, patamar em que (...) é possível evitar a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 2). A tipologia documental, portanto, nos parece um sugestivo parâmetro para a (re)consideração dos diacrônicos desafios de contextualização, organização e representação desses acervos, uma alternativa de transcendência aos seus limiares. Na tradição brasileira, desde o final da última década, a proposta de racionalização arquivística, análise tipológica e arranjo funcional, na dimensão dos arquivos pessoais, vem sendo defendida, por exemplo, com os relatos de Camargo e Goulart (2007), em *Tempo e Circunstância: A abordagem contextual dos arquivos pessoais*, Oliveira (2012, em *Descrição e Pesquisa: reflexões em*

torno dos arquivos pessoais (2012) e Campos (2017), em Tipologia documental em arquivos pessoais: entre a Arquivística e a Diplomática.

Passemos ao capítulo 4.

4 A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS ARQUIVOS PESSOAIS: dos limiares às possibilidades

*“Inútil querer me classificar, eu simplesmente escapulo, não deixando. Gênero não me pega mais.”
(Clarice Lispector)*

A identificação arquivística é o estudo que antecede o *quehacer* intelectual e técnico nos arquivos, uma vez que se demonstra essencial na contextualização dos tipos documentais acumulados e os vínculos que esses mantêm no âmbito de sua entidade acumuladora (RODRIGUES, 2009), essa compreendida, ressaltamos, como instituição e/ou pessoa. Em Arquivologia, o "identificar" emerge em sinonímia com o "pesquisar", processo esse que, por sua vez, deve contemplar o reconhecimento e a demarcação da gênese e dos contextos de proveniência, organicidade, procedimentos e usos dos documentos de arquivo e sua informação, associando sua produção às conjunturas individuais e/ou coletivas, coligando razões e funções. Thomassen (2006) faz referência à "identificação" como "pesquisa arquivística", que é, justamente, aquela "(...) sobre relações: relações entre informação, documentos de arquivo e elementos de contexto, e, num patamar mais elevado, relações entre pessoas, comunidades e sociedades" (p. 15).

Quanto aos marcos históricos e teóricos da identificação arquivística, a Espanha e o empenho de seus grupos de arquivistas têm sido essenciais à pesquisa e ao desenvolvimento de metodologias procedentes e ancoradas na Diplomática e apropriadas no domínio da Arquivologia. Ana Célia Rodrigues (2011) comenta que o *Grupo de Arquivistas Municipais de Madrid* criou, em 1981, um referencial de análise para o estudo da tipologia documental dos municípios, sob coordenação de Vicenta Cortés Alonso, que considerara esse processo investigativo matricial à formulação de parâmetros para a caracterização, classificação e avaliação dos documentos na esfera da administração municipal. Desde então, diversos e relevantes glossários e manuais de espécies e tipos documentais têm sido elaborados e difundidos entre as correntes arquivísticas, sobretudo as ibéricas e a brasileira, embora, em considerável escala, sejam dedicados ao cenário dos arquivos públicos e dos privados institucionais. Contudo, "Nesta sociedade da informação, a produção de documentos parece ser uma necessidade fundamental. As pessoas precisam documentar seus pensamentos e ideias sobre si mesmas e sobre o seu ambiente social"; nela, é interessante frisarmos que "Em arquivos públicos e de empresas,

a auto-expressão individual se subordina à auto-expressão da organização. Nos arquivos pessoais, eles se expressam como indivíduos" (THOMASSEN, 2012, p. 23). Eis um dilema: identificar o "eu" em documentos.

Em um ideal sistema de gestão documental, a identificação deve ocorrer no *conscriptio*, permitindo o imediato controle do documento de arquivo, em termos de trâmite, classificação e avaliação. No caso dos arquivos pessoais, a identificação costuma ser realizada com o recolhimento do acervo pela instituição arquivística, científica ou cultural, visto que, em contramão às jurídicas, as pessoas físicas não possuem (ou não costumam possuir) intencionalidade na constituição do fundo, tampouco as demandas e controles do contexto institucional. Além do mais, "A produção documental de uma pessoa, muitas vezes, e principalmente no caso dos arquivos de pessoas públicas ou de destaque, recebe intervenção dos familiares e/ou amigos após sua morte" (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 6). Nesse sentido, "As pessoas podem sentir a necessidade de se documentar, mas quais são as suas motivações e objetivos específicos para tais? Quais são as funções dos documentos que elas produzem?" (THOMASSEN, 2012, p. 23). No que diz respeito aos arquivos pessoais, essas questões devem ser esclarecidas como resultados desse introspectivo (e, às vezes, complexo) processo investigativo.

Camargo (2015) reitera que, "Ao contrário do bibliográfico, o documento arquivístico não dispõe de autonomia, nem prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem" (p. 170). Assim sendo, a relação estabelecida entre a "identificação arquivística" e o "percurso diplomático" (cuja partida é a crítica documental, e destino, a caracterização tipológica) pode ser evidenciada, para além da instrumentalidade, pelo partilhar de um mesmo propósito: a contextualização dos documentos de arquivo, no que se referem à proveniência, à organicidade, à funcionalidade e à usabilidade dos mesmos. Sendo a identificação um minucioso estudo da gênese documental, o "percurso diplomático" tem, sobre o processo investigativo, um aporte metodológico que, também nos arquivos pessoais, "(...) explicita os laços entre os componentes intelectuais de um documento e os elementos de uma ação específica, enfatiza as relações entre os tipos de documentos, os tipos de ações e de etapas de procedimento, mostra todos os tipos de ações entre pessoas e documentos" (DURANTI, 1994, p. 61). De antemão, reafirmamos que, na realidade dos fundos particulares, "Para além do desafio de se identificar as atividades produtoras dos documentos, o outro desafio refere-se ao nomear corretamente o tipo documental" (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 10), conforme previamente discutido em *Questões de terminologia e funcionalidade em arquivos pessoais*.

Mendo Carmona (2004), em *Consideraciones sobre el método em Archivística*, trata do conceito de "identificação" no domínio da Arquivologia, esclarecendo-o e relacionando-o ao *respect des fonds*. Segundo ela,

A identificação é a melhor ferramenta para aplicação do princípio básico da arquivística: o do respeito à proveniência e à estrutura interna do fundo. Consiste na investigação das características dos objetos inerentes na gênese do fundo: o sujeito produtor e o objeto produzido. Entende-se por sujeito produtor a *pessoa física, família ou órgão* que tem produzido e/ou acumulado o fundo. Entende-se por objeto produzido a totalidade do *fundo e cada um dos agrupamentos documentais* que o compõem (p. 42, tradução nossa).

A identificação arquivística pode, portanto, ser compreendida como um método de análise documentária, o qual, no nível da análise, "(...) nos permite, a partir do conhecimento de suas características internas e externas, chegar à identificação das séries documentais (...)" e; no nível da síntese, "(...) pelo estudo de seus agrupamentos documentais, reconstruir tanto a organicidade, como a funcionalidade dos arquivos e, por conseguinte, das instituições que os originaram" (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p. 39, tradução nossa). Nesse sentido, corroboram-se as relações entre Diplomática e Arquivologia na definição do arcabouço teórico e metodológico do processo investigativo em questão, o identificar. Sendo o contexto de produção o próprio contexto de proveniência, a identificação consiste em um eficaz recurso de aplicabilidade do *respect des fonds*, uma vez que, nela, estão contempladas as etapas de pesquisa histórica e documental da proveniência e a gênese do material (objeto) por ela produzido, recebido e/ou acumulado, de modo que sejam evidenciados os vínculos genéticos que os documentos, no conjunto, possuem entre si, bem como sobre o conjunto e seu "sujeito produtor", conceito de Mendo Carmona (2004) em que se enquadram, além das organizações, as personalidades e as famílias.

Além do respeito à proveniência, a identificação é indispensável às demais funções arquivísticas, como o arranjo, a descrição e a avaliação. Trata-se de uma etapa prévia, que consiste na análise da entidade produtora (sua história, organização, missão e processos), das funções e das leis que as sustentam, e dos tipos documentais delas resultantes (CRUZ MUNDET, 2011). Portanto, "Os fatores fundamentais da identificação são: o órgão produtor, a competência, a função e o tipo documental" (p. 206, tradução nossa). Dessa forma, "A primeira fase da análise se centra no estudo do órgão produtor (...). O segundo passo ou fase da identificação se centra na análise de cada uma

das séries documentais geradas” (MENDO CARMONA, 2004, p. 42-3, tradução nossa). No que diz respeito às fontes para a identificação, López Gómez (1998) afirma que a legislação é fundamental ao reconhecimento das competências do sujeito produtor, seu desenvolvimento e evolução no tempo. Afinal, “As entidades nascem, se desenvolvem, se diversificam, e desaparecem, deixando um rasto documental contínuo como prova e testemunho de suas atividades, que se manifestam nos tipos e séries documentais que produzem”; logo, “as principais fontes do nosso trabalho devem ser as de caráter arquivístico” (p. 40, tradução nossa).

Junto às fontes documentais, evidentemente, incluímos as secundárias, de caráter bibliográfico e hemerográfico, das quais também não podemos prescindir, e que desempenham um duplo papel. Contribuem, e sempre contingentes às documentais, ao copilado das informações e à interpretação das mesmas. É preciso saber o que, quando e quem escreveu sobre a entidade objeto de nosso estudo, e com qual critério. Não nos esqueçamos de que a história é uma interpretação dos fatos através dos testemunhos conservados, sempre sujeitos a novas leituras (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p. 40, tradução nossa).

Mendo Carmona (2004) reafirma que a primeira fase da identificação diz respeito à recompilação de todas as informações possíveis acerca do sujeito produtor, e explica que a maneira de as obter será distinta caso lidemos com fundos históricos ou vivos, públicos ou privados. Esse processo investigativo é iniciado com a consulta às referidas fontes, classificadas por ela em externas (legislação e estudos históricos) e internas (a documentação propriamente dita e, quando possível, entrevistas com os responsáveis por sua gênese). Em arquivos pessoais, diríamos que a identificação parte, essencialmente, do estudo biográfico do titular, das (re)leituras e cotejos de suas versões, caso haja publicações distintas, em razão de, ao menos, duas evidências: a documental (o acervo do titular) e a oral (entrevista com o titular, se vivo, familiares, amigos, demais pesquisadores etc.). Na dimensão dos fundos pessoais, esse estágio primário da identificação arquivística pode ser percebida como uma oportunidade para a (re)composição de história de vida da personalidade em análise, de modo a torná-la o mais autêntica possível em detrimento das fontes disponíveis.

Ao tratarmos da identificação do arquivo de um escritor, por exemplo, é essencial que o arquivista/analista, além da vida privada, grosso modo, conheça (ou passe a conhecer) a trajetória do indivíduo na “arte da palavra”, isto é, suas produções, estilística, escola literária, influências e títulos; para tanto, devem ser atentados, essencialmente, os rascunhos, manuscritos e datiloscritos de obras (fontes primárias), bem como seus

produtos (as obras, fontes secundárias): Eis uma maneira de prezar por “contextos” via “textos”. “Quando podemos ligar o rascunho ao discurso, ao artigo, ao ensaio, à carta, ao relatório ou à tese (...)” – e ao livro, inclusive –, além de retomarmos a questão da organicidade, no percurso diplomático, “(...) trabalhamos com o conceito arquivístico de forma, ou seja, identificamos as etapas de preparação e transmissão do documento arquivístico” (CAMARGO, 2015, p. 25). Embora não se refira, necessariamente, aos registros de cunho literário, Ana Maria de Almeida Camargo alarma que “Às vezes é impossível estabelecer nexos de sentido entre tais manuscritos e as diferentes atividades a que se dedicou o titular do arquivo, especialmente quando se trata de anotações informais, marcadas pela espontaneidade” (CAMARGO, 2015, p. 25).

Dessa premissa, evidenciamos algumas particularidades da identificação em fundos literários, a nós, sinônimos de arquivos pessoais de escritores: a despreensão (praxe na composição dos arquivos pessoais), que se reflete em documentos, esses que não dizem, excepcionalmente, respeito à criação e à divulgação literárias, haja vista que a reunião de documentos tão-somente literários feriria o conceito de “fundo”, e aproximar-se-ia ao de “coleção”. Em *respect des fonds*, é imprescindível que identifiquemos, por detrás do literato, o sujeito (produtor), o indivíduo, suas faces e fases: o arquivo não reflete apenas o escritor; antes, a pessoa, que, por acaso (ou não) também produz literatura. É com essa asserção da identificação que observamos, por exemplo, as versões de Clarice Lispector, para além da renomada modernista: Clarice escritora, Clarice pintora, Clarice jornalista, Clarice esposa, Clarice mãe, Clarice cidadã, Clarice simplesmente Clarice. Da análise bio/bibliográfica, pautada em fontes primárias e secundárias, internas e externas, passamos à segunda etapa da identificação arquivística, que é justamente o levantamento da tipologia documental, sua nomenclatura e seu agrupamento em séries, a “Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (BRASIL, 2005, p. 153).

Do percurso diplomático à identificação arquivística, passamos, pois, a compreender, contextual, terminológica e funcionalmente, a denominação, no caso dos fundos literários, de uma série de “produção intelectual” para a disposição lógica dos documentos procedentes da jornada do titular na literatura; “correspondências” para os documentos decorrentes da prática e/ou gosto pela produção, envio e recebimento de cartas; “documentos particulares” para enquadrar os registros que refletem sua cidadania, a vida privada para além de sua arte; “iconografia” para os documentos, comumente

tridimensionais, que espelham uma habilidade, além da "palavra" (a título de exemplo, as telas de Clarice, descritas em seu inventário analítico) (VASCONCELLOS, 1993).

Mendo Carmona (2004) alega que o resultado da aplicação das duas etapas dessa metodologia, o reconhecimento do titular e o levantamento da tipologia documental, permite que o arquivista/analista conheça e desenvolva parâmetros seguros (assertivos) para: a devida nomeação da tipologia e da série documentais; a averiguação do sujeito produtor e sua evolução no tempo-espço; a legislação que regulamenta as funções materializadas nos tipos documentais levantados (embora isso não se aplique, mandatoriamente, aos documentos de arquivo pessoal, sobretudo aos íntimos e introspectivos); a ordenação das séries documentais e; o conteúdo dos documentos (pessoas, datas, atividades e assuntos). Via fórmulas, Heloísa Bellotto e Ana Célia Rodrigues sintetizam o *modus operandi* do segundo estágio da identificação arquivística, pautado no levantamento dos tipos documentais e na contextualização das séries que deles emergem. A fim de identificarmos a tipologia documental, recorreremos, pois, à fórmula "espécie + de + atividade" (BELLOTTO, 2004); com vistas às séries, aplicamos a fórmula "sujeito produtor + função + tipo documental" (RODRIGUES, 2008).

De acordo com Camargo (2015), "Há documentos que são facilmente identificados, na medida em que explicitam sua espécie e ostentam uma estrutura que pouco se altera com o passar do tempo" (p, 18), o que se distancia da realidade de alguns documentos de arquivo pessoal, cujas "estruturas" são dinâmicas e se alteraram; afinal, as pessoas mudam e seu modo de documentar sentimentos e ideias também podem mudar. Apesar da dinâmica (aparentemente) simplista da metodologia em questão, torna-se um impasse ao projetarmos sua aplicabilidade no contexto dos arquivos pessoais, pois, ressalvamos, "A produção documental é um produto subjetivo, individual, representação das atividades de uma pessoa e que, muitas vezes, chega à instituição de guarda de forma descontextualizada" (TRANCOSO; SILVA, 2013, p. 7). Em contrapartida, "Se a abordagem contextual coloca no mesmo patamar, para os arquivistas, documentos de natureza diversa (inclusive aqueles que, por tradição e em razão de seu formato, são sempre encaminhados para bibliotecas e museus), não os isenta da difícil tarefa de identificá-los" (CAMARGO, 2015, p. 17).

Adiante, prosseguimos, efetivamente, com a apresentação dos resultados almejados e alinhados com os objetivos desta dissertação: a experiência do percurso diplomático à identificação arquivística como parâmetro para a contextualização da informação em arquivos pessoais, levando-se em consideração os diacrônicos e vigentes

desafios no patamar da organização e da representação, previamente abordados no domínio da Arquivologia e justificados, sobretudo, na esfera da terminologia e da funcionalidade. A propósito, em *Dar Nome aos Documentos*, Ana Maria de Almeida Camargo comenta que “A nomeação adequada dos documentos, para fins de organização e descrição dos arquivos, tem sido bastante negligenciada” (2015, p. 14), e, como temos observado, tal negligência parece aguçar-se ao nos referirmos aos acervos em questão, dadas as suas características. Dessa forma, da análise diplomática à análise tipológica, discriminamos uma especificação conceitual, isto é, os tipos documentais que compõem as séries do fundo Clarice Lispector. Com o respaldo da identificação arquivística, caracterizamos o modelo de arranjo adotado e, ao final, registramos nossas impressões quanto às possibilidades que a tipologia documental viabiliza, em termos de contextualização, organização e representação, uma vez levantada nos arquivos pessoais, em face aos seus limiares.

Passemos ao capítulo 5.

5 DO PERCURSO DIPLOMÁTICO À IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: relato do fundo Clarice Lispector

*"A única verdade é que vivo. Sinceramente, eu vivo. Quem sou? Bem, isso já é demais."
(Clarice Lispector)*

5.1 De Haia à Clarice: um “percurso bio/documental”

Filha de Mania e Pinkhas, irmã de Leia e Tania, Clarice Lispector nasceu em uma aldeia, na Ucrânia, em 10 de dezembro de 1920, sendo batizada com o nome de "Haia", cujo significado, no grego, é "Vida", selando, coincidentemente (ou não) em seu nascimento, todo vigor que propiciaria ao país e à nossa literatura, em especial. A família Lispector chegou no navio “Cuyabá” após uma longa travessia da Rússia para o Brasil. O leste europeu, na década de 1920, estava sendo assolado pela fome e pela miséria oriundas da Primeira Guerra Mundial. Os recém-chegados passaram a residir em Maceió, quando Haia ainda tinha pouco mais de um ano (GOTLIB, 1995). “Em Maceió, hospedaram-se na casa de José e Zinha Rabin, na rua do Imperador. Pinkas passou a se chamar Pedro; Mania, Marieta; Lea, Elisa; Tania permaneceu com o mesmo nome e; Haia, Clarice” (OLIVEIRA, 2007, p. 20). José, irmão de Pedro, tio de Clarice, foi o responsável por enviar o documento exigido (carta-chamada, comprovando familiares brasileiros) à Rússia para que a família Lispector deixasse seu país. Enquanto residiam em Maceió, Marieta adquiriu uma grave enfermidade e, a fim de custear tratamentos e remédios, investiram na fabricação de sabão; no entanto, tal investimento não foi suficiente para que fossem supridas as necessidades. Eis a razão pela qual deixaram Maceió para residir em Recife, logo em 1925.

Os Lispector se depararam com a realidade pernambucana, naquele momento dividida entre a miséria e as tendências da *Belle Époque*. Pedro continuou a exercer sua profissão de mascate, embora as dificuldades persistissem. É válido ressaltarmos que, pouco mais tarde, em 1928, ocorreram fatos que inspirariam *Felicidade Clandestina*, o conto da menina apaixonada por livros, publicado em 1971. A família judia se mudou para um sobrado próximo a uma livraria, onde Clarice admirava os livros e suas capas, sem poder comprá-los. No mesmo ano, Clarice passou a frequentar o *Grupo Escolar João Barbalho* e, desde então, passou a "devorar" os livros. Em 1930, aos 10 anos, Clarice estudava no *Colégio Hebreo-Idisch Brasileiro* e, na época, escreveu sua primeira peça de

teatro, intitulada *Pobre Menina Rica*, que pareceu não agradar, de imediato, a imprensa local, devido às recusas de publicação. Contudo, o fato mais marcante do ano foi a morte de Marieta. O momento vivenciado e o ingresso no *Colégio Pernambucano*, logo em 1932, contribuíram para o amadurecimento pessoal e desenvolvimento intelectual de Clarice. A vida em Recife era marcada por “delícias”: “Meu pai acreditava que todos os anos se devia fazer uma cura de banhos de mar. E nunca fui tão feliz quanto naquelas temporadas de banhos de Olinda, Recife” (ROMÃO, 2008, p. 351). Mas também pelas dificuldades financeiras: “Nós éramos bastante pobres e ainda havia doença em casa. E eu era tão alegre que escondia a dor de ver aquilo tudo” (GOTLIB, 1995 apud SILVA, 2017, p. 22).

Em 1935, Pedro e suas “meninas” mudaram-se para o Rio de Janeiro, então capital do país, em busca de novas oportunidades e melhores condições. Logo que chegaram, Elisa, que já havia assumido certa responsabilidade materna desde a enfermidade de Marieta, passou a trabalhar em um escritório; Pedro continuou no ramo do comércio; Tania e Clarice foram matriculadas no *Colégio Silvio Leite*, na Tijuca, onde residiam. Esse período marca importantes momentos da vida da escritora que refletiriam, depois, em sua escrita. Vivia com o coração dividido entre a saudade do Recife e a excitação com a vida na capital do país. Na mesma década, Clarice passou a ministrar aulas particulares de português e matemática, para ajudar com as despesas de casa. Segundo Oliveira (2007), desde pequena, Clarice era uma defensora dos animais e jurava que seria advogada para lutar por prisões mais dignas no país. Foi aprovada em quarto lugar na *Faculdade Nacional de Direito*, no Catete, em 1939, e, desde então, trabalhou como secretária em um escritório de advocacia e, posteriormente, com traduções científicas para revistas. Sobre o fato de desde criança lhe falarem que seria advogada, Clarice afirma: “(...) isto ficou na cabeça. E como não tinha orientação de espécie nenhuma sobre o que estudar, eu fui estudar advocacia” (GOTLIB, 1995, p. 147 apud SILVA, 2017, p. 76).

No que se referem às realizações profissionais, a década de 1940 parece ter sido das mais importantes à Clarice. Seu antigo sonho de publicar concretiza-se quando em maio de 1940, o conto fictício *Triunfo*, sua primeira produção na imprensa, foi publicado nos anais do *Seminário Pan*, dirigido pelo também escritor Tasso de Silveira. No mesmo ano, Clarice e suas irmãs foram surpreendidas pela morte de Pedro, após uma cirurgia de extração da vesícula malsucedida. Mediante as circunstâncias, passou a morar com Tania, no Catete, onde conseguiu um emprego como redatora e repórter da *Agência Nacional*,

órgão oficial de informação, criado por Getúlio Vargas, em 1934, que, mais tarde, passaria a ser o *Departamento de Imprensa*, diretamente subordinado à Presidência da República. "(...) Por indicação de Norival Fontes, lá começa a trabalhar, tendo entre os colegas jornalistas alguns futuros romancistas de renome (GOTLIB, 1995, p. 149 apud SILVA, 2017, p.22). A identidade jornalística de Clarice parece ter sido alavancada desde então; em 1942, foi contratada pelo *Jornal A Noite*. Paulo, filho de Clarice, afirma que a escritora foi uma das primeiras repórteres brasileiras a trabalhar na *Agência Nacional* e no *A Noite*: "(...) por ser a única mulher, os colegas se sentiam constrangidos em dizer palavras (ela ria gostosamente com a lembrança), tendo inventado então para isso um código de batidinhas na mesa" (GOTLIB, 1995, p. 150 apud SILVA, 2017, p. 23).

Em *Correspondências* (2002), obra que reúne diversas cartas trocadas entre Clarice, familiares, amigos e literatos, constatamos uma carta de solicitação redigida por Clarice, aos 03 de junho de 1942, e endereçada a Getúlio. No documento, solicita sua naturalização de brasileira; contudo, o parecer de Vargas, inicialmente, foi negativo. Clarice refaz a solicitação aos 23 de outubro, ainda em quarenta e dois, tornando-se, oficialmente, naturalizada aos 12 de janeiro de 1943. No primeiro documento, Haia apresenta-se abertamente como Clarice, justificando seu pedido com argumentos que a revelam como uma mulher de "coração e alma" brasileiros. Clarice desejava oficializar-se brasileira e tinha razões muitas para isso:

Senhor Presidente Getúlio Vargas:

Quem lhe escreve é uma jornalista, ex-redatora da Agência Nacional (Departamento de Imprensa e Propaganda), atualmente n'A *noite*, acadêmica da Faculdade Nacional de Direito e, casualmente, russa também.

Uma russa de 21 anos de idade e que está no Brasil há 21 anos menos alguns meses. Que não conhece uma só palavra de russo, mas pensa, fala, escreve e age em português, fazendo disso sua profissão e nisso pousando todos os projetos de seu futuro, próximo ou longínquo. (...) Que deseja casar-se e ter filhos brasileiros. Que, fosse obrigada a voltar à Rússia, lá se sentiria irremediavelmente estrangeira, sem amigos, sem profissão, sem esperanças. (LISPECTOR, 2002, p. 33).

Após 11 dias do recebimento do título, Clarice, brasileira, casou-se com o diplomata Maury Gurgel Valente, seu então colega de turma do curso de Direito. Sua irmã Tania afirmou que Clarice não parecia muito entusiasmada e que escolheram juntas o vestido de noiva, mas que, em certos momentos, o casal parecia apaixonado. (GOTLIB, 1995). Ainda em 1943, Clarice lança seu primeiro livro, *Perto do Coração Selvagem*, marcado pela introspecção, pela qual sua escrita seria, posteriormente, consagrada. Sabemos que a narrativa da infância e do início da vida da personagem Joana concedera

à Clarice o prêmio de melhor romance de estreia pela *Fundação Graça Aranha*, em outubro de 1944. A propósito, quarenta e quatro foi marcado por "reviravoltas" na vida de Clarice, a começar pelo fato de que Maury, entre janeiro e julho, foi enviado para cumprir com suas funções diplomáticas em Belém do Pará, fazendo com que o casal deixasse, pois, o Rio de Janeiro. Em meados de julho, Valente foi enviado para Nápoles, assumindo seu primeiro posto no exterior e Clarice, acompanhando-o, chegou à Itália no mês seguinte. Em 1946, Clarice e Maury passaram uma temporada no Brasil, de janeiro a março, a fim de reencontrar com amigos e irmãos; na ocasião, a escritora lançou seu segundo romance, *O Lustre*. O livro é uma narrativa sobre a infância de Virgínia, no qual Clarice intensifica o "interpsicológico" de sua escrita, por meio de ações e diálogos que fazem com que o leitor adentre à história em meio a sensações de paixão e ódio. Durante a temporada, Clarice conheceu Fernando Sabino, que se tornou um dos amigos mais chegados da escritora, com quem trocou diversas correspondências. Na carta de Fernando à Clarice, de 10 de junho de 1946, o escritor a descreve de forma ousada e divertida, desvendando o jeito Clarice de ser:

(...) Clarice só toma café com leite. Clarice Lispector saiu correndo no vento na chuva, molhou o vestido, perdeu o chapéu. Clarice Lispector sabe rir e chorar ao mesmo tempo, vocês já viram? Clarice Lispector é engraçada! Ela parece uma árvore. Todas as vezes que ela atravessa a rua bate uma ventania, um automóvel vem, passa por cima dela e ela morre (...) (SABINO, 1946 apud LISPECTOR, 2002, p. 84).

Em 1943, Clarice mudou-se para Berna, na Suíça. Inicialmente, a vida por lá parecia não agradar a escritora. Logo, aos 05 de maio, em uma carta enviada da Suíça ao Brasil, para suas irmãs, Tania e Elisa, Clarice afirma: “É uma pena eu não ter paciência de gostar de uma vida tão tranquila como a de Berna. É uma fazenda. (...)” (LISPECTOR, 2002, p. 80). Entretanto, o pacato parece haver proporcionado inspiração à produção de *A Cidade Sitiada*, lançado em 1949, na ocasião de outra temporada no Brasil, obra em que, em um enredo simplista, a escritora narra o tédio do silêncio e do isolamento de Lucrécia, em uma constante busca por um marido que a livre da monótona vida no subúrbio de São Geraldo. Ainda em Berna, em 1949, nasce Pedro Gurgel, seu primeiro filho. Na época, o escritor João Cabral de Melo Neto, amigo de Clarice e Maury, enviou uma carta de congratulações: “Prezados amigos Clarice e Maury, Nossos parabéns a vocês pelo nascimento de Pedro e votos de felicidade ao garoto – diretamente a ele” (MELO NETO, 1948 apud LISPECTOR, 2002, p. 176).

Desde Haia, toda a vida de Clarice parece ter sido bastante intensa; e tudo parecia intensificar-se com o tempo. Entre o final de 1950 e meados de 1951, Maury e Clarice passaram a residir em Torquay, na Inglaterra, para onde ele havia sido convocado a participar da *III Conferência Geral de Comércio e Tarifas*. Após seis meses, Clarice retorna ao Rio de Janeiro e assume a página *Entre Mulheres* do *Jornal Comércio*, com o pseudônimo "Tereza Quadros". Em 1952, Clarice publica *Alguns Contos*. "A coletânea compunha-se de "Mistério em São Cristóvão", "Os laços de família", "Começos de uma fortuna", "Amor", "Uma galinha" e "O jantar" (OLIVEIRA, 2007, p. 31). Em setembro de 1952, mudaram-se para Washington, nos Estados Unidos, onde nasce, aos 10 de fevereiro de 1953, o segundo filho, Paulo, que, assim como Pedro, fora apadrinhado por Mafalda e Érico Veríssimo, amigos da família.

Mafalda querida (...) Pedrinho e Paulinho têm às vezes brigas, corpo a corpo, de arrepiar os cabelos. No começo Pedrinho vivia perguntando por que vocês também não vinham vindo. Paulinho perdeu o resto de medo que tinha pelo mundo, e agride crianças de 8 anos para cima. Ele está um amor, cada vez mais ocupado e sem-vergonha (LISPECTOR, 2002, p. 204).

A vida na América do Norte também era tema de suas cartas. Em uma franca conversa com Fernando Sabino, Clarice registra que não havia feito muitos amigos, salvo com uma enfermeira da maternidade que a atendeu no nascimento de Paulo. Clarice afirma que, mesmo após oito meses do nascimento de Paulo, a moça ainda a visitava e juntas tomavam chá. Clarice assume a Sabino: "Tomo menos *milk-shake* e levo uma vida vazia e agitada" (LISPECTOR, 2002, p. 201). Em 1954, Clarice veio ao Brasil para uma temporada de férias, entre 15 de junho e 15 de setembro. Nesse período, foi lançada a edição em francês de *Perto do Coração Selvagem*. Entre o "vazio e o agitado" de Washington, Clarice obteve inspirações para escrever diversos contos que a consagraram, inclusive *A Maçã no Escuro*, romance que, em sua opinião, é o mais bem elaborado em sua trajetória na literatura (OLIVEIRA, 2007).

Em 1959, Clarice e Maury se divorciaram e a escritora retornou definitivamente para o Rio de Janeiro, passando a residir no Leme. Nesse período, as dificuldades financeiras se acentuaram devido à separação. Não conseguia se manter com a renda de direitos autorais, e a solução foi trabalhar como jornalista e publicar textos na *Revista Senhor* e no *Correio da Manhã*, com o pseudônimo de "Helen Palmer". Além disso, em 1960, saiu a publicação de *Laços de Família* e, logo em 1961, *A Maçã no Escuro*, pelo

qual recebeu o *Prêmio Carmen Dolores Barbosa* de melhor livro (SILVA, 2017). Na década de 1960, Clarice escreveu poucas cartas; em compensação, publicou seu terceiro livro de contos, *A Legião* e seu quinto romance, *A Paixão Segundo G.H.*, em 1964. Nele, não existe exatamente início e fim demarcados. Trata-se de uma narrativa em que a narradora-personagem simplesmente permite fluir a busca pelo entendimento quanto à razão de sua existência, a partir do encontro da mulher com uma barata. Em uma carta, não datada, de Fernanda Montenegro à Clarice, a atriz transmite suas palavras, em tom de desabafo, com base no enredo de *A Paixão Segundo G.H.*:

Voltando às ‘verdades duras’ de que você fala: na minha profissão o enganar é a minha verdade. É isso mesmo, Clarice, como profissão. Mas na minha intimidade todo particular, sinto, sem enganos, que nossa geração está começando a comungar com a barata. A nossa barata. Nós sabemos o que significa esta comunhão, Clarice. Juro que não vou afastá-la de mim, a barata. Eu o farei. Preciso já organicamente fazê-lo. Dê-me a calma e a luz de um momento de repouso interior, só um momento (MONTENEGRO s/d. apud LISPECTOR, 2002, p. 259).

A Revista *Veja Rio de Janeiro Edição Especial Clarice Lispector* (2008) aponta que a escritora, na madrugada de 14 de setembro de 1966, adormeceu enquanto fumava, causando um grave incêndio que, além de consumir seu quarto, por pouco não lhe fez perder a vida. Clarice vivia momentos de depressão. Apesar das circunstâncias, em 1967, tornou-se cronista do *Jornal do Brasil*. Em sua coluna, aos 06 de abril de 1968, declarou-se abismada com a morte de Edson Luis de Lima Souto, o primeiro estudante assassinado pela Ditadura Militar. Aliás, esse documento integra a série de recortes do acervo da escritora. Em junho, ainda em sessenta e oito, Clarice passou a integrar o grupo dos 300 intelectuais que exigiam do então governador, Negrão de Lima, posturas democráticas; participou ainda da passeata contra a Ditadura, composta por centenas de intelectuais e artistas. Romão (2008) afirma que o posicionamento político de Clarice está materializado em sua participação na passeata contra a ditadura no conturbado ano de 1968 e no ato contra a ditadura na vigília do *Colégio Santo Inácio*.

Em 1967, Clarice escreveu *O Mistério do Coelho Pensante*, revelando-se às crianças leitoras. A história do “coelho bem gordo” que consegue escapar de grades tão estreitas rendeu à escritora, em 1968, a *Ordem do Calunga*, concedida pela *Campanha Nacional da Criança*. No mesmo ano, Clarice lançou seu segundo livro dedicado ao público infantil, *A Mulher que Matou os Peixes*, no qual Clarice é a personagem principal, obra em que pede perdão aos leitores por não haver alimentado os peixinhos de seus filhos

(CORRÊA; MUNIZ, 2004). A propósito, aos 25 de janeiro de 1969, Paulo viajou aos Estados Unidos para participar de um intercâmbio. Já aos 26, Clarice escreveu ao seu “Gafanhoto”, carinhoso apelido conferido ao filho mais velho:

Meu adorado filho,
Ontem, quando você embarcou, custei depois a pegar no sono. Não era por preocupação, mas acredite que qualquer mãe digna desse nome me entenderá. Há pouco tempo, Gafanhoto, você subia pelas minhas pernas para ficar no meu colo. É com orgulho ver você alto, fisicamente feito, e independente sobretudo. Conte-me tudo, por favor. (...). Como é sua família de empréstimo? Quantas pessoas estão na casa? Quantos cinemas tem a cidadezinha?
Hoje, dia seguinte de sua partida, ocupei-me o dia todo para disfarçar a saudade (...). (LISPECTOR, 2002, p. 261).

Na carta, Clarice comenta com o filho sobre a fase final da produção de seu sexto romance. Em suas palavras: “Se o livro é bom? Eu acho ele detestável e malfeito, mas as pessoas que o leram acham-no bom” (LISPECTOR, 2002, p. 261). Certo tempo depois, no ano da aposentadoria, Clarice lançou *Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres*, obra que retrata a saga dos professores Lori e Ulisses que, ao buscarem o aprendizado do eu, descobrem o amor e o prazer da realização plena. Embora desaprovado pela própria escritora, o romance foi contemplado com o *Prêmio Golfinho de Ouro*, do *Museu da Imagem e do Som* por sua repercussão. Durante o tempo em que viveu nos Estados Unidos, entre 1969 e 1971, Clarice enviou 12 cartas ao filho. É interessante frisarmos que, nesse período, Paulo, seu filho mais novo, esteve em tratamento contra a esquizofrenia. Clarice sempre lhe comunicava acerca da recuperação do irmão ao findar das cartas:

Hoje felizmente Pedro foi ao cinema com tia Elisa. Imagine você que ele tinha inventado tantas coisas más a respeito do cinema que não queria mais ir. Mas, se Deus quiser, de agora em diante ele perderá o medo. (...).
Meu Gafanhoto, Deus te abençoe e te proteja. Aceite, junto com meu beijo, a minha bênção de mãe.
Mamãe. (LISPECTOR, 2002, p. 262).

Em 1971, Clarice lançou seu quarto livro de contos, *Felicidade Clandestina*, que reunia 25 textos com temas variados em torno ao universo autobiográfico. Em 1973, lançou seu quinto romance, *Água Viva*, em que Clarice se confunde com a personagem em suas reflexões infinitas entre sonhos, vida, tempo, estados da alma etc. Segundo a *Revista Veja Rio de Janeiro Edição Especial Clarice Lispector* (2008), em dezembro, ainda em setenta e três, Clarice deixou de assinar sua coluna no *Jornal do Brasil*, após

ser demitida por Alberto Dines, seu então chefe. Desde então, passa a dedicar-se às traduções. Em 1974, Clarice apresentou outras duas obras de contos, *A Via Crucis do Corpo* e *Onde Estivestes de Noite*, e também o terceiro livro infantil, *A Vida Íntima de Laura*, a história da galinha invejada por ser aquela que mais bota ovos na vizinhança. Nessa obra, a escritora revela, de forma humorada, que é conhecedora desses seres. A propósito, no mesmo ano, Clarice traduziu diversos materiais voltados para o público infanto-juvenil.

Em 1975, Clarice dedicou-se à pintura, e participou do *Primeiro Congresso Mundial de Bruxaria*, na Colômbia, onde realizou um discurso sobre “literatura e magia”. Ainda em setenta e cinco, lançou *De Corpo Inteiro*, uma reunião de entrevistas concedidas, na década anterior, às revistas *Manchete* e *Fatos e Fotos*. Aos 18 de agosto, o amigo Carlos Drummond de Andrade a escreve: “Ler ou reler você é sempre uma operação feliz: (...) Senti isto percorrendo *De corpo inteiro* e *Visão do esplendor*. Obrigado amiga!” (ANDRADE, 1975 apud LISPECTOR, 2002, p. 309). Em 1976, ano em que Pedro se casou, Clarice foi premiada pela *Fundação Cultural do Distrito Federal* por seu cânone. Em outubro, concedeu uma entrevista ao *Museu da Imagem e do Som*, comentando fatos de sua vida privada e carreira. Em dezembro, Clarice assumiu uma coluna de entrevistas para a *Fatos e Fotos*. No ano seguinte, em fevereiro, concedeu sua divulgada entrevista à TV Cultura, a qual, por pedido da escritora, somente seria veiculada após sua morte. Em outubro, apresentou *A Hora da Estrela*, retratando a trajetória da alagoana Macabéa no Rio de Janeiro. A última carta recebida por Clarice proveio de Lygia Fagundes Telles, com elogios à amiga pelo clássico, aos 25 de novembro. Em vida, *A Hora da Estrela* foi sua última publicação. No entanto,

A autora nos deixou, ainda, as obras póstumas **Um sopro de vida e Quase de verdade** (1978), **A bela e a fera** (1979), **A descoberta do mundo** (1984), **Como nasceram as estrelas – doze lendas brasileiras** (1987) e, recentemente, **Outros escritos** (2005) e **Correio feminino** (2006). (OLIVEIRA, 2007, p. 32, grifos do autor).

Clarice Lispector faleceu aos 09 de dezembro, em setenta e sete, um dia antes de seu 57º aniversário, após meses lutando contra um câncer. Sua entrevista à TV Cultura foi transmitida aos 28 de dezembro, 18 dias após seu sepultamento. Ainda em dezembro de setenta e sete, Pedro Gurgel Valente doou uma série de documentos particulares de Clarice ao AMLB. Na realidade, “O material que constitui este fundo documental foi doado (...) em dois lotes. O primeiro chegou a este Arquivo em 1977; e o segundo alguns

anos depois. (...) foram doados também numa terceira etapa livros que pertenceram à Clarice (DOYLE, 1993 apud VASCONCELLOS, 1993, p. 7). Nádia Battela Gotlib, renomada biógrafa da escritora, reconhece que “A uma aparente despreocupação mistura-se um calculadíssimo processo criador, quando se trata de construir uma imagem de vida/morte ou uma imagem em obra, o que também poderia ser considerado como um recurso ou um procedimento narrativo (GOTLIB, 1995, p. 186). Clarice, apesar das variadas fontes que evidenciam sua vida pública e privada, mantém-se ainda, de certa forma, como uma “incógnita”.

GOTLIB (1995) ressalta que:

(...) a própria Clarice recusa-se a ceder informação em relação a certos assuntos. A data de nascimento é um exemplo. Despista apresentando várias, em diferentes momentos, naturalmente, avançando no ano de nascimento à medida em que a idade avança. A tal ponto que há várias datas, à escolha: 1925, a que acriticamente adotou, por depoimento dela; 1920, de alguns documentos e segundo declaração do pai; 1921, 1926, 1927, noutros documentos, já segundo a própria Clarice. Ou declara data nenhuma. Certa vez, já nos anos 70, indagada a respeito da idade, responde: de modo incisivo: "Nasci na Ucrânia. Quando? Não, não quero dizer" (p.183).

Eliane Vasconcellos, organizadora do *Inventário do Arquivo Clarice Lispector* (1993), comenta:

Os dicionários de literatura brasileira dizem que Clarice nasceu a 10 de dezembro de 1925. Entretanto, não é o que aparece em seus documentos. Alguns trazem 10 de dezembro de 1920, outros apresentam datas diferentes. Algum motivo levou a escritora a esconder sua verdadeira idade. (...) Olga Borelli, que a conheceu de perto, escreve: ‘Em 1944, aos 17 anos terminou *Perto do Coração Selvagem*, seu primeiro romance’. E quando Affonso Romano de Sant’Anna afirma que ela era ainda uma ‘menininha de dezessete, dezoito anos’ quando escreveu seu primeiro romance, ela não contesta. Teria Clarice escrito *Perto do Coração Selvagem*, realmente aos dezessete anos e só publicado em 1944? Parece-me que não, penso que a escritora o teria escrito perto do ano da publicação, ou seja, com quase 23 anos. O livro é complexo demais para ser obra de uma adolescente. Mas fica aí a dúvida (p. 13).

Gotlib (1995) afirma que “Biografar Clarice... é enfrentar não só os deslocamentos no espaço pela busca constante de algo que se esvai, inatingível, nem os imprevistos e contradições do despiste cultivados pela arte da dissimulação (...)”, como também “(...) enfrentar os desdobramentos sucessivos das histórias da própria biografada que parece (...) cultivar imagens de si, em múltiplas figurações a tal ponto que até a proposta autobiográfica também se dilui” (p. 187). Em sua obra, “(...) conta fatos de sua vida,

assumindo o caráter autobiográfico dos textos¹⁶. (...) Constrói uma imagem de si destruindo qualquer barreira de setorização. E, assim, inviabiliza classificações¹⁷". (GOTLIB, 1995, p. 187-8). "*As Clarices – daqui do Brasil e da Ucrânia, e de todo lugar – com suas marcas de autora e pessoa – reiteram elas também num processo de reinvenção (...) em estratégias discursivas variadas – negações, contradições, dissimulações, transfigurações, transculturações*" (GOTLIB, 1995, p. 188-9, grifos da autora). No ato do "(auto)questionamento" e "(auto)esclarecimento", diria Clarice Lispector: "*Quem sou eu? Eu sou uma pergunta*". Portanto, trabalhar com sua história é, de fato, um verdadeiro desafio aos que se propõem a fazer.

Clarice garante: "*Só trabalho com achados e perdidos*". A "frase-clichê" parece bem sintetizar a lógica de acúmulo de seu material de arquivo.

Benedito Nunes, na nota filológica à edição crítica de *A Paixão Segundo G.H.*, observa que o arquivo de Clarice Lispector 'tem toda a aparência de uma coleção fortuita de despojos', mas mesmo assim acreditamos que constitui importante material para o pesquisador de literatura brasileira. A não ordenação do arquivo, a não conservação de seus originais levou o crítico a concluir que a escritora 'se descuroou voluntariamente tanto da observação dos originais da sua obra variada quanto da correção de seus textos, uma vez impressos. Essa dupla indiferença se relaciona de certa maneira com as condições que singularizam a sua escrita e o seu modo de compor'. Para Clarice o livro publicado é um livro morto. E a própria autora, em 1975, declara: 'Agora eu aprendi a não rasgar nada. Minha empregada, por exemplo, tem ordem de não deixar qualquer pedacinho de papel com alguma coisa escrita lá como está' e completa 'Ai, meu Deus, eu rasguei tanto'.

Os arquivos surgem espontaneamente, como consequência da vida de uma pessoa ou instituição, que ficará refletida na organização de seus papéis. Assim, pela ausência de certo tipo de material e pela presença de outro se pode estabelecer o programa de escritura de Clarice Lispector, sua inquietação, sua consciência reflexiva (VASCONCELLOS, 1993, p. 9).

Vasconcellos (1993) explica que o critério tipológico foi aderido no processamento intelectual do fundo Clarice Lispector, e que, numa segunda etapa, os documentos foram descritos para a confecção do inventário e do índice, o que demonstra o comprometimento do AMLB para com o acesso à informação, pesquisadores e admiradores da escritora. Os referidos instrumentos foram essenciais à fase de levantamento de tipologia documental e caracterização das séries que compõem o fundo

¹⁶ "(...) a infância em Recife, os banhos de mar com o pai, as escolas onde estudou em Recife (não todas), a doença da mãe, o livro de Monteiro Lobato que a menina rica não lhe empresta e depois acaba lhe emprestando por interferência da mãe, o chiclete de bola que a irmã lhe compra" (p. 187).

¹⁷ "É o que aparece na estrutura do romance *A Hora da Estrela*, em que a autora-escritora Clarice é o narrador Rodrigo, que, por sua vez, é a personagem Macabéa – judia no nome e nordestina de Alagoas -, que é, por sua vez, Clarice de novo" (p. 188).

Clarice, cujos resultados são apresentados adiante; a propósito, Eliane Vasconcellos explica, no Inventário, que o arquivo foi arranjado em 10 séries, distribuídas do seguinte modo: CORRESPONDÊNCIA (PESSOAL, DE TERCEIROS, FAMILIAR e FAMILIAR DE TERCEIROS); PRODUÇÃO INTELECTUAL (DO TITULAR e DE TERCEIROS); DOCUMENTOS PESSOAIS; DIVERSOS; DOCUMENTOS COMPLEMENTARES; RECORTES e; DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS. Por meio da consulta à documentação privada de Clarice, e demais fontes (documentais, bibliográficas e acadêmicas), visamos traçar um breve percurso biográfico da escritora, viabilizando, dessa forma, o cumprimento da primeira etapa da metodologia que norteia, pois, esta investigação: a identificação arquivística.

Passemos à segunda.

5.2 Clarice em arranjo: um “percurso diplomático”

Os documentos de arquivo, provenientes de Clarice Lispector, com os quais lidamos, nesta dissertação, são os custodiados pelo AMLB, cuja missão, aliás, é justamente preservar a memória literária do país, e hoje reúne mais de 100 arquivos privados de escritores brasileiros e 27 coleções, além de documentos avulsos, originais e recortes (VASCONCELLOS, 1993). Ressalvamos que os referidos documentos foram doados por Paulo Valente, e recebidos, pela FRB, em parcelas: em 1977 e em 1985, “(...) mesmo ano em que recebeu a máquina de escrever “*Underwood*” e mais 15 quadros de autoria de Clarice Lispector” (SILVA, 2017, p.141). Silva (2017) caracteriza o fundo de Clarice como um “arquivo de restos”¹⁸, à medida que, “juntando notas esparramadas pela casa, ia produzindo sua escrita (des)arquivística de si mesma, Clarice produziu um arquivo capitalizado no ato da escrita, não da memória ou auto monumentalização de si enquanto escritora (...)” (p. 145). Vasconcellos comenta que o arquivo “Não tinha nenhuma configuração. Veio em caixas. Todo bagunçado. (...) A única preocupação que ela tinha é que depois que o Lúcio Cardoso a advertiu, ela parou de jogar as coisas fora. Mas não tinha nenhuma arrumação” (2016 apud SILVA, 2017, p. 146).

"Em 2004, 26 anos depois da primeira doação para o AMLB, outro lote de documentos foi doado. Dessa vez, para o Instituto Moreira Salles" (SILVA, 2017, p. 152),

¹⁸ “Embora tivesse noção de sua importância enquanto escritora, e da importância de papéis, foi certo que durante a maior parte da vida profissional Clarice quase nada guardou de seus textos” (SILVA, 2017, p. 148).

também por Paulo Gurgel Valente e Nádia Gotlib, incluindo os datiloscritos encadernados de *A Hora da Estrela* e *Um Sopro de Vida*, com anotações da escritora (d'OLIVEIRA, 2016 apud SILVA, 2017). "O pesquisador que quiser ou precisar analisar o ACL deverá, portanto, dirigir-se às duas instituições" (p. 153): ao AMLB e ao IMS. Ao ser questionada acerca da unicidade arquivística, Gotlib (2017) esclarece que o AMLB "(...) embora conte com um corpo especializado de pesquisadores de primeira linha, infelizmente não dispõe de recursos que possibilitariam um tratamento especial, tal como a documentação exige (apud SILVA, 2017). Emily Fidelix Silva, mestra em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina e também pesquisadora do fundo Clarice Lispector, descobriu, por Júlia Menezes Lima, funcionária da coordenadoria do IMS, que o acervo de Clarice custodiado pelo Departamento de Literatura do Instituto recebeu, após 2004, novos documentos, concedidos por Paulo, entre 2007 e 2015, incluindo livros, manuscritos, datiloscritos, quadros, CDs e fotografias. Quanto ao modelo de arranjo, Silva (2017) comenta que a lógica do IMS se assemelha à do AMLB. Ressalvamos, pois, que a caracterização das séries, por tipologia documental, apresentada adiante é, portanto, um "recorte" do fundo Clarice custodiado, exclusivamente, pelo AMLB, que, segundo Vasconcellos (1993) contempla 697 documentos manuscritos e datilografados e 1466 documentos impressos, datados de entre 1935 e 1980.

Conforme recomendação da banca, no exame de qualificação, a dinâmica estabelecida para o cumprimento dessa segunda etapa de identificação arquivística foi: listamos, por série documental, as espécies¹⁹, seus elementos diplomáticos e/ou conceituais, e, da espécie, o conceito genérico do documento suscitado com base na análise dos documentos e na consulta do *Inventário do Arquivo Clarice Lispector* (1993), a tipologia documental dela decorrente, acompanhada de sua notação lógica e dados descritivos (tarefas, assuntos, datas tópica e cronológica, signatários, laudas etc.), com vistas, justamente, à contemplação genética dos documentos de Clarice no AMLB. Acreditamos que, dessa forma, possamos cumprir com, ao menos, dois dos eixos norteadores dos objetivos desta investigação, intrinsecamente elencados ao domínio da Arquivologia: contextualização e acessibilidade da informação pessoal, pautados em esclarecimento de terminologia e funcionalidade. Portanto, o exercício proposto, o de "dar nome aos documentos", será delimitado, salvo em casos de registros muito peculiares, pela fórmula de Bellotto (2002). No escopo de cada série, registramos

¹⁹ Em ordem alfabética conforme incidência no *Inventário*.

comentários acerca da caracterização do material que a compõe, a partir da análise dos instrumentos de gestão e acesso; em 5.3, apresentamos quadros de síntese da relação de dos tipos documentais por série²⁰.

Passemos ao levantamento.

5.2.1 Série *correspondência*

De acordo com o *Inventário do Arquivo Clarice Lispector*, a *série correspondência* contempla a correspondência pessoal da escritora, de terceiros, de familiares e familiares de terceiros, totalizando 390 documentos datados de entre 1942 e 1977. Eliane Vasconcellos (1993) comenta que, no processo de identificação, com a impossibilidade de reconhecer-se algumas assinaturas, parte das dúvidas foi sanada com a consulta de outros registros do próprio fundo ou em arquivos de terceiros; contudo, outras assinaturas não foram identificadas. Além do mais, alega que a correspondência ativa é bastante reduzida, limitando-se às cartas de Clarice ao editor Pierre de Lescure, à *Livraria Agir*, ao *Ministério da Educação e Cultura*, à revista *New Mexico Quarterly*, a Renée Spodheim e a Paulo Gurgel Valente. A correspondência passiva, por sua vez, destaca-se pelas 21 cartas trocadas com Fernando Sabino, entre 1946 e 1959, além das 7 cartas trocadas com Rubem Braga, entre 1945 e 1962, nas quais comenta a produção literária de Clarice e a situação política do país. “Por meio da correspondência com Manuel Bandeira ficamos sabendo que Clarice Lispector também percorreu os caminhos da poesia” (p. 10). “Através do conjunto de suas correspondências ativas e passivas, é possível perceber os diversos traços que compõem a personalidade de Clarice, e mais, tratam-se de nuances observadas nas diferentes Clarices, de acordo com o destinatário (...)” (SILVA, 2017, p, 88).

Passemos à identificação.

Espécie documental: BILHETE

Definição:

documento diplomático, informativo, descendente.

Na administração colonial: comunicado, em geral, de Secretário de Conselho ou de Tribunal, solicitando alguma informação necessária à

²⁰ Em ordem estabelecida conforme número de incidências no *Inventário*, e em ordem alfabética conforme tipos documentais quantificados em idêntica proporção.

tramitação de algum documento ou transmitindo uma notícia ou o anúncio da concessão de mercê real, que segue em outro documento. (Obs.: por sua informalidade e pelo fato de estarem apensos a outros documentos, muitas vezes, não têm direção nem datação próprias) (BELLOTTO, 2002, p. 51).

1 carta ou mensagem breve, reduzida ao essencial, tanto na forma como no conteúdo 2 o pedaço de papel escrito que lhe serve de suporte (...) (HOUAISS, 2001, p. 452).

Relação de tipos documentais identificados

CL/cp/058 – BILHETE DE APROVAÇÃO

(de arte da capa de *A Hora da Estrela*, com prova anexada; Rio de Janeiro, 06/06/1977)

CL/cp/099 – BILHETE DE NOTIFICAÇÃO

(enviado à Clarice, no qual Nélida Pinhão afirma estar viajando para São Paulo; Rio de Janeiro, 23/11/1977)

Espécie documental: CARTA

Definição:

documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso.

1. Correspondência do alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e função públicos. Nas entidades privadas da área comercial, industrial, bancária, social entre outras, a carta é uma forma de correspondência largamente utilizada para transmitir informações, solicitar favores, fazer convites etc. Sem ser obrigatório, diplomaticamente, há uma certa padronização. **Protocolo inicial:** datas tópica e cronológica. Endereçamento. Direção. **Texto:** paragrafado, com a exposição e o objetivo da carta. **Protocolo final:** fecho de cortesia, assinatura, nome e cargo do signatário (...) (BELLOTTO, 2002, p. 51-2, grifos da autora).

1 mensagem, manuscrita ou impressa, a uma pessoa ou organização, para comunicar-lhe algo 2 *p.ext* tal mensagem, fechada num envelope, ger. endereçado e freq. selado (...) (HOUAISS, 2001, p. 636).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/cp/001 – CARTA DE COMENTÁRIO

(sobre artigo de Caio Fernando de Abreu para a *Folha da Manhã*; Porto Alegre, 21/11/1977)

CL/cp/002 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre o livro *Breve Historia de Todas las Cosas*, por Marco Túlio Aguilera; Cali e Lawrence, 31/06/1975 a 10/04/1976)

CL/cp/003 – CARTA DE ELOGIO

(à tradução de *Luzes Acesas*, por Lúcia Aizin; s.l., s.d.)

CL/cp/004 – CARTA DE AGRADECIMENTO

(pela cópia *A Paixão Segundo G.H.*; no registro, também solicita a relação de obras publicadas por Clarice; Nova Iorque, 15/06/1967)

CL/cp/005 – CARTA DE APRESENTAÇÃO

(de transcrição da poesia *Eletricidade Corporal*, por Maria do Carmo C. de Almeida; Recreio, 21/09/1971)

CL/cp/006 – CARTA DE COMENTÁRIO

(sobre sua própria produção literária, por Ari de Andrade; Rio de Janeiro, 13/04/1947)

CL/cp/007 – CARTAS DE PARECER

(sobre a obra de Clarice, por Carlos Drummond de Andrade, e envio de poesia inspirada em *Onde Estivestes de Noite?*; Rio de Janeiro, 05/05/1975 e 18/08/1975)

CL/cp/008 – CARTA DE SOLICITAÇÃO

(à Clarice para que contatasse Oswald de Andrade; São Paulo, 14/10/1946)

CL/cp/010 – CARTA DE PEDIDO

(à Clarice para que apreciasse a obra de José Antônio; s.l., 21/05/1975)

CL/cp/012 – CARTA DE PARECER

(sobre a obra de Clarice, por Valmir Ayala; Rio de Janeiro, 08/03/1966)

CL/cp/013 – CARTAS DE COMENTÁRIO

(sobre leitura das obras de Clarice, por Andréa Azulay; Rio de Janeiro, 04/01/1974 a 12/1975)

CL/cp/014 – CARTAS DE PARECER

(sobre Clarice enquanto poetisa, por Manuel Bandeira; Rio de Janeiro, 20/03/1945 a 13/08/1946)

CL/cp/015 – CARTA DE ELOGIO

(à Clarice, em referência a jornais literários de Divinópolis, por Lázaro Barreto; s.l., s.d.)

CL/cp/016 – CARTA DE ENDEREÇAMENTO

(de cópias do poema *Na Mão de Deus*, e correspondência com Hélène Kazant-Jaki; s.l., 24/04/1976)

CL/cp/018 – CARTA DE SOLICITAÇÃO

(à Clarice para que apreciasse a versão francesa do conto *Mistério em São Cristóvão*; Paris, 04/11/1967)

CL/cp/019 – CARTAS DE RESPOSTA

(a perguntas elaboradas por Clarice sobre a carreira artística da signatária; São Paulo, 04/03/1977 e 26/03/1977)

CL/cp/020 – CARTA DE ACORDO

(sobre direitos autorais para publicação de contos de Clarice na *International Fiction Writers*; s.l., 21/08/1975)

CL/cp/021 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre crônicas de Rubem Braga no *Correio da Manhã*, e publicações dominicais no *Diário Carioca*; sobre publicação do livro *Com a FEB na Itália*; sobre a situação política no Brasil, em 1945; sobre crítica a Oswald de Andrade e Jorge Amado; sobre publicação da edição de luxo de *A Borboleta Amarela*, com

ilustrações de Caribé; sobre a intenção do signatário em criar o *Almanaque Brasileiro de Literatura e Arte*; Rio de Janeiro e Rabat, 07/09/1945 a 27/05/1962)

CL/cp/022 – CARTAS DE SUGESTÃO

(à Clarice para que conhecesse o modo de viver dos índios brasileiros, tema discutido por Antônio Calado em seu livro *Frankel*; Rio de Janeiro, 09/10/1954 e 31/10/1954)

CL/cp/023 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre amigos em comum com Paulo Mendes Campos; Rio de Janeiro, 06/1946 e 10/1946)

CL/cp/024 – CARTAS DE COMENTÁRIO

(sobre *O Lustre*, por Lúcio Cardoso; sobre a amizade da escritora com o signatário e; sobre a criação do *Teatro da Câmara*; s.l., 26/07/1947)

CL/cp/025 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(de assuntos pessoais, por Alfredo Ceschiatti, e de contatos na Itália; Roma, 02/03/1947 a 18/05/1947)

CL/cp/026 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre tradução de *Laços de Família*, *Perto do Coração Selvagem* e *A Maçã no Escuro*, e sobre a publicação desse último romance; s.l., 19/07/1962 a 05/11/1962)

CL/cp/027 – CARTA DE RESPOSTA

(para *O Mistério do Coelho Pensante*, por alunas da 5ª série; Niterói, 04/1972)

CL/cp/028 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre o *Congresso Mundial de Bruxaria*; s.l., 01/1975 a 01/08/1975)

CL/cp/029 – CARTA DE ENDEREÇAMENTO

(de livro como presente à Clarice, por P. J. Cooper; s.l., 31/01/1951)

CL/cp/031 – CARTA DE AGRADECIMENTO

(por correspondência recebida por Vasco Leitão da Cunha; Roma, 26/12/1944)

CL/cp/035 – CARTA-CONVITE

(à Clarice para que fosse madrinha de Gilberto Veloso, classificado no concurso *Estudante do Ano 1962*; Rio de Janeiro, 10/12/1962)

CL/cp/036 – CARTA DE PROPOSTA

(para publicação de *Os Desastres de Sofia*, *Viagem a Petrópolis* e *Amor*; Praga, 15/02/1972)

CL/cp/037 – CARTA DE COMENTÁRIO

(sobre *Água Viva*, por Alberto Dines; s.l., 20/06/1973)

CL/cp/038 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre a publicação do conto *Uma Galinha*; Buenos Aires, 19/07/1962)

CL/cp/039 – CARTAS DE INTERESSE

(na publicação de *Felicidade Clandestina*, pelas *Ediciones de La Flor S.R.L.*; Buenos Aires, 16/02/1972 e 29/03/1972)

CL/cp/040 – CARTA DE JUSTIFICATIVA

(dos motivos pela recusa da publicação de *A Maçã no Escuro e Laços de Família*, pelas *Éditions du Seuil*; Paris, 03/07/1963)

CL/cp/041 – CARTA DE PEDIDO

(à Clarice para que autorizasse a publicação do conto *A Partida do Trem* na *Revista Nova*; Rio de Janeiro, 18/03/1975)

CL/cp/042 – CARTA DE JUSTIFICATIVA

(dos problemas com a tradução de *Le Bluff du Futur*, feita por Clarice; Rio de Janeiro, 26/04/1976)

CL/cp/043 – CARTA DE COMENTÁRIO

(acerca da impossibilidade de publicar *A Maçã no Escuro*, devido a problemas financeiros na *Editora Civilização Brasileira*; Rio de Janeiro, 24/04/1959)

CL/cp/044 – CARTAS-CONVITE

(à Clarice para que escrevesse contos e cartas/crônicas à *Revista Senhor*; Rio de Janeiro, 12/11/1958 e 25/11/1958)

CL/cp/045 – CARTA DE PEDIDO

(de esclarecimentos quanto à entrega da tradução de *A Via Crucis do Corpo* à outra editora, senão à *Sudamericana*, então editora de Clarice; s.l., 20/02/1975)

CL/cp/046 – CARTAS DE COMENTÁRIO

(sobre leituras de *O Lustre*, e atividades nos Estados Unidos; Boston e México, 07/1946 e 29/03/1976)

CL/cp/047 – CARTA DE AUTORIZAÇÃO

(para publicação do conto *Uma Galinha* na *Revista ET CETERA*; Varginha, 11/1976)

CL/cp/049 – CARTA DE ELOGIO

(à Clarice, por Sílvia Ferreira, e notícias pessoais; Tânger, 28/02/1947)

CL/cp/050 – CARTA DE INTERESSE

(na qual Teresinha Fialho trata da disposição de Clarice em visitar a *Universidade da Paraíba*; João Pessoa, 10/04/1976)

CL/cp/052 – CARTAS DE PARECER

(sobre *Perto do Coração Selvagem*, por Natércia Freire; s.l., s.d.)

CL/cp/053 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre a novela que Mora Fuentes havia começado a escrever, e comentários sobre a experiência da signatária com *Super 8* e desenho animado; São Paulo, 04/11/1975)

CL/cp/054 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre remessa de página da *Revista Informativo*; Rio de Janeiro, 13/07/1973)

CL/cp/055 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(a respeito de pagamento de direitos autorais pela tradução do conto *À Procura de uma Dignidade*; Vancouver, 18/10/1976)

CL/cp/056 – CARTA DE ADMIRAÇÃO

(por Clarice e seus livros, assinada por aluna de 1ª série; Garça, 02/11/1976)

CL/cp/057 – CARTA DE AGRADECIMENTO

(pela recepção de Clarice em sua casa, por V. Gitermam; Berna, 18/10/1946)

CL/cp/059 – CARTA DE ADMIRAÇÃO

(na qual, Veton Hugo, o signatário, expressa o desejo de encontrar Clarice pessoalmente; Foz do Iguaçu, 30/06/1977)

CL/cp/060 – CARTA-CONVITE

(à Clarice para que conhecesse um equipamento na *IBM do Brasil*; Rio de Janeiro, 27/10/1971)

CL/cp/061 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(acerca da reedição de *Alguns Contos* pelo *Instituto Estadual do Livro (RS)*; Porto Alegre, 20/06/1959)

CL/cp/062 – CARTA-CONVITE

(à Clarice para que participasse de sessão solene no *Instituto Nacional do Livro*; s.l., 11/12/1967)

CL/cp/063 – CARTA DE COMENTÁRIO

(sobre alterações em *O Caminho sem Aventura*, de Lêdo Ivo, e artigo elogioso à Clarice; Rio de Janeiro, 05/07/1944)

CL/cp/064 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre publicação de livros de Clarice em espanhol; sobre remessa de reportagem publicada no *Suplemento Literário de La Nación*; sobre proposta feita à *Sudamericana* para que organizasse um livro de reportagens, também com a participação de Clarice; sobre diretrizes da editora, e desejo da signatária em tê-la na programação editorial, bem como expor suas obras na *Feira de Livros de Buenos Aires*; Buenos Aires, 17/04/1972 a 21/07/1977)

CL/cp/065 – CARTA DE AGRADECIMENTO

(por livros concedidos à Lígia Johnson; s.l., 03/07/1977)

CL/cp/068 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre a destruição de mil exemplares, em francês, de *Perto do Coração Selvagem* à *Librarie Plon*; Paris, 18/12/1958)

CL/cp/070 – CARTAS DE PEDIDO

(à Clarice para que autorizasse a inclusão da crônica *Você é um Número* em coletânea de ensino fundamental; Rio de Janeiro, 31/08/1971 e 11/04/1977)

CL/cp/071 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre a remessa de um recorte sobre *Perto do Coração Selvagem*; Lisboa, 18/12/1961)

CL/cp/072 – CARTA DE ENDEREÇAMENTO

(de questionário à Clarice, por Gunter W. Lorenz; Alemanha, 09/01/1969)

CL/cp/073 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre remessa das traduções dos contos *Os Desastres de Sofia* e *À Procura de uma Dignidade*, e andamento da tradução de *Água Viva*; Nova Iorque e Bogotá, 28/11/1973 e 12/12/1977)

CL/cp/074 – CARTA DE ADMIRAÇÃO

(por Clarice, assinada por Maria Bernardo Ramos; Brasília, 23/08/1960)

CL/cp/075 – CARTA DE SUGESTÃO

(de tradutora para *O Lustre*, por Pascoal Carlos Magno; S.l., 1946)

CL/cp/076 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(pessoais e literárias, por Azaléia Maldonado; S.l., 23/04/1974)

CL/cp/077 – CARTA DE COMENTÁRIO

(sobre leitura de *O Lustre*, por Fabrizio Mapolitani; Nápoles, 04/03/1946)

CL/cp/078 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre publicação da versão de *A Maçã no Escuro*, em inglês, por Elizabeth Marton; Nova Iorque, 05/09/1967)

CL/cp/079 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre remessa de cópia de petição, recibo de despesas e outros documentos, por Carlos Celso Parente de Melo; Rio de Janeiro, 05/02/1962)

CL/cp/080 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre publicação de romances de Clarice em castelhano; sobre desejo do signatário em publicar *Coro dos Anjos*; sobre publicação das poesias completas de Joaquim Cardoso; sobre plano de criar uma revista para divulgação da cultura catalã no Brasil; sobre elogios de Ledo Ivo ao romance *A Cidade Sitiada*; sobre a crise editorial no país, e sua repercussão na produção literária nacional; sobre publicação do livro *Quaderna*; sobre interesse do signatário em que Clarice cooperasse na criação da *Revista Antologia*; Barcelona e Sevilha, 29/09/1948 a 21/05/1958)

CL/cp/081 – CARTAS DE COMENTÁRIO

(sobre tradução e distribuição dos livros de Clarice na Dinamarca, por Kurt Michaels; Charlottenlund, 15/05/1965 e 16/06/1967)

CL/cp/083 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre remessa de exemplares da tradução de *A Paixão Segundo G.H.* e críticas na imprensa; Caracas, 04/06/1971)

CL/cp/084 – CARTA DE EXPRESSÃO DE VOTOS

(natalinos, redigida em forma de declaração e com firma reconhecida, por João Bosco de Araújo Moreira; Belo Horizonte, 07/12/1970)

CL/cp/085 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(de assuntos pessoais, por José Correia de Moura; Belo Horizonte, 06/04/1972 a 10/02/1977)

CL/cp/086 – CARTAS DE COMENTÁRIO

(sobre leitura de *Perto do Coração Selvagem*, *O Lustre* e sobre o estilo de Clarice, por Reinaldo Moura; Porto Alegre, 21/12/1944 e 08/02/1946)

CL/cp/088 – CARTA DE ELOGIO

(à crônica *Ao Correr da Máquina*, no *Jornal do Brasil*; Rio de Janeiro, 18/04/1971)

CL/cp/092 – CARTA DE PEDIDO

(de opinião sobre crônica, e remessa de entrevista, por Lindolfo Paoliello; Belo Horizonte, 03/09/1968)

CL/cp/093 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre a saúde de Fernando Paranhos; 27/04/1977 e 08/11/1977)

CL/cp/094 – CARTAS DE COMENTÁRIO

(sobre trabalho escrito de Alzira Vargas do Amaral; s.l., s.d.)

CL/cp/095 – CARTA DE COMENTÁRIO

(sobre processo literário de Clarice, por Peregrino Júnior; Rio de Janeiro, 04/10/1961)

CL/cp/096 – CARTA DE INTENÇÃO

(em publicar tese sobre Clarice no Brasil, por Terezinha Alves Pereira; Blomington, 19/05/1972)

CL/cp/097 – CARTA DE PARECER

(crítico sobre a obra de Clarice, por José Américo Mota Pinheiro, enfatizando *Objeto Gritante – Água Viva*; São Paulo, 05/03/1972)

CL/cp/098 – CARTAS DE AGRADECIMENTO

(por correspondências recebidas pela signatária, e comentários sobre experiência teatral; Rio de Janeiro, 28/10/1946)

CL/cp/100 – CARTA-CONVITE

(à Clarice para que integrasse livro de depoimentos de escritoras brasileiras, organizado por Clélia Piza; Paris, 20/08/1975)

CL/cp/101 – CARTA DE COMENTÁRIO

(sobre a crônica *Destino*, por Eduardo Portela; Rio de Janeiro, 11/12/1971)

CL/cp/102 – CARTA DE AGRADECIMENTO

(pela sensibilidade de Clarice em compreender os relatos pessoais do signatário; s.l., s.d.)

CL/cp/103 – CARTA-CONVITE

(para lançamento do livro *Bagagem*, de Adélia Prado; Divinópolis, 09/04/1976)

CL/cp/104 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(à Clarice de que a signatária iria ao Rio de Janeiro para realizar pesquisas para sua tese de doutorado, também sobre a escritora; s.l., s.d)

CL/cp/106 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(acerca de um jovem crítico analisando *O Lustre*; Florianópolis, s.d.)

CL/cp/107 – CARTA DE COMENTÁRIO

(sobre entrevista de Clarice à *Manchete*; Rio de Janeiro, 28/10/1975)

CL/cp/108 – CARTA DE PEDIDO

(à Clarice, que ajudasse o signatário na solução de assunto pendente junto à *Livraria Francisco Alves*; Recife, 08/03/1976)

CL/cp/109 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre assuntos pessoais de Fernando Sabino; sobre a produção conjunta do signatário com Clarice; sobre a correção do manuscrito de *A Maçã no Escuro*; sobre críticas publicadas de *O Lustre*; sobre sugestões à

Clarice para que escrevesse crônicas para a *Manchete*; sobre livros de Guimarães Rosa e Ciro dos Anjos; Rio de Janeiro e Nova Iorque, 06/05/1946 a 16/02/1959)

CL/cp/110 – CARTA DE SUGESTÃO

(à Clarice quanto à temática para a produção de um novo livro; s.l., 01/02/1958)

CL/cp/111 – CARTA DE SOLICITAÇÃO

(à Clarice para que autorizasse a publicação de seu testemunho sobre *Livros Condensados*; s.l., 06/05/1968)

CL/cp/112 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(à Clarice de que o signatário havia escrito a Simeão Leal, com pedido para reaver os direitos autorais de seus contos, a fim de publicá-los separadamente; também recusa o convite para colaborar em revista, com crônicas, sugerindo outro tipo de colaboração; s.l., s.d.)

CL/cp/113 – CARTA DE INTENÇÃO

(em traduzir *Objeto Gritante – Água Viva*, por Alexandre Severino; Nashville, 02/06/1972)

CL/cp/115 – CARTAS DE COMENTÁRIO

(sobre a atividade crítico-literária que Malcolm Silverman desenvolvia; Lawrence e San Diego, 06/05/1971 e 31/12/1975)

CL/cp/118 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre remessa de livro, por Egídio Squeff; s.l., 18/07/1941)

CL/cp/119 – CARTA DE COMENTÁRIO

(sobre *O Lustre*, e notificação de assuntos pessoais do signatário; Nápoles, 04/03/1946)

CL/cp/121 – CARTA DE PARECER

(sobre leitura dos livros de Clarice, por Luís Torres; Salvador, 25/02/1976)

CL/cp/122 – CARTAS DE ADMIRAÇÃO

(à pessoa e à amizade com Clarice, assinada por Padre Armindo Trevisan; também expressa agradecimento pela crônica *Mário Quintana e Sua Admiradora*, publicada no *Jornal do Brasil*; Santa Maria, 04/03/1968 e 21/11/1968).

CL/cp/124 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre a vida de Érico Veríssimo em Porto Alegre, e atividades de seu filho Luis Fernando; sobre comentários de *Encontro Marcado*, de Fernando Sabino; *Vila dos Encontros*, de Mário Palmério, e; *Grande Sertão Veredas*, de Guimarães Rosa; sobre a produção de trabalhos literários do signatário; Porto Alegre, 11/10/1956 a 30/11/1966)

CL/cp/125 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(sobre assuntos pessoais de Bluma Wainer, do cotidiano em Paris e no Rio de Janeiro; sobre *Diretrizes*; do *II Congresso Brasileiro de Escritores*; Paris e Rio de Janeiro; 12/04/1937 a 14/10/1948)

CL/cp/126 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre o recebimento dos livros de Clarice pela William Marrow & CO; Nova Iorque, 29/07/1962)

CL/ct/01 – CARTAS DE COMENTÁRIO

(a Mauri Gurgel Valente, sobre *O Lustre*; sobre o Consulado do Brasil em San Juan de Porto Rico; sobre um curso acerca de Shakespeare; San Juan de Porto Rico e Nova Iorque, 18/02/1944 a 17/10/1946)

CL/ct/02 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(a Mauri, sobre prestação de contas, com demonstrativos de pagamento em anexo; Rio de Janeiro, 04/09/1962 a 07/08/1963)

CL/ct/03 – CARTA DE RECOMENDAÇÃO

(a Osvaldo Aranha, na qual André Carrazzoni, diretor de *A Noite*, indica Clarice ao *Ministério das Relações Exteriores*; Rio de Janeiro, 04/09/1942)

CL/ct/04 – CARTA DE COMENTÁRIO

(a Mozart Gurgel Valente, sobre Clarice; Rio de Janeiro, 18/09/1969)

CL/ct/05 – CARTA DE COMENTÁRIO

(a Mauri, sobre epidemia de varíola que ocorria na França, por Bluma Wainer; Paris, 29/03/1947)

CL/cf/02 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(sobre o nascimento de Pedro Gurgel Valente; sobre o desenvolvimento do menino; sobre a vida pessoal e profissional do casal Gurgel Valente; Berna, 1948 a 29/11/1959)

CL/cf/03 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(de Mauri à Clarice, tratando de assuntos pessoais; Washington e Varsóvia, de 27/07/1959 a 03/07/1963)

CL/cft/01 – CARTAS DE EXPRESSÃO DE VOTOS

(de comoção, de Mauri à Maria José Gurgel Valente, por demonstrar-se interessada em Clarice e nos filhos; trata, nos registros, da separação, de Clarice e da vida nos Estados Unidos; Washington, 27/05/1959 e 06/08/1958)

CL/cft/02 – CARTAS DE COMENTÁRIO

(de Mauri a Mozart, sobre a política administrativa do Itamarati; S.l., s.d.)

CL/cft/03 – CARTAS DE ELOGIO

(de Mauri a Paulo Gurgel Valente, pelos desenhos recebidos; também questiona acerca da vida escolar e da aprendizagem de português; Washington, 22/09/1959 a 20/10/1959)

Espécie documental: CARTÃO

Definição:

documento não-diplomático, informativo.

À primeira vista pode parecer que seja apenas um formato ou uma fórmula. Entretanto, o formato, se preenchido com dizeres impressos e/ou manuscritos, passa à espécie. A sua estrutura será basicamente a da identificação pessoal ou organizacional ou ambas, em geral impressas e a cujos dizeres poderá ser adicionada uma mensagem, em geral, manuscrita (BELLOTTO, 2002, p. 55-6).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/cp/033 – CARTÃO DE AGRADECIMENTO

(por *O Lustre*, por Luis Delgado; Recife, 05/08/1946)

CL/cp/048 – CARTÃO DE COMENTÁRIO

(enviado à Clarice, pelo fato de o signatário não haver encontrado a escritora na Itália; Paris, 22/08/1947)

CL/cp/090 – CARTÃO DE RECORDAÇÃO

(enviado à Clarice, por Benedito Nunes; Belém, 02/06/1975)

CL/cp/105 – CARTÃO DE OPINIÃO

(sobre a produção literária de Clarice, em ascensão, por Artur Ramos; Rio de Janeiro, 24/12/1944)

CL/cp/114 – CARTÃO DE NOTIFICAÇÃO

(sobre os livros de Clarice que haviam sido aderidos na escola dirigida pela signatária; Campos, 18/09/1973)

CL/cp/116 – CARTÃO DE PEDIDO

(de desculpas enviado à Clarice, por João Gaspar Simões; Lisboa, s.d.)

CL/cp/120 – CARTÕES DE ELOGIO

(à *A Hora da Estrela*, e envio de notícias pessoais, por Lígia Fagundes Teles; Águas de São Pedro, 10/09/1974 e 25/11/1977)

CL/cf/01 – CARTÃO DE COMENTÁRIO

(sobre viagem, por Elisa Lispector; s.l., s.d.)

Espécie documental: CORRESPONDÊNCIA

Definição:

Comunicação escrita, expedida (ativa) ou recebida (passiva), por entidades coletivas, entidades coletivas pessoas ou famílias (BRASIL, 2005, p. 60).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/cp/030 – CORRESPONDÊNCIAS DE NOTIFICAÇÃO

(entre Clarice e Ribeiro Couto: sobre poema de Natércia Freire, dedicado à Clarice; sobre o artigo que Gaspar Simões escreveria sobre *Perto do Coração Selvagem*; sobre referências de *O Lustre* e *Perto do Coração Selvagem*; Lisboa, 24/08/1944 a 02/12/1945)

CL/cp/032 – CORRESPONDÊNCIAS DE NOTIFICAÇÃO

(entre Clarice e San Tiago Dantas: sobre viagens; sobre a admiração do signatário por Clarice; sobre a apresentação de Hortência de Holanda e Lúcia Quental; Paris e Hot Springs, 03/02/1947 a 16/06/1959)

CL/cp/067 – CORRESPONDÊNCIAS DE NOTIFICAÇÃO

(entre Clarice e Pierre de Lescure: sobre a criação da *Revista Roman*; sobre a tradução de *Perto do Coração Selvagem*; sobre recebimento de remessa de artigos; sobre remessa de *O Lustre*, *A Cidade Sitiada* e um livro de contos; Washington e Anvers, 12/02/1951 a 31/10/1961)

CL/cp/069 – CORRESPONDÊNCIAS DE SUGESTÃO

(para contrato de edição de *Laços de Família*, entre Clarice e a *Livraria Agir*; Washington e Rio de Janeiro, 28/03/1959 a 15/04/1959)

CL/cp/082 – CORRESPONDÊNCIAS DE PROPOSTA

(de Clarice ao *Ministério da Educação e Cultura*, para devolução do dinheiro recebido em troca de direitos autorais de contos que desejava publicar separadamente; Rio de Janeiro e Washington, 06/01/1959 e 10/03/1959)

CL/cp/089 – CORRESPONDÊNCIAS DE SOLICITAÇÃO

(entre Clarice e a *New Mexico Quarterly*: da escritora à Revista, para que fosse dada ênfase em sua educação e cidadania brasileiras; de indicação de revistas que pudessem publicar os contos da escritora; no registro, a revista convida Clarice a remeter seus trabalhos; Washington, 08/11/1956 a 12/05/1957)

CL/cp/091 – CORRESPONDÊNCIAS DE COMENTÁRIO

(entre Clarice e Marli de Oliveira: sobre a possibilidade de publicação da versão em espanhol de *Laços de Família* e *A Paixão Segundo G.H.*; Buenos Aires e Genebra, 22/06/1968 a 13/03/1972)

CL/cp/117 – CORRESPONDÊNCIAS DE SOLICITAÇÃO

(entre Clarice e Renée Spodheim: refere-se à tentativa de revisão de contrato com a *Librarie Plon*; Nova Iorque, 25/06/1960)

CL/cp/123 – CORRESPONDÊNCIAS DE ENDEREÇAMENTO

(de tradução de poesias de autores brasileiros, de Giuseppe Ungaretti à Clarice; Roma, 29/07/1945 a 04/09/1945)

CL/cf/04 – CORRESPONDÊNCIAS DE COMENTÁRIO

(entre Clarice e Paulo: sobre o seu modo de vida com a “família americana emprestada”; sobre a opinião de Fernando Sabino em relação à *Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres*; sobre as atividades de Clarice na *Manchete*; sobre a adesão de *A Mulher que Matou os Peixes* em várias escolas; sobre o livro que seria editado pela *Sabiá*; Rio de Janeiro e Londres, 14/06/1961 a 10/02/1975)

CL/cft/04 – CORRESPONDÊNCIAS DE ELOGIO

(entre Mauri e Pedro: por seu progresso nos estudos de português; também informa que iria ao Rio de Janeiro; Berlim e Washington, 08/07/1959 a 29/11/1964)

Espécie documental: OFÍCIO

Definição:

documento não-diplomático, informativo.

Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial. Entidades privadas não expedem ofícios e sim cartas. É pelo ofício que se mantém o intercâmbio de informações a respeito de assunto técnico ou administrativo, cujo teor tenha caráter exclusivamente institucional. Embora não seja um documento diplomático, o ofício tem sua redação mais ou menos padronizada. Suas partes componentes são: o **título** abreviado - of., seguido da sigla do órgão expedidor e do número do ofício. Depois vêm as **datas tópicas e cronológicas**. Em seguida, a **direção** e o vocativo Senhor. Por último, o **texto** propriamente dito,

antecedendo o **fecho** de cortesia e a **assinatura do emitente** (BELLOTTO, 2002, p. 76-7, grifos da autora).

(...) 6 comunicação adotada no serviço público entre autoridades da mesma categoria, ou de autoridades a particulares, ou de inferiores a superiores hierárquicos, caracterizada por obedecer a certa fórmula epistolar e pelo formato do papel (formato ofício) (...) (HOUAISS, 2001, p. 2052).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/cp/051 – OFÍCIOS DE AGRADECIMENTO

(por serviços prestados à *Força Expedicionária Brasileira*; Nápoles e Francolise, 17/04/1945 e 16/08/1945)

Espécie documental: TELEGRAMA

Definição:

documento não-diplomático informativo. Registro de notícia ou informação que se transmite por meio de telégrafo (BELLOTTO, 2002, p. 89).

1 comunicação transmitida ou recebida via telégrafo 2 impresso onde se escreve essa comunicação (...) (HOUAISS, 2001, p. 2686).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/cp/009 – TELEGRAMA DE AGRADECIMENTO

(pela remessa de *Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres*, por Ciro dos Anjos; Brasília; s.d.)

CL/cp/011 – TELEGRAMA DE CONVITE

(à Clarice para que participasse de solenidade na Praça Serzedelo Correia; Rio de Janeiro, 08/1943)

CL/cp/017 – TELEGRAMA DE ELOGIO

(à crônica *Amor*, por Maria Alice Barroso; Rio de Janeiro, 12/09/1971)

CL/cp/034 – TELEGRAMA DE EXPRESSÃO DE VOTOS

(de reestabelecimento, pelo Departamento de Cultura; Rio de Janeiro; 22/11/1977)

CL/cp/066 – TELEGRAMA DE EXPRESSÃO DE VOTOS

(de reestabelecimento, por Sara Kubitschek; Rio de Janeiro, 15/11/1977)

CL/cp/087 – TELEGRAMA DE AGRADECIMENTO

(pelo livro *Perto do Coração Selvagem*, por Pedro Nalva; Belém, 03/1944)

5.2.2 Série produção intelectual

Vasconcellos (1993) enfatiza que o material que compõe a série *produção intelectual* no ACL está dividido em produção intelectual do titular e de terceiros, e que, como sugerido, a classe abrange trabalhos produzidos por Clarice Lispector e outros

nomes ligados à literatura brasileira. Conforme observado no *Inventário do Arquivo*, a produção clariceana, composta por 84 trabalhos entre originais, crônicas, artigos e traduções, está arranjada em três subséries: ficção, não ficção e tradução. Dentre a produção ficcional, Eliane Vasconcellos evidencia o datiloscrito de *Água Viva* e o manuscrito de *A Bela e a Fera*. No que se refere à não ficcional, há originais datiloscritos com emendas manuscritas de diversas crônicas e entrevistas, e a cópia da conferência *Literatura Atual no Brasil*, apresentada no Texas, em Brasília, Vitória, Belo Horizonte, Campos, Belém, Recife e São Paulo. “Há ainda um farto material que serviu de subsídio para a autora de *Perto do Coração Selvagem* escrever, com o pseudônimo de Helen Palmer, uma seção feminina intitulada ‘Feira de Utilidades’, publicada no *Correio da Manhã*” (p. 12), com temas “femininos”, tais como cuidados com o bebê, receitas e cuidados com a pele. Olga Borelli alega que Clarice detestava discutir sua produção com especialistas, alegando que a crítica muito afetava sua vida íntima, inclusive os elogios (VASCONCELLOS, 1993). Apesar disso, em seu arquivo, foram encontrados, “(...) mais de cinquenta textos, sendo sua maioria produção de origem estrangeira, em tradução, apresentando correções manuscritas da titular” (p. 12).

Passemos à identificação.

Espécie documental: MANUSCRITO

Definição:

Texto escrito à mão. Termo que, utilizado genericamente, engloba textos datilografados e digitados (BRASIL, 2005, p. 113).

1 que se manuscreveu; escrito à mão 2 obra escrita ou copiada à mão 3 diz-se de que ou qualquer caráter de imprensa que imita a escritura manual 4 diz-se de ou versão original de um texto (escrito à mão, datilografado ou digitalizado), antes de ser editado (...) (HOUAISS, 2001, p. 1842).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/pi/01 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *À Procura de Uma Dignidade*

(ficção; 9 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/02 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Água Viva*

(ficção; 191 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/03 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Bela e a Fera*

(ficção; 19 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/04 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Desespero e Desenlace às Três da Tarde*

(ficção; 6 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/05 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE [*Mendigo*]

(ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/06 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Tentação*

(ficção; 3 laudas; s.l., 1955)

CL/pi/07 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *À Guisa de Retiro*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/08 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Um Acontecimento que é Coisa*

(não ficção/texto incompleto; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/09 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Um Afago Anônimo*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/10 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Análise do Homem*

(não ficção; 5 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/11 – MANUSCRITO (DE COMENTÁRIO) SOBRE *Augusto Rodrigues*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/12 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Augusto Rodrigues, Educação Criadora, Etc.*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/13 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Brainstorm*

(não ficção/texto incompleto; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/14 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Bravata*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/15 – MANUSCRITOS (DE CRIAÇÃO) DE *Brincar de Pensar, Não Sentir e Ir para*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/16 – MANUSCRITO (DE COMENTÁRIO) SOBRE *Bruno Giorgi*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/17 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Uma Cantora Popular*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/18 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Uma Cientista na Petrobrás*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/19 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Coisa*

(não ficção; 1 lauda; s.l., s.d.)

CL/pi/20 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Colheita de Cada Dia*

(não ficção; 1 lauda; s.l., s.d.)

CL/pi/21 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Como Comecei o Ano à Minha Moda*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/22 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Como Uma Corça*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/23 – MANUSCRITOS (DE CRIAÇÃO) DE *Condição Humana, A Vida Silenciosa e O Milagre das Folhas*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/24 – MANUSCRITO (DE PRODUÇÃO) DE *Conversa com o Leitor*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/25 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Conversas com Ivo Pitanguy*

(não ficção; 6 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/26 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Crônicas de Ulisses*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/27 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *De Uma Conferência no Texas*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/28 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Dies Irae*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/29 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Ele e Ela*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/30 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Em Favor da Harmonia*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/31 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Esboço do Sonho do Líder*

(não ficção; 1 lauda; s.l., s.d.)

CL/pi/32 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Espectadores do Próprio Destino*

(não ficção/texto incompleto; 1 lauda; s.l., s.d.)

CL/pi/33 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Estudo Sobre Cavalos*

(não ficção; 9 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/34 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Faz de Conta*

(não ficção; 1 lauda; s.l., s.d.)

CL/pi/35 – MANUSCRITOS (DE PRODUÇÃO) DE *Feira de Utilidades*

(não ficção/seção feminina assinada com pseudônimo; 422 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/36 – MANUSCRITO (DE COMENTÁRIO) SOBRE Fernando Sabino

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/37 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *George Sand, a Grande Outra*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/38 – MANUSCRITO (DE COMENTÁRIO) SOBRE *Gilda Grilo*

(não ficção; 5 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/39 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Um Grande Passeio*

(não ficção; 8 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/40 – MANUSCRITOS (DE CRIAÇÃO) DE *Henry Miller, Um Homem e Hemingway*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/41 – MANUSCRITOS (DE CRIAÇÃO) DE *A História de Um Guarda-Chuva e Tentativa*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/42 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Uma História Estranha e Inacabada*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/43 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Hoje é Dia de Festa*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/44 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Idealista*

(não ficção; 1 lauda; s.l., s.d.)

CL/pi/45 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *As Imaginações*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/46 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Inspiração é Uma Espécie de Mágica*

(não ficção/texto lido por Clarice no I Congresso Mundial de Bruxaria; 13 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/47 – MANUSCRITO (DE COMENTÁRIO) SOBRE *Jacques Klein*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/48 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Lembrando de Uma Cidade*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/49 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Uma Lição de Escultura*

(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/50 – MANUSCRITO (DE COMENTÁRIO) SOBRE [*Lígia Barbosa da Silva*]

(não ficção; 4 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/51 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Literatura e Justiça*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/52 – MANUSCRITOS (DE CRIAÇÃO) DE *A Máquina Está Crescendo e Eu Tomo Conta do Mundo*

(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/53 – MANUSCRITO (DE COMENTÁRIO) SOBRE *Mário Soares*

(não ficção; 7 laudas; s.l., s.d.)

CL/pi/54 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Medo da Libertação*

(não ficção/publicado no *Jornal do Brasil* em 31/05/1969; 2 laudas; s.l., s.d.)

- CL/pi/55 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *O Medo de Errar*
(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/56 – MANUSCRITOS (DE CRIAÇÃO) DE *Os Medos, Melhor a Empatia, Fumar na Cama e Bluma Schmidt*
(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/57 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Meio Triste*
(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/58 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Minha Doce França, Que Saudade...*
(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/59 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Minha Impiedade ou Bofetada do Seu Anjo-da-Guarda*
(não ficção; 4 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/60 – MANUSCRITOS (DE CRIAÇÃO) DE *Nada Mais Que Um Inseto, Dois Modos e Tomando para Mim o Que Era Meu*
(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/61 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Nas Trevas*
(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/62 – MANUSCRITO (DE COMENTÁRIO) SOBRE [*Negrão de Lima*]
(não ficção/texto incompleto; 10 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/63 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Uma Poeta Mulher*
(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/64 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Presentes Vivos*
(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/65 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *O Que Senti Sobre um Assassino Assassinado*
(não ficção; 4 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/66 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *O Retrato de Um Escritor Popular*
(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/67 – MANUSCRITOS (DE CRIAÇÃO) DE *Sábado e A Crise*
(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/68 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Saudade*
(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/69 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Saudade: Teia de Aranha*
(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/70 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Sensibilidade Inteligente*
(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)

- CL/pi/71 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Simpatias*
(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/72 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Sou Uma Pergunta*
(não ficção; 4 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/73 – MANUSCRITO (DE COMENTÁRIO) SOBRE *Tarcísio Meira*
(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/74 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Tempestade Mental*
(não ficção; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pi/75 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE [*Sobre Jesus Cristo*]
(não ficção; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pi/76 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE [*Magia e Realidade*]
(não ficção; 5 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/77 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE [*Sensações Persecutórias*]
(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/78 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Trechos*
(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/79 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Voando com Fitipaldi*
(não ficção; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/80 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Voz de Fernanda Montenegro*
(não ficção; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/81 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *A Casa de Bernarda Alba*
(de Federico García Loca, traduzido por Clarice e Tati de Moraes; 58 laudas; s.l., 19/06/1936)
- CL/pi/82 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *Hedda Gabler*
(de Ibsen; 256 laudas e; s.l., s.d.)
- CL/pi/83 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *The Member of The Wedding*
(de [Carson McCuller]; 95 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pi/84 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *Sotoba Komachi*
(de Yukio Mishima; 16 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/01 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Maçã no Escuro. A Linguagem das Pedras*
(ensaio publicado em *La Quinzaine Littéraire*, em 30/04/1970, por Michel Albrand; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/02 – MANUSCRITOS (DE TRANSCRIÇÃO) DE Artigos sobre Clarice Lispector
(publicados em diversos periódicos, em 1944; 22 laudas; s.l., 1944)
- CL/pit/03 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Maçã no Escuro. Uma Retórica Encantada*

- (nota publicada em *Le Figaro Littéraire*, em 17/05/1970, por Marc Alyn; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/04 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Canção para Clarice Lispector*
(por Ari de Andrade; 1 lauda; Rio de Janeiro, 12/04/1947)
- CL/pit/05 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *Mystère à São Cristóvão*
(por Georgette Tavares Bastos; 6 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/06 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Laços de Família. Contos da Brasileira Clarice Lispector*
(ensaio publicado em *Rheinischer Merkur Literaturblatt*, em 11/11/1966, por Heinz Beckman; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/07 – MANUSCRITOS (DE CRIAÇÃO) DE *Poesias*
(publicadas no *The New Yorker*, de 21/01/1956 a 20/02/1962, por Elizabeth Bishop; 13 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/08 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Explicação Necessária*
(por Olga Borelli; 1 lauda; s.l., 10/02/1971)
- CL/pit/09 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Ensaio Sobre Laços de Família*
(publicado no *The Kansas City Star*, em 11/02/1973, por John Brushwood; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/10 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Ensaio Sobre Laços de Família*
(publicado no *Studies on Short Fiction*, em 1974, por William Buchanan; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/11 – MANUSCRITO (DE TRANSCRIÇÃO) DE *Entrevista com Clarice Lispector*
(por José Afrânio Moreira Duarte; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/12 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Laços de Família Sagrado, Feminino e Moderno*
(ensaio por Alcía Ortiz; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/13 – MANUSCRITO (DE TRANSCRIÇÃO) DE *Depoimento de Guilherme Figueiredo a Clarice Lispector*
(4 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/14 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Christmas Greeting*
(poesia de Leônidas Freire; 1 lauda; Rio de Janeiro, 19/12/1942)
- CL/pit/15 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Clarice*
(poesia de Natércia Freire; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/16 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *Une Poule*
(por Pierre Furter; 3 laudas; Suíça, s.d.)
- CL/pit/17 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Laços de Família: Inquietude*
(nota publicada em *Frankfurter Allgemeine*, em 15/12/1966, por Helene Henze; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/18 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Existence in Laços de Família*
(ensaio publicado na *Luso Brazilian Review*, em 1967, por Rita Herman; 8 laudas; s.l., s.d.)

- CL/pit/19 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Ensaio Sobre [Laços de Família]*
(por Walter Hilsbecher; texto incompleto; 4 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/20 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Vocação do Contista*
(publicado no *Diário Carioca*, em 18/09/1960, por Renato Jobim; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/21 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Paixão Segundo G.H. Ratificação de um Pensamento*
(ensaio publicado em *La Prensa*, em 1970, por Haydée Jofre Barroso; 5 laudas; Buenos Aires, s.d.)
- CL/pit/22 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Anotações Sobre Água Viva*
(por Elias José; 21 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/23 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *Près de Coeur Sauvage*
(publicado em *Esprit*, em 10/1955, por Hubert Juin; 10 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/24 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Ensaio Sobre Laços de Família*
(publicado em *Sueddeutsche Zeitung*, em 17/11/1966, por Karl Krolow; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/25 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Laços de Família. Manias Tranquilas de uma Vitória Régia. A Arte do Conto da Brasileira Clarice Lispector*
(publicado em *Stuttgarter Zeitung*, em 26/11/1966, por Georg Rudolf Lind; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/26 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Clarice Clareza*
(poesia de Karin Lioce; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/27 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *Sofia's Disasters*
(por Elizabeth Lowe; 18 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/28 – MANUSCRITOS (DE CRIAÇÃO) DE *Le Batisseur des Ruines e A Paixão Segundo G.H.*
(ensaios publicados em *Magazine Littéraire*, em 06/1970, e *Du Monde Entier*, em 20/12/1977, por Álvares Manuel Machado; 14 laudas; Paris, 03/1970)
- CL/pit/29 – MANUSCRITO (DE TRANSCRIÇÃO) DE *Saldando uma Dívida de Gratidão*
(depoimento por Elsa Cansanção Medeiros; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/30 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Nota Sobre A Maçã no Escuro*
(publicada em *Beaux-Arts*, em 30/05/1970, por André Miguel; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/31 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *Una Galina*
(por Mario Nati; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/32 – MANUSCRITO (DE ADAPTAÇÃO) DE *O Mistério do Coelho Pensante*
(versão teatral, por Jorge Pedro; 15 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/33 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Nota Sobre A Maçã no Escuro*
(publicada em *La Gaceta*, em 13/10/1974, por Cristina Pia; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/34 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Introdução a Laços de Família*

- (publicado pela *University of Texas Press*, em 1972, por Giovanni Pontiero; 6 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/35 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Introdução à A Maçã no Escuro*
(publicada pela *Editora Alfred A. Knopf*, por Gregory Rabassa; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/36 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Quem Tem Medo de Clarice Lispector?*
(ensaio por Fernando Reis; 13 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/37 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *A Cidade Sitiada*
(por Jean-Jacques Robert; 10 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/38 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Ensaio Sobre Clarice Lispector*
(publicado em *Mundo Nuevo*, em 12/1966, por E. Rodriguez Monegal; 4 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/39 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Paixão (Segundo G.H.)*
(ensaio por Petrus Rollanders; 19 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/40 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Nota Sobre Laços de Família*
(por Eberhard Semrau; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/41 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Vonn Büchernund Schriftsellern*
(por Egon Strohm; 11 laudas; Berlim, s.d.)
- CL/pit/42 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *La Zia*
(versão do capítulo *A Tia*, de *Perto do Coração Selvagem*, por Giuseppe Ungaretti; 15 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/43 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Ensaio Sobre A Maçã no Escuro*
(publicado em *Le Soir*, em 04/03/1970, por Edmond Vandercammen; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/44 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Paixão Segundo G.H. Clarice Lispector e Sua Paixão*
(ensaio publicado em *La Nación*, em 28/06/1970, por Raúl Vera Ocampo; 3 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/45 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Nota Sobre A Maçã no Escuro*
(por M. Walter; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/46 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Nota Sobre Laços de Família*
(por Hans Walz; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/47 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Ensaio Sobre Clarice Lispector*
(por Eliane Zagury; 12 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/48 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Nota Sobre A Cidade Sitiada*
(autor não identificado; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/49 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *É Verdade, Juro*
(poesia de autor não identificado; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/50 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Impromptu do Palace Hotel*
(poesia de autor não identificado; 2 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/51 – MANUSCRITOS (DE PRODUÇÃO) DE *Artigos [Sobre Laços de Família]*
(publicados em periódicos diversos, por autores não identificados; 34 laudas; s.l., s.d.)

- CL/pit/52 – MANUSCRITOS (DE PRODUÇÃO) DE *Artigos Sobre A Maçã no Escuro*
(publicados em periódicos franceses, por autores não identificados; 6 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/53 – MANUSCRITOS (DE PRODUÇÃO) DE *Artigos Sobre A Paixão Segundo G.H.*
(publicados em diversos periódicos, por autores não identificados; 13 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/54 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Passional*
(conto por autor não identificado; 3 laudas; Nova Iorque, 31/08/1946)
- CL/pit/55 – MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE *Perto do Coração Selvagem*
(4 capítulos, por tradutor não identificado; 29 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/56 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Praia de Santa Cruz*
(poesia de autor não identificado; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/57 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Só Para o Inverno*
(por autor não identificado; 7 laudas; s.l., s.d.)
- CL/pit/58 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *Tágide*
(poesia de autor não identificado; 1 lauda; s.l., s.d.)
- CL/pit/59 – MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE *A Veia no Pulso*
(ensaio por autor não identificado, título de *A Maçã no Escuro*, originalmente; 2 laudas; s.l., s.d.)

5.2.3 Série *documentos pessoais*

“A série DOCUMENTOS PESSOAIS reflete de maneira bastante fragmentária a vida da titular. Esta série reúne carteira de identidade, profissional, título de eleitor, contrato de edições, diplomas, contra-cheques, recibos e extratos de conta” (VASCONCELLOS, 1993, p. 12). Conforme discriminado no *Inventário*, alguns desses documentos também nos conduzem a estabelecer a trajetória de Clarice como jornalista; aliás, por meio de uma declaração, sabemos que Clarice, quando graduanda, foi redatora da revista *A Época*, órgão da classe discente da *Faculdade Nacional de Direito*. Além do mais, constatamos, por sua carteira profissional, que começou a trabalhar como repórter no *A Noite*, aos 02 de março de 1942; pela identificação de uma carteira de 1968, percebemos que, nesse período, trabalhava no *Jornal do Brasil*. “Essas informações podem ser completadas por outros documentos existentes nas demais séries (Cf. série recortes)” (p. 13). Eliane Vasconcellos comenta que alguns dicionários de Literatura Brasileira atestam que Clarice tenha nascido aos 10 de dezembro de 1925; entretanto, seus documentos evidenciam que, na realidade, o ano é o de 1920. “A aproximação com

o sujeito histórico possibilitada pelos documentos pessoais sugere, nesse sentido, revelações transparentes, reais, verdadeiras” (SILVA, 2017, p. 16).

Passemos à identificação.

Espécie documental: ATESTADO

Definição:

documento diplomático testemunhal de assentamento, notarial ou não. Declaração, por autoridade governamental, civil, militar, eclesiástica ou notarial, a partir de uma realidade ou de um fato constatado. É, em geral, a favor de uma pessoa e confeccionado a seu pedido. Costuma-se confundir-lo com a certidão, por ambos se parecerem na redação, mas vale lembrar que o atestado é uma declaração, enquanto a certidão é uma transcrição legitimada. **Protocolo inicial:** timbre do órgão emissor. Título – “Atestado de...” “Atesto para os devidos fins que...” (ou o fim específico). **Texto:** um parágrafo sobre o que se atesta, o nome do interessado e sua identificação/qualificação. **Protocolo final:** datas tópica e cronológica. Assinatura, nome e cargo do emitente (BELLOTTO, 2002, p. 48-9, grifos da autora).

(...) 3 documento no qual há atestação 4 documento passado por pessoa qualificada afirmando a veracidade de um fato ou de uma situação; certificado, certidão, declaração 5 demonstração evidente; prova (...) (HOUAISS, 2001, p. 332).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/01 – ATESTADOS ESCOLARES

(27/08/1942 e 29/08/1942, Rio de Janeiro)

CL/dp/02 – ATESTADOS DE AUTORIZAÇÃO

(do *Ministério das Relações Exteriores* para que Clarice viajasse como correio diplomático; Lisboa e Roma, 07/08/1944 a 21/03/1946)

Espécie documental: CARTÃO

Definição:

documento não-diplomático, informativo. À primeira vista pode parecer que seja apenas um formato ou uma fórmula. Entretanto, o formato, se preenchido com dizeres impressos e/ou manuscritos, passa à espécie. A sua estrutura será basicamente a da identificação pessoal ou organizacional ou ambas, em geral impressas e a cujos dizeres poderá ser adicionada uma mensagem, em geral, manuscrita (BELLOTTO, 2002, p. 55-6).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/04 – CARTÕES DE IDENTIFICAÇÃO

(Rio de Janeiro, 1943 a 1979)

Espécie documental: CARTEIRA

Definição:

(...) 8 documento oficial, em forma de caderneta ou de cartão, contendo licença, identificações etc. (c. de identidade, de motorista, de reservista)
9 pequeno livro de apontamentos; caderneta, canhenho (...) (HOUAISS, 2001, p. 637).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/03 – CARTEIRAS DE IDENTIDADE

(Rio de Janeiro e Berna, 1943 a 1968)

Espécie documental: CERTIDÃO

Definição:

documento diplomático testemunhal comprobatório.
Documento emanado de funcionário de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento, elaborado segundo as normas notariais ou jurídico-administrativas. A certidão pode ainda ser retirada de um processo, livro ou documento existente em repartição pública e passada, se não por notário, por funcionário autorizado. **Protocolo inicial:** “Certifico que...” ou “A pedido de... certifico que...” ou o nome e a titulação de quem certifica. Referência ao original do qual se extrai a certidão. **Texto:** cópia do documento original, inclusive de suas datas. **Protocolo final:** datas tópica e cronológica da certidão. Assinatura, nome e titulação de quem certifica (BELLOTTO, 2002, p. 57, grifos da autora).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/05 – CERTIDÕES DE CASAMENTO

(Rio de Janeiro, 28/06/1966 e 24/10/1966)

CL/dp/06 – CERTIDÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE IDADE

(Rio de Janeiro, 05/10/1942)

CL/dp/07 – CERTIDÃO DE PROCURAÇÃO

(passada de Clarice a Paulo Gurgel Valente; Rio de Janeiro, 05/10/1974)

CL/dp/08 – CERTIDÃO DE DIVÓRCIO

(autos do desquite de Clarice e Mauri Gurgel Valente; em anexo, está uma relação de bens conjuntos; Rio de Janeiro, 09/07/1968)

Espécie documental: CONTRATO

Definição:

documento diplomático dispositivo pactual, horizontal.
Registro de acordo pelo qual duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas estabelecem entre si algum(uns) direito(s) e/ou obrigação(ções).
Protocolo inicial: ementa, designação de data e local. Nomes e qualificação dos contratantes. **Texto:** objeto do contrato e todas as cláusulas conveniadas. **Protocolo final:** fórmula de praxe - “E pôr estarem assim justos e contratados, assinam...” Datas tópica e cronológica. Assinaturas do contratante, do contratado e das testemunhas (BELLOTTO, 2002, p. 60, grifos da autora).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/10 – CONTRATO DE ACORDO

(referente à venda do apartamento 301, à Rua General Ribeiro da Costa, 2; em anexo, estão a certidão de registro de imóveis os recibos de pagamento do apartamento; Rio de Janeiro, 24/08/1959)

CL/dp/11 – CONTRATOS DE EDIÇÃO

(dos itens firmado entre Clarice e a *Editora Paulo de Azevedo LTDA*, para a publicação de *Laços de Família*, *A Maçã no Escuro*, *A Cidade Vazia* e *Felicidade Clandestina*; São Paulo, Rio de Janeiro e Paris, 06/07/1960 a 05/10/1976)

Espécie documental: CURRÍCULUM

Definição:

documento não-diplomático informativo.
Conjunto das informações sobre uma pessoa, dispostas de forma sintética e ordenada, trazendo dados de sua vida civil e profissional, além da designação das atividades e publicações técnicas, científicas e artísticas, segundo a especificidade da carreira profissional do titular (BELLOTTO, 2002, p. 62).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/12 – CURRÍCULO *VITAE*

(Rio de Janeiro, 25/07/1968)

Espécie documental: DECLARAÇÃO

Definição:

documento diplomático ou não, segundo sua solenidade, enunciativo, descendente.
Manifestação de opinião, conceito, resolução ou observação, passada por pessoa física ou por um colegiado. **Protocolo inicial:** a palavra Declaração. Nome e titulação do declarante. Em alguns casos,

endereço. **Texto:** o assunto que se declara. **Protocolo final:** datas tópica e cronológica (BELLOTTO, 2002, p. 62-3, grifos da autora).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/14 – DECLARAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

(de Clarice, da *Rádio Roquette-Pinto* para a *Divisão de Apoio Administrativo da Secretaria de Educação e Cultura*; Rio de Janeiro, 15/07/1976)

Espécie documental: DIPLOMA

Definição:

documento diplomático testemunhal comprobatório, descendente. Título pelo qual se confere um cargo, dignidade, mercê, privilégio ou confere as habilitações ou um grau escolar obtido pelo seu titular. Também usado, antigamente, como sinônimo de documento dispositivo público (BELLOTTO, 2002, p.65).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/13 – DIPLOMAS DE CONCLUSÃO DE CURSO

(Rio de Janeiro, Buenos Aires e Colômbia, 15/09/1942 a 04/1976)

Espécie documental: GUIA

Definição:

documento diplomático testemunhal de assentamento, descendente. Comprovante de pagamento, de expedição de papéis, de transferências ou de encaminhamento de serviços (BELLOTTO, 2002, p. 69).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/09 – GUIAS DE EMISSÃO DE CONTRACHEQUE

(Rio de Janeiro, 08/1976 a 03/1977)

Espécie documental: LAUDO

Definição:

documento diplomático enunciativo opinativo, descendente. Parecer de especialista no qual se expõem observações e estudos a respeito de um objeto sobre o qual se solicitou uma perícia (BELLOTTO, 2002, p. 71).

1 texto contendo parecer técnico (de médico, engenheiro etc.) (...) (HOUAISS, 2001, p. 1730).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/17 – LAUDO DE PARADIAGNÓSTICO

(teste de *Rorschach*; s.l., s.d.)

Espécie documental: PASSAPORTE

Definição:

documento diplomático informativo.

Na administração colonial, documento passado por órgão competente que autorizava pessoas, viaturas ou embarcações a deslocarem-se de um país a outro em situações normais ou, de uma região a outra, em situação de beligerância. Na atualidade: documento pessoal emitido por órgão competente que autoriza alguém a sair do país e serve de identificação e garantia aos cidadãos de um país quando estão em outro (BELLOTTO, 2002, p. 78).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/16 – PASSAPORTES (DE VIAGEM)

(Rio de Janeiro, 1973 e 1976)

Espécie documental: PORTARIA

Definição:

documento diplomático dispositivo de correspondência, descendente.

Na administração colonial: ordem régia expedida em nome do soberano e que contém instruções sobre a aplicação de leis, normas de serviço, nomeações, demissões ou punições. Assemelha-se ao aviso, porém, ao contrário deste, não explicita o destinatário. Na atualidade: ato pelo qual as autoridades competentes determinam providências de caráter administrativo, impõem normas, definem situações funcionais, aplicam penalidades disciplinares e atos semelhantes, com base em atos dispositivos exarados em jurisdições superiores. **Protocolo inicial:** PORTARIA, número, data (aqui ou no protocolo final), titulação. **Texto:** exposição, dispositivo. **Protocolo final:** subscrição e data (se não no início) (BELLOTTO, 2002, p. 79-80, grifos da autora).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/15 – PORTARIA DE NOMEAÇÃO

(de Clarice, para que integrasse o *Conselho Consultivo do Instituto Nacional do Livro*; em anexo, estão o anteprojeto do regimento interno do Conselho e a portaria de criação do mesmo; Rio de Janeiro, 07/12/1967)

Espécie documental: RECIBO

Definição:

documento não-diplomático padronizado testemunhal de assentamento. Reconhecimento escrito e assinado por pessoa(s) que tenha(m) recebido dinheiro ou objeto (BELLOTTO, 2002, p. 83).

1 reconhecimento escrito de que se recebeu dinheiro, valores etc.; quitação (...) (HOUAISS, 2001, p. 2400).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/18 – RECIBOS DE PAGAMENTO DE DESPESAS PESSOAIS

(Rio de Janeiro, 1959 a 1977)

CL/dp/19 – RECIBOS DE PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS

(em anexo estão extratos de contas; Rio de Janeiro e São Paulo, 1962)

Espécie documental: TÍTULO**Definição:**

(...) 17 documento que autentica um direito qualquer em justiça (*t. de propriedade*) (...) (HOUAISS, 2001, p. 2727).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dp/20 – TÍTULO DE ELEITOR

(em anexo está a segunda via deste título; Rio de Janeiro, 13/01/1967)

CL/dp/21 – TÍTULO DE NATURALIZAÇÃO

(em anexo estão a certidão do pedido de naturalização e a certidão do título, assinados por Getúlio Vargas; Rio de Janeiro, 12/01/1943)

5.2.4 Série *diversos*

De acordo com o *Inventário do Arquivo Clarice Lispector*, o material arranjado em *diversos* refere-se, como sugerido, a documentos de naturezas distintas, destacando-se, nela, os boletins informativos, cadernos de endereços e telefones, cartões de visita, cartões-postais, convites, menus, a Programação do *I Congresso de Bruxaria* e algumas notas. Vasconcellos (1993) destaca também a proposta de trabalho de Clarice, oferecendo-se a escrever a uma seção feminina sobre temas de beleza, moda, rotinas de mãe, dona de casa e afins. Ressalvamos que, no contexto da Arquivologia, a disposição de documentos em classes de *miscelânea* não se demonstra pertinente, haja vista que nelas, segundo a tradição, costumam ser contemplados os registros de atividades e

assuntos múltiplos, abarcando, portanto, na ótica da terminologia e da funcionalidade, extremos de assertividade e contestação. Nesta investigação, ressalvamos, não almejamos propor o (re)arranjo do fundo em análise; contudo, acreditamos que os cadernos de contatos, os cartões de vista, os postais e os convites, por exemplo, pudessem ser dispostos em *documentos pessoais*, assim como a proposta de trabalho em *produção intelectual*. Eis um pensamento acerca das possibilidades que o levantamento de tipologia documental proveria, em termos de organização da informação, aos arquivos pessoais e seus limiares.

Passemos à identificação.

Espécie documental: BOLETIM

Definição:

1 breve texto informativo, destinado à circulação interna ou divulgação pública (...) 5 publicação periódica destinada à divulgação de atos oficiais e governamentais, ou de entidades de classe, instituições privadas etc. (...) (HOUAISS, 2001, p. 481).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/03– BOLETIM INFORMATIVO

(de temas culturais, pela *Livraria Francisco Alves*; São Paulo, 08/1960)

Espécie documental: CARTÃO

Definição:

documento não-diplomático, informativo.

À primeira vista pode parecer que seja apenas um formato ou uma fórmula. Entretanto, o formato, se preenchido com dizeres impressos e/ou manuscritos, passa à espécie. A sua estrutura será basicamente a da identificação pessoal ou organizacional ou ambas, em geral impressas e a cujos dizeres poderá ser adicionada uma mensagem, em geral, manuscrita (BELLOTTO, 2002, p. 55-6).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/05– CARTÕES DE VISITA

(Rio de Janeiro e Berna, s.d.)

CL/d/06– CARTÕES-POSTAIS

(de diversos locais, s.d.)

Espécie documental: CERTIDÃO

Definição:

documento diplomático testemunhal comprobatório.

Documento emanado de funcionário de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento, elaborado segundo as normas notariais ou jurídico-administrativas. A certidão pode ainda ser retirada de um processo, livro ou documento existente em repartição pública e passada, se não por notário, por funcionário autorizado. **Protocolo inicial:** “Certifico que...” ou “À pedido de... certifico que...” ou o nome e a titulação de quem certifica. Referência ao original do qual se extrai a certidão. **Texto:** cópia do documento original, inclusive de suas datas. **Protocolo final:** datas tópica e cronológica da certidão. Assinatura, nome e titulação de quem certifica (BELLOTTO, 2002, p. 57, grifos da autora).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/07– CERTIDÃO DE NATURALIZAÇÃO

(de Pedro Lispector; Rio de Janeiro, 28/08/1942)

Espécie documental: CONVITE

Definição:

documento não-diplomático, informativo.

Solicitação para que alguém esteja presente em um lugar ou um ato determinado. Modalidade de convocação de interessados nos processos de licitação para prestação de serviços ou de vendas aos órgãos públicos (BELLOTTO, 2002, p. 61).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/08 – CONVITE DE EXPOSIÇÃO

(das pinturas de Solange Magalhães; Olinda, 09/09/1971)

CL/d/09 – CONVITES DE EVENTOS

(Cali e Rio de Janeiro, 1959 a 1974)

Espécie documental: CONTRATO

Definição:

documento diplomático dispositivo pactual, horizontal.

Registro de acordo pelo qual duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas estabelecem entre si algum(uns) direito(s) e/ou obrigação(ções). **Protocolo inicial:** ementa, designação de data e local. Nomes e qualificação dos contratantes. **Texto:** objeto do contrato e todas as cláusulas conveniadas. **Protocolo final:** fórmula de praxe - “E pôr estarem assim justos e contratados, assinam...” Datas tópica e

cronológica. Assinaturas do contratante, do contratado e das testemunhas (BELLOTTO, 2002, p. 60, grifos da autora).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/10 – CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

(firmado entre Mauri Gurgel Valente e Maria Celina Madeira; Rio de Janeiro, 08/07/1959)

Espécie documental: DIPLOMA

Definição:

documento diplomático testemunhal comprobatório, descendente. Título pelo qual se confere um cargo, dignidade, mercê, privilégio ou confere as habilitações ou um grau escolar obtido pelo seu titular. Também usado, antigamente, como sinônimo de documento dispositivo público (BELLOTTO, 2002, p.65).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/12 – DIPLOMA DE PASSAGEM

(da linha do Equador a bordo do *M/N Rio Tunayan*; s.l., 07/09/1952)

Espécie documental: FOLHA

Definição:

documento não-diplomático, informativo. Formato que, quando devidamente preenchido, para casos específicos, corresponde à lista ou ao boletim (BELLOTTO, 2002, p. 68).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/14 – FOLHA DE ROSTO

(de *Psicologia da Composição*, com dedicatória de João Cabral de Melo Neto; Barcelona, s.d.)

Espécie documental: FOLHETO

Definição:

documento não-diplomático informativo. Formato correspondente à publicação de pequeno informativo para divulgação de instituição, campanha, curso ou evento (BELLOTTO, 2002, p. 68).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/15 – FOLHETOS DE PROPAGANDA

(da *Editora Claassen Verlag*; s.l., 1961 e 1964)

CL/d/23 – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO

(da programação da *Faculdade de Filosofia de Campos*; Campos, s.d.)

CL/d/24 – FOLHETO DE DIVULGAÇÃO

(da programação do *I Congresso Mundial de Bruxaria*; Bogotá, 24/08/1975 a 28/08/1975)

Espécie documental: IMPRESSO

Definição:

Documento textual impresso ou multigrafado (BRASIL, 2005, p. 77).

1 que se imprimiu (...) 3 qualquer obra impressa (livro, opúsculo, folheto, folha volante etc.) 3.1 papel impresso a ser utilizado em repartições, serviços administrativos etc.; formulário (...) (HOUAISS, 2001, p. 1585).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/16 – IMPRESSOS DE CUNHO LITERÁRIO

(por terceiros; São Paulo e Washington, 1963 a 1984)

CL/d/17 – IMPRESSOS DE CUNHO RELIGIOSO

(s.l., s.d.)

Espécie documental: LISTA

Definição:

documento não-diplomático testemunhal de assentamento ou informativo.

Rol de nomes ou itens diversos reunidos com uma finalidade específica. O mesmo que relação, embora, no serviço público, haja um consenso de quando usar um ou outro termo (BELLOTTO, 2002, p. 72).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/04 – LISTAS DE CONTATOS

(endereços e telefones mantidos por Clarice; s.l., s.d.)

CL/d/18 – LISTA DE PASSAGEIROS

(do *Royal Mail*; s.l., 24/03/1951)

CL/d/19 – LISTAS DE *MENU*

(Florença e Belém, 1941 a 1945)

CL/d/22 – LISTAS DE CONVIDADOS

(para o casamento de Clarice e Mauri Gurgel Valente e do nascimento de Pedro Gurgel Valente; Rio de Janeiro e Berna, 23/01/1943 e 10/09/1948)

Espécie documental: MANUSCRITO

Definição:

Texto escrito à mão. Termo que, utilizado genericamente, engloba textos datilografados e digitados (BRASIL, 2005, p. 113).

1 que se manuscreveu; escrito à mão 2 obra escrita ou copiada à mão 3 diz-se de que ou qualquer caráter de imprensa que imita a escritura manual 4 diz-se de ou versão original de um texto (escrito à mão, datilografado ou digitalizado), antes de ser editado (...) (HOUAISS, 2001, p. 1842).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/30 – MANUSCRITOS (DE PRODUÇÃO) DE TEXTOS

(de Paulo Gurgel Valente; 13 laudas; Rio de Janeiro, 1959 a 1961)

Espécie documental: NOTA

Definição:

documento não-diplomático informativo, horizontal.
Correspondência oficial padronizada do ministro de um país a outro (**NOTA DIPLOMÁTICA**) ou comunicação de caráter oficial emanada de altas autoridades (**NOTA OFICIAL**) (BELLOTTO, 2002, p. 75, grifos da autora)

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/21 – NOTAS DE CORRESPONDÊNCIA

(de Mauri Gurgel Valente; s.l., 28/09/1955 a 07/10/1976)

Espécie documental: QUADRO

Definição:

documento não-diplomático informativo.
Dados textuais, gráficos ou desenhos esquematicamente dispostos, com cercadura gráfica ou não, de modo a tornarem-se facilmente visíveis ao observador (BELLOTTO, 2002, p. 82).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/11 – QUADROS DE ILUSTRAÇÃO

(de Paulo Gurgel Valente; s.l., s.d.)

CL/d/13 – QUADROS DE EXERCÍCIO ESCOLAR

(de Paulo Gurgel Valente; s.l., 1963)

Espécie documental: QUESTIONÁRIO

Definição:

documento não-diplomático informativo.
Série de questões previamente formuladas por escrito para serem respondidas também por escrito (BELLOTTO, 2002, p. 83).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/21 – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

(elaborado por Clarice para conversa com Carlos Lacerda; s.l., s.d.)

Espécie documental: PROPOSTA

DEFINIÇÃO:

documento não-diplomático informativo reivindicativo, ascendente.
Sugestão encaminhada à autoridade para que seu conteúdo venha a fazer parte, se aceita, de um outro ato de valor jurídico e/ou administrativo concreto (BELLOTTO, 2002, p. 81).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/26 – PROPOSTA DE TRABALHO

(à empresa de publicidade, sugerindo divulgação de *Feira de Utilidades*, assinada por Helen Palmer; s.l., s.d.)

Espécie documental: PROGRAMA

Definição:

documento não-diplomático informativo.
Exposição sumária de itens conjugados a serem cumpridos em prazo previsto (BELLOTTO, 2002, p. 81).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/25 – PROGRAMAS DE TEATRO

(Rio de Janeiro, s.d.)

Espécie documental: RECIBO

Definição:

documento não-diplomático padronizado testemunhal de assentamento. Reconhecimento escrito e assinado por pessoa(s) que tenha(m) recebido dinheiro ou objeto (BELLOTTO, 2002, p. 83).

1 reconhecimento escrito de que se recebeu dinheiro, valores etc.; quitação (...) (HOUAISS, 2001, p. 2400).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/27 – RECIBOS DE PAGAMENTO

(e notas promissórias em nome de Mauri Gurgel Valente; Rio de Janeiro, 1959 a 1963)

Espécie documental: REGISTRO

Definição:

documento não-diplomático testemunhal de assentamento. Inscrição ou transcrição de atos, fatos, títulos e documentos a fim de autenticá-los (BELLOTTO, 2002, p. 84).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/01 – REGISTROS DE AUTÓGRAFO

(obtidos durante o *II Congresso de Escritores do Brasil*; Belo Horizonte, 10/1947)

Espécie documental: RELAÇÃO

Definição:

documento não-diplomático, informativo. Listagem de nomes de pessoas, objetos, quantias, fatos etc. Quando solicitada por autoridade e a ela enviada, pode ser considerada documento ascendente (BELLOTTO, 2002, p. 85).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/28 – RELAÇÃO DE CRÍTICAS

(sobre Clarice, publicadas em periódicos diversos; s.l., s.d.)

CL/d/29 – RELAÇÃO DE PRÊMIOS LITERÁRIOS

(s.l., s.d.)

Espécie documental: TERMO

Definição:

documento diplomático testemunhal de assentamento.

Declaração escrita em processo ou em livro próprio, registrando um ato administrativo, contratual, de ajuste ou uma vontade. Suas variações mais frequentes são: **TERMO DE ABERTURA, DE ACORDO, DE ENCERRAMENTO, DE JUNTADA, DE VISITA** etc. **Protocolo inicial:** título - TERMO DE... Livro de ...nº. Ementa. **Texto:** o discurso terá a peculiaridade do tipo de termo que se redige. **Protocolo final:** datas tópica e cronológica. Assinaturas (BELLOTTO, 2002, p. 88, grifos da autora).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/d/02 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO

(referente à negociação entre Clarice e a *Editora Artenova S.A.* para a publicação de *Água Viva* com outra editora; Rio de Janeiro, s.d.)

5.2.5 Série documentos complementares

“Os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES referem-se a material posterior à morte da titular. É uma série pequena composta de 5 documentos” (VASCONCELLOS, 1993, p. 13). Embora contemple documentos póstumos, datados de entre 14 de dezembro de 1977 e 12 de dezembro de 1979, parece-nos conveniente, dado o eixo da funcionalidade, que as cartas e a circular dispostas nessa classe, e o diploma de homenagem póstuma, pudessem ser arranjados, respectivamente, em *correspondências* e *documentos pessoais*. Reiteramos: eis (novas) possibilidades aos (antigos) dilemas entorno à organização da informação pessoal, via o reconhecimento do conceito específico de seu documento.

Passemos à identificação.

Espécie documental: CARTA

Definição:

documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso.

1. Correspondência do alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e função públicos. Nas entidades privadas da área comercial, industrial, bancária, social entre outras, a carta é uma forma de correspondência largamente utilizada para transmitir informações, solicitar favores, fazer convites etc. Sem ser obrigatório, diplomaticamente, há uma certa padronização. **Protocolo inicial:** datas tópica e cronológica. Endereçamento. Direção. **Texto:** paragrafado, com a exposição e o objetivo da carta. **Protocolo**

final: fecho de cortesia, assinatura, nome e cargo do signatário (...) (BELLOTTO, 2002, p. 51-2, grifos da autora).

1 mensagem, manuscrita ou impressa, a uma pessoa ou organização, para comunicar-lhe algo 2 *p.ext* tal mensagem, fechada num envelope, ger. endereçado e freq. selado (...) (HOUAISS, 2001, p. 636).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dc/01 – CARTA CIRCULAR

(tratando da pré-estreia de *Um Sopro de Vida*, no Teatro dos Quatro, no Rio de Janeiro; São Paulo, 26/10/1979)

CL/dc/02 – CARTAS DE NOTIFICAÇÃO

(de Olga Borelli a Paulo Gurgel Valente, tratando da pré-estreia e estreia de *Um Sopro de Vida* no teatro; São Paulo, 12/12/1979)

CL/dc/03 – CARTA DE NOTIFICAÇÃO

(do *Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro* a Paulo Gurgel Valente, comunicando-o acerca da inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Clarice; Rio de Janeiro, 14/12/1977).

Espécie documental: DIPLOMA

Definição:

documento diplomático testemunhal comprobatório, descendente. Título pelo qual se confere um cargo, dignidade, mercê, privilégio ou confere as habilitações ou um grau escolar obtido pelo seu titular. Também usado, antigamente, como sinônimo de documento dispositivo público (BELLOTTO, 2002, p.65).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/dc/04 – DIPLOMA DE HOMENAGEM PÓSTUMA

(expedido pela *União Brasileira de Escritores* à Clarice; Rio de Janeiro, 16/10/1978)

5.2.6 Série recortes

O material da série *recortes* está dividido em duas subséries, uma de autoria de Clarice e outra de terceiros. Quanto aos recortes da titular, Vasconcellos (1993) destaca seu trabalho na coluna *Correio Feminino/Feira de Utilidades*, do *Correio da Manhã*, e alguns artigos para o *Diário da Tarde* que, embora tenham sido redigidos por Clarice, foram assinados pela atriz Ilka Soares. Além do mais, destaca algumas crônicas para o *Jornal do Brasil*, com emendas manuscritas da escritora, além de “*Os diálogos Possíveis com Clarice Lispector*”, outros contos e entrevistas. Na subsérie de produção de terceiros,

organizada por assuntos, há artigos sobre a produção de Clarice, e outros que tratam, de modo geral, sobre sua vida e obras. Os recortes foram colados em folhas de papel ofício e arquivados em pastas específicas. Em relação à metodologia do "percurso diplomático" proposto, "É possível aplicá-la aos textos jornalísticos, tendo em conta que as articulações internas e os elementos constitutivos de cada uma das partes se comportam de maneira particular nesse contexto (...) (SANTOS, 2016, p. 147-8). Em cordialidade com a terminologia e lógica de organização definidas pelo AMLB, embora nesta investigação tratemos dos registros em questão como "recortes", reconhecidos e caracterizados por Bellotto (2002) enquanto espécies, "o jornal não se constitui apenas de notícias. Outras "matérias" também encontram lugar em suas páginas, revelando um leque de espécies documentais (...) também passíveis de abordagem de viés diplomático que (...) poderá contribuir para a adequada identificação e definição tipológica" (p. 153-4). Quanto às possibilidades de organização da informação, acreditamos que os referidos documentos pudessem ser, quiçá, dispostos em *produção intelectual da titular*, bem como os acerca de sua vida e obras em *produção intelectual de terceiros*.

Passemos à identificação.

Espécie documental: RECORTE/CLIP

Definição:

documento não-diplomático informativo.

Seleção de artigo ou ilustração recortada da imprensa periódica, relativa a um determinado assunto ou pessoa e colecionada por assunto, nome, lugar ou data, de forma avulsa ou colada sobre folhas de papel ou cartão (BELLOTTO, 2002, p. 83-4).

Relação de tipos documentais identificados:

CL/j/01 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DO *Correio Feminino. Feira de Utilidades* (artigos de Clarice, publicados no *Correio da Manhã*, sob o pseudônimo de Helen Palmer; 52 laudas; Rio de Janeiro, 21/08/1959 a 07/10/1960)

CL/j/02 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *Diálogos Possíveis com Clarice Lispector* (*Manchete*; 71 laudas; Rio de Janeiro, s.d.)

CL/j/03 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *textos de Clarice* (para o *Jornal da Manhã*; 131 laudas; Rio de Janeiro, 19/08/1967 a 08/12/1973)

CL/j/04 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *entrevistas de Clarice* (publicadas em periódicos diversos; 89 laudas; Rio de Janeiro, 1949 a /08/1977)

- CL/j/05 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre Água Viva*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 23 laudas; s.l., 05/03/1973 a 09/11/1974)
- CL/j/06 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 23 laudas; s.l., 05/03/1969 a 25/10/1970)
- CL/j/07 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre A Cidade Sitiada*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 23 laudas; s.l., 01/09/1949 a 11/11/1971)
- CL/j/08 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre Felicidade Clandestina*
(publicadas na *Folha de São Paulo*, *A Gazeta* e *O Estado do Paraná*, por diversos autores; 4 laudas; s.l., 25/12/1971 a 06/04/1972)
- CL/j/09 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre Laços de Família*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 58 laudas; s.l., 27/03/1960 a 26/08/1972)
- CL/j/10 – RECORTE DE PUBLICAÇÃO DE *revisão sobre A Legião Estrangeira*
(publicada no *Jornal do Brasil*; 1 lauda; Rio de Janeiro, 21/10/1964)
- CL/j/11 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre O Lustre*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 22 laudas; s.l., 10/02/1946 a 11/02/1947)
- CL/j/12 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre A Maçã no Escuro*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 31 laudas; s.l., 18/11/1960 a 22/02/1975)
- CL/j/13 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre O Mistério do Coelho Pensante*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 12 laudas; s.l., 10/1967 a 07/03/1969)
- CL/j/14 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões A Mulher que Matou os Peixes*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 31 laudas; s.l., 25/10/1968 a 27/11/1971)
- CL/j/15 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre A Paixão Segundo G.H.*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 28 laudas; s.l., 1943 a 30/09/1972)
- CL/j/16 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre Perto do Coração Selvagem*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 56 laudas; s.l., 31/12/1943 a 06/02/1971)
- CL/j/17 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *revisões sobre A Via Crucis do Corpo*
(publicadas no *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, por diversos autores; 4 laudas; s.l., 28/07/1974)
- CL/j/18 – RECORTE DE PUBLICAÇÃO DE *revisão sobre A Vida Íntima de Laura*
(publicada em *A Gazeta*; 1 lauda; São Paulo, 11/12/1974)
- CL/j/19 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *artigos sobre Clarice*
(publicados em periódicos diversos, por diversos autores; 56 laudas; s.l., 19/08/1944 a 15/05/1972)
- CL/j/20 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *artigos acumulados por Clarice*
(publicados em periódicos diversos, por diversos autores; 26 laudas; s.l., 09/02/1945 a 21/05/1977)

- CL/j/21 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *nota sobre a morte de Clarice*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 24 laudas; s.l., 10/12/1977 a 23/12/1977)
- CL/j/22 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *notas sobre Clarice*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 88 laudas; s.l., 11/03/1944 a 21/12/1972)
- CL/j/23 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *notas sobre seções femininas*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 79 laudas; s.l., s.d.)
- CL/j/24 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *textos em inglês*
(coligidos por Clarice, publicados na *Vogue*, por diversos autores; 61 laudas; s.l., 01/05/1952 a 03/1959)
- CL/j/25 – RECORTES DE PUBLICAÇÃO DE *artigos sobre a vida e as obras de Clarice*
(publicadas em periódicos diversos, por diversos autores; 85 laudas; s.l., 1949 a 21/07/1980)

5.2.7 Série documentos iconográficos

No ACL, há também uma série de *documentos iconográficos*, que, apesar do processamento técnico isolado, é contemplada na organização intelectual do fundo, sendo, pois, respeitado o princípio da organicidade. Essa classe é composta por 16 quadros pintados por Clarice: *Raiva e [Reintificação]*, *Gruta*, *Explosão*, *Tentativa de Ser Alegre*, *Escuridão e Luz: Centro da Vida*, *Luta Sangrenta pela Paz*, *Ao Amanhecer*, *Pássaro da Liberdade*, *Cérebro Adormecido*, *Sem Sentido e Medo*, de 1975, e *Eu Te Pergunto Por Que e Sol da Meia-Noite*, de 1976, além de duas telas não intituladas, uma de 1975 e outra sem data (VASCONCELLOS, 1993). Em *Um Sopro de Vida*, Clarice menciona duas dessas obras: “Estou pintando um quadro com o nome de “Sem Sentido”. São coisas soltas – objetos e seres que não se dizem respeito, como borboleta e máquina de costura (LISPECTOR, 1978, p. 38 apud VASCONCELLOS, 1993, p. 14). A escritora também comenta no romance sobre “Gruta”: Fiz um quadro que saiu assim: um vigoroso cavalo com longa e vasta cabeleira loura no meio de estalactites de uma gruta” (p. 50). Sobre “Medo”, Clarice afirma: “Pintei um quadro que uma amiga me aconselhou a não olhar porque fazia mal. Concordei. Porque neste quadro que se chama medo eu conseguiria pôr pra fora de mim, quem sabe magicamente, todo o medo-pânico de um ser no mundo (...) Faz mal olhar este quadro” (p. 57).

5.3 Tipologia documental no fundo Clarice Lispector: relação sumária

QUADRO 1: RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE CORRESPONDÊNCIAS	
BILHETE DE APROVAÇÃO	1
BILHETE DE NOTIFICAÇÃO	1
CARTA DE NOTIFICAÇÃO	33
CARTA DE COMENTÁRIO	21
CARTA DE AGRADECIMENTO	6
CARTA DE PARECER	6
CARTA DE PEDIDO	6
CARTA-CONVITE	6
CARTA DE ELOGIO	5
CARTA DE ADMIRAÇÃO	4
CARTA DE ENDEREÇAMENTO	3
CARTA DE SOLICITAÇÃO	3
CARTA DE SUGESTÃO	3
CARTA DE EXPRESSÃO DE VOTOS	2
CARTA DE INTENÇÃO	2
CARTA DE INTERESSE	2
CARTA DE JUSTIFICATIVA	2
CARTA DE RESPOSTA	2
CARTA DE ACORDO	1
CARTA DE APRESENTAÇÃO	1
CARTA DE AUTORIZAÇÃO	1
CARTA DE PROPOSTA	1
CARTA DE RECOMENDAÇÃO	1
CARTÃO DE COMENTÁRIO	2
CARTÃO DE AGRADECIMENTO	1
CARTÃO DE ELOGIO	1
CARTÃO DE NOTIFICAÇÃO	1
CARTÃO DE OPINIÃO	1
CARTÃO DE PEDIDO	1
CARTÃO DE RECORDAÇÃO	1
CORRESPONDÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO	3
CORRESPONDÊNCIA DE SOLICITAÇÃO	2
CORRESPONDÊNCIA DE COMENTÁRIO	2
CORRESPONDÊNCIA DE ELOGIO	1
CORRESPONDÊNCIA DE ENDEREÇAMENTO	1
CORRESPONDÊNCIA DE PROPOSTA	1
CORRESPONDÊNCIA DE SUGESTÃO	1
TELEGRAMA DE AGRADECIMENTO	2
TELEGRAMA DE EXPRESSÃO DE VOTOS	2
TELEGRAMA DE CONVITE	1
TELEGRAMA DE ELOGIO	1
OFÍCIO DE AGRADECIMENTO	1

FONTE: elaborado pelo autor

QUADRO 2: RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE PRODUÇÃO INTELECTUAL	
MANUSCRITO (DE CRIAÇÃO) DE CONTEÚDOS LITERÁRIOS	112
MANUSCRITO (DE TRADUÇÃO) DE CONTEÚDOS LITERÁRIOS	12
MANUSCRITO (DE COMENTÁRIO) SOBRE PERSONALIDADES	8
MANUSCRITO (DE PRODUÇÃO) DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS	6
MANUSCRITO (DE TRANSCRIÇÃO) DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS	3
MANUSCRITO (DE TRANSCRIÇÃO) DE CONTEÚDOS LITERÁRIOS	1
MANUSCRITO (DE ADAPTAÇÃO) DE CONTEÚDOS LITERÁRIOS	1

FONTE: elaborado pelo autor

QUADRO 3: RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE DOCUMENTOS PESSOAIS	
ATESTADO ESCOLAR	1
ATESTADO DE AUTORIZAÇÃO	1
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO	1
CARTEIRA DE IDENTIDADE	1
CERTIDÃO DE CASAMENTO	1
CERTIDÃO DE DIVÓRCIO	1
CERTIDÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE IDADE	1
CERTIDÃO DE PRODURAÇÃO	1
CONTRATO DE ACORDO	1
CONTRATO DE EDIÇÃO	1
CURRÍCULUM <i>VITAE</i>	1
DECLARAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA	1
DIPLOMA DE CONCLUSÃO DE CURSO	1
GUIA DE EMISSÃO DE CONTRACHEQUE	1
LAUDO DE PARADIAGNÓSTICO	1
PASSAPORTE DE VIAGEM	1
PORTARIA DE NOMEAÇÃO	1
RECIBO DE PAGAMENTO DE DESPESAS PESSOAIS	1
RECIBO DE PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS	1
TÍTULO DE ELEITOR	1
TÍTULO DE NATURALIZAÇÃO	1

FONTE: elaborado pelo autor

QUADRO 4: RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE DIVERSOS	
BOLETIM INFORMATIVO	1
CARTÃO DE VISITA	1
CARTÃO POSTAL	1
CERTIDÃO DE NATURALIZAÇÃO	1
CONVITE DE EVENTO	1

CONVITE DE EXPOSIÇÃO	1
CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL	1
DIPLOMA DE PASSAGEM	1
FOLHA DE ROSTO	1
FOLHETO DE DIVULGAÇÃO	1
FOLHETO DE PROPAGANDA	1
IMPRESSO DE CUNHO LITERÁRIO	1
IMPRESSO DE CUNHO RELIGIOSO	1
LISTA DE CONTATOS	1
LISTA DE CONVIDADOS	1
LISTA DE <i>MENU</i>	1
LISTA DE PASSAGEIROS	1
MANUSCRITO (DE PRODUÇÃO) DE TEXTOS	1
NOTA DE CORRESPONDÊNCIA	1
QUADRO DE EXERCÍCIOS ESCOLARES	1
QUADRO DE ILUSTRAÇÃO	1
QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA	1
PROPOSTA DE TRABALHO	1
PROGRAMA DE TEATRO	1
RECIBO DE PAGAMENTO	1
REGISTRO DE AUTÓGRAFO	1
RELAÇÃO DE CRÍTICAS	1
RELAÇÃO DE PRÊMIOS LITERÁRIOS	1
TERMO DE AUTORIZAÇÃO	1

FONTE: elaborado pelo autor

QUADRO 5: RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE <i>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</i>	
CARTA CIRCULAR	1
CARTA DE NOTIFICAÇÃO	2
DIPLOMA DE HOMENAGEM PÓSTUMA	1

FONTE: elaborado pelo autor

QUADRO 6: RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE <i>RECORTES</i>	
RECORTE (DE PUBLICAÇÃO) DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS	25

FONTE: elaborado pelo autor

QUADRO 7: RELAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS NO ACL – SÉRIE <i>DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS</i>	
TELA PINTADA POR CLARICE LISPECTOR	16

FONTE: elaborado pelo autor

Passemos às considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao campo da CI, vislumbramos, com esta dissertação, tratar da abordagem conceitual do "documento" e da "informação", delimitando-os, especificamente, ao domínio arquivístico. Tendo em vista a natureza polissêmica desses conceitos e sua vasta significação em saberes distintos, acreditamos, pelas reflexões iniciais, ter sido basilar o recorte proposto, ao passo que, ressalvamos, a Ciência o exige. Antes de havermos adentrado às discussões entorno ao arquivo e à informação pessoais, preconizamos, de antemão, o entendimento de que, na CI, a "informação" se refere à mensagem, ao conteúdo, ao teor "transportado" em suportes, ora convencionais, ora tecnológicos. Nessa perspectiva *bucklandiana*, o "documento" diz, logo, respeito à informação concebida pelas vias do registro e sua incorporação em unidades de informação (arquivos, bibliotecas, museus e afins). Dessa forma, a "informação" da CI não pode ser analisada em dimensões abstratas; por essa razão constatamos sua fisicalidade, ainda que leve, em documentos. À CI, reiteramos, essa informação registrada e veiculada (como-coisa), uma vez organizada e representada, é passível de difusão e apropriação, de modo, pois, a transcendermos da "informação" ao "conhecimento".

Do recorte, observamos que, à Arquivologia, o documento diz respeito ao registro único, natural e orgânico, de proveniência peculiar, decorrente das medidas e ações (ou processos de trabalho) previstas e executadas, eventual e/ou rotineiramente por pessoas, ora jurídicas, ora físicas. De imediato, observamos que a produção do documento de arquivo, no contexto institucional, subsidia a administração e seus processos decisórios; no contexto pessoal, a expressão do ser humano, seus fazeres ou querer; posteriormente, esse documento, o de arquivo, passa a servir à memória, ora da entidade, ora do indivíduo. Frisamos, com esta dissertação, que, quanto ao documento de arquivo, de procedências e naturezas quaisquer, não o contemplamos, idealmente, aquém de seus devidos contextos de produção, proveniência e usos, conforme nos sugere Thomassen (2006). Por essa razão, propusemos conceber o documento de arquivo pessoal, objeto desta investigação, sob a ótica dos princípios de racionalização arquivística, os quais, além de regentes do processamento intelectual da informação em arquivos, nos permitiu, em dimensão conceitual, compreender o arquivo pessoal enquanto tal: arquivo.

Em relação à "informação arquivística", parece-nos, ainda, conflitante tratar de sua adjetivação, pelo fato de, embora recorrente e aderida nos campos de CI e Arquivologia, ter sua existência criticada por seus próprios pesquisadores.

Sintaticamente, a "informação arquivística" diz respeito, justamente, à informação registrada no documento de arquivo; em termos pragmáticos, parece-nos fazer sentido que a informação seja qualificada, ressaltamos, sobretudo, por seus contextos e usos, ou seja, a "informação gerencial" dos "arquivos empresariais", e a "informação pessoal" dos "arquivos pessoais". Para além da problemática terminológica, importa-nos reconhecer que a informação na Arquivologia seja, via de regra, observada em seus documentos, adquirindo, por conseguinte, suas características, em termos de proveniência e organicidade. Por essa razão, acreditamos ter sido pertinente, neste e a este trabalho, denominar a "informação de arquivo" como "informação orgânica" e "informação contextual". Portanto, a "informação pessoal", com a qual lidamos, não é aquela (ainda) está presente no sentimento ou no pensamento do indivíduo; antes, em seus registros particulares, *conscriptio* do sentir e pensar.

Adentrando aos aspectos mais pontuais desta pesquisa, seu objeto e objetivos, recortados à dimensão teórica e metodológica da Arquivologia, bem como de seus processos, herdados da CI, vislumbramos reportar, sob uma presumível ótica terminológica e funcional, os limiares que fizeram com que os arquivos pessoais fossem, inclusive, incompreendidos como conjuntos de documentos orgânicos e naturais, de modo que seu tratamento intelectual, em termos de organização e representação, se desse a partir de preceitos, princípios e métodos desalinhados à abordagem da racionalização arquivística proposta. Dentre os limiares, constatamos o "chamar pelo nome" do documento de arquivo pessoal: na tradição, sua referência, e, por conseguinte, seu arranjo e descrição, ocorreram pela mera observação de seu conceito geral e superordenado, isto é, pela espécie documental, o que nos conduz, pois, à percepção da formalidade, da qual os registros particulares são, comum ou facultativamente, desprovidos. De imediato, o impacto dessa referência genérica, além do ofuscamento de contextos, foram medidas de organização e representação da informação pessoal semanticamente menos definidas, em relação ao tratamento da informação nos demais segmentos de arquivo.

Com vistas à (re)contextualização, propusemos, pois, a análise e a referência do documento de arquivo pessoal pela metodologia da Diplomática Contemporânea, por meio da qual torna-se possível (e conveniente), conforme expusemos, a observação de seu conceito específico e subordinado, ou seja, o tipo documental, que é o "elo" da forma e da atividade previstas no documento, cuja identificação, além de viabilizar a reassunção da gênese, parece-nos atenuar os limiares, especialmente os de terminologia e funcionalidade, previamente evidenciados. Outrossim, aos documentos de arquivo de

arquivo pessoal, uma vez "chamados pelo nome", emergem perspectivas entorno à organização e à representação de sua informação, de modo que modelos menos sintáticos, em termos de arranjo e descrição, sejam (re)considerados. Nesta investigação, denominamos, pois, o processo de reconhecimento de tipologia documental, em arquivos pessoais, como "percurso diplomático", cujo realizar visa, além de conferir identidade ao registro, (re)contextualizá-lo em detrimento da proveniência e sua produção documental, e caracterizá-lo, ainda que arranjado em classes paradoxais.

Do estudo de tipologia documental, práxis da metodologia norteadora desta dissertação, almejamos aguçar o "percurso" de busca pelas conjunturas da informação em arquivos pessoais através das considerações (e reconsiderações) acerca da Identificação Arquivística, metodologia ibérica, ancorada na Diplomática Contemporânea, dedicada, justamente, à contextualização, ao reconhecimento e à delimitação do conceito de "documento" na dimensão dos arquivos em razão/função de sua proveniência. Ao contexto dos fundos particulares, (re)consideramos a aplicabilidade dessa metodologia, inicialmente, pelo levantamento histórico e documental, via consulta às fontes, ou seja, a primeira fase da identificação em arquivos pessoais deve contemplar o estudo biográfico (e, eventualmente, bibliográfico) do titular, tal como o seria, por exemplo, o estudo histórico e institucional em arquivos empresariais. A segunda, por sua vez, refere-se ao levantamento, em parâmetro tipológico, dos documentos produzidos, recebidos e/ou acumulados pelo indivíduo no decorrer de sua vida (pública e/ou privada) e carreira (acadêmica e/ou profissional). Para tanto, recorreremos, além da consulta ao basilar referencial de Mendo Carmona (2004), às fórmulas de Bellotto (2004), para a identificação dos tipos documentais, e de Rodrigues (2008), para a identificação (e caracterização) de séries.

Reiteramos a relevância dos resultados obtidos com a experiência de identificação de tipologia documental no arquivo de Clarice Lispector, custodiado no AMLB, pois, apesar de privado, seu interesse é público: por refletir, ainda que parcialmente, o "percurso" da modernista, no que tange à vida, carreira e obras, a relação de tipos documentais reportada neste trabalho permitirá que pesquisadores (e leitores) acessem, de modo mais dinâmico, dado o esclarecimento terminológico e funcional, o documento *clariceano*, devidamente "chamado pelo nome". Eis um, dentre os objetivos desta dissertação, alinhado à razão de ser da CI e suas subáreas: democratizar e viabilizar o acesso à informação (neste caso, registrada, orgânica e pessoal). O leitor de cartas em busca, a título de exemplo, de opinião ou elogio, registrados por Clarice, deverá localizá-

las, esperamos, de forma assertiva, haja vista que, conforme identificamos, "carta de opinião" e "carta de elogio" são, no ACL, registros unitários. Ademais, embora não tenhamos, neste momento, o propósito de rearranjar o Arquivo, pudemos, ao longo do percurso, prospectar indícios e novas projeções à (re)organização da informação pessoal, pautados, ressaltamos, em sua devida contextualização: “*clippings*” em *produção intelectual* (ao invés de *recortes*), “cartão de visita”, “lista de contatos” e “diploma de homenagem” em *documentos pessoais* (ao invés de *diversos e complementares* respectivamente), etc.

Reiteramos: a racionalização arquivística e a identificação de tipologia documental, recortadas neste trabalho ao conjunto de Clarice, são essenciais à revisão e às perspectivas de refinamento dos modelos de organização e representação da informação pessoal. É, portanto, relevante (e necessário) o aprofundamento dos temas "arquivo pessoal" e "informação pessoal" na pesquisa em CI e Arquivologia, e na apropriação de seus princípios e métodos, próprios e adjacentes, tais como os decorrentes da Diplomática Contemporânea e da Identificação Arquivística.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.20, n.3, p. 95-105, set./dez. 2010.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÉRES, P. Arquivar a Própria Vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BARRETO, A. de A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BARRETO, A. de A. A transferência da informação para o conhecimento. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **O campo da ciência da informação**. Paraíba: UFPA, 2002.

BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. L. B. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, v. 5, n. 1, p. 66-84, 2011.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes**. Tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BELLOTTO, H. L. Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-207, 1998.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística**: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo Arquivo do Estado, 2002.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes**: Tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BELLOTTO, H. L. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de Diplomática e de Paleografia**. 3. ed. rev. amp. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

BORKO, H. Information science: what is this? **American Documentation**, [S.l.], v. 19, 3-5, 1968.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.42, n.5, p.351-360, 1991.

CALDERON, W. R. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CALDERON, W. R.; et. al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.97-104, set./dez. 2004.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, n. 1, p. 26-39, 2009.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e Circunstância: a abordagem dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso.** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, A. M. de A. Sobre espécies e tipos documentais. In: **Dar nome aos documentos.** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

CAMPELLO, L. O. S. Abordagem funcional de arquivos pessoais: reflexões a partir do Arquivo Epifânio Dória. **Resgate**, Campinas, v. 24, n. 2 [32], p. 65-90, jul./dez. 2016.

CAMPOS, F. G. Tipologia documental em arquivos pessoais: entre a Arquivística e a Diplomática. In: GARCÍA, N; SILVA, M. C. S. de M. e (Orgs). **Archivos personales: experiencias de organización y gestión.** Córdoba: Redes, 2017.

CAPURRO, R. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, [S.l.], v. 37, p. 343-411, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/6690>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

CAVALHEIRO, M. U. Os limiões do arquivo pessoal na Arquivologia: da Diplomática Clássica à Identificação Arquivística. **Páginas Arquivos & Bibliotecas**, Lisboa, v. 1, n. 7, p. 134-146, ago./dez. 2017.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-175, jan./jun. 1998.

CORRÊA, J. A. B.; MUNIZ, F. Elementos de estilo na literatura infantil de Clarice Lispector. In: **Anais do VII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Americano de Pós-Graduação**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2004. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/epg/pdf/EPG8-4.pdf>. Acesso em 10 fev. 2019.

COUTURE, C. Le concept de document d'archives à l'aube du troisième millénaire. **Archives**, v. 27, n. 4, p. 3-18, 1996.

CRUZ MUNDET, J. R. **Diccionario de Archivística**. Madrid: Alianza, 2011.

DELLATRE, P. Investigações interdisciplinares: objetivos e dificuldades. In: POMBO, O.; GUIMARAES, H.M.; LEVY, T. **Interdisciplinaridade**: Antologia. Porto: Campo das Letras, 2006.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?**: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr.1982/ago.1986.

DUCROT, A. A classificação dos arquivos privados e familiares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.

DURANTI, L. **Ciencia Archivística**. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba, 1995.

DURANTI, L. **Diplomatica**: nuevos usos para una antigua ciencia. Trad. VAZQUEZ, Manuel de. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1996.

DURANTI, L. Diplomática: Novos usos para uma antiga ciência (Parte V). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. (Org.). **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p.19-34.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOTLIB, N. B. **Clarice**: uma vida que se conta. São Paulo: Ática, 1995.

GUIMARÃES, J. A. C. Entrevista. **InCID**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 182-186, jan./jun. 2013.

HEREDIA-HERRERA, A. **Achivística General**: Teoría y Práctica. Sevilla: Diputación Provincial, 1993.

HEREDIA-HERRERA, A. En torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. ½, jul./dez. 2007.

HOBBS, C. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, v. 52, p. 126-135, 2001.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. London, Edinburgh, New York, Toronto, Melbourne and Bombay: Oxford at the Clarendon Press, 1922.

KHINCHIN, A. **Mathematical Foundations of Information Theory**. Nova York: Dover, 1957.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **TransInformação**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 7-21, set./dez. 2003.

LARA, M. L. G. de. Linguagem documentária e terminologia. **TransInformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004.

LARA, M. L. G. de. **Elementos de terminologia**. (Apostila para uso didático). São Paulo: ECA/USP, 2005.

LIMA, V. M. A. **Terminologia, comunicação e representação documentária**. 1998. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Comunicações e Artes – USP, 1998.

- LISPECTOR, C. **Correspondências**. Rio de Janeiro: Rocco 2002.
- LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2000.
- LOPEZ, A. P. A. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, n. 15, p. 69-82, jul./dez. 2003.
- LÓPEZ GÓMEZ, P. Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información**, v. 5, n. 22-23, p. 37-43, 1998. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/5068/1/1998-22-37.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.
- LÓPEZ YEPES, J. Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información: un nuevo profesional del documento? **Scire**, v. 3, n. 1, p.11-29, 1997.
- MALHEIRO, A. **A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.
- MALHEIRO, A.; RIBEIRO, F. **Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002.
- MENDO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método en archivística. **Documenta & Instrumenta**. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. 1, p. 35- 46, 2004. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/document/htm/default.htm>>. Acesso em 21 set. 2018.
- MORENO, N. A. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.13-21, jan./abr. 2007.
- MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- NUÑEZ CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: **Archivística: estudios básicos**. Sevilla: Diputación Provincial, 1981.
- OLIVEIRA, M. S. da. **O Resgate social na obra de Clarice Lispector**. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2007.
- OLIVEIRA, L. M. V. de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2010.
- OLIVEIRA, L. M. V. de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, L. M. V. de.; MACÊDO, P. L. P.; SOBRAL, C. C. de. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 4, p. 1-13, mar. 2017.

OTLET, P. **Traité de documentatation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editions Mundaneum, 1934.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, M. de A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002. p. 61-86.

QUEIROZ, D. G. de C.; MOURA, A. M. M. de. Ciência da informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, ago/dez. 2015.

RABELLO, R. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 331f. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UNESP/Marília, 2009.

RABELLO, R. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.152-184 out./dez. 2013.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 2008.

RODRIGUES, A. C. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. In: **XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. A Responsabilidade Social da Ciência da Informação. João Pessoa: Idea, 2009.

RODRIGUES, A. C. Identificação: uma nova função arquivística? **Revista EDICIC**, v.1, n.4, p.109-129, oct./dic. 2011.

RODRIGUEZ, S. M. T. **O Juízo de Órfãos de São Paulo**: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX). 2010. 283 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2010.

RODRIGUEZ, S. M. T. Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental. **Scire**, Zaragoza, v. 17, n. 1, p. 55-64, jan./jun. 2011.

ROMÃO, L. M. S. Clarice Lispector: imagem, vida e obra. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 64, dez./2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300022>. Acesso em: 04 jan. 2019.

- ROMERO TALLAFIGO, M. **Documento de archivo y archivo de gestión:** Diplomática de ahora mismo. Carmona: Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994.
- ROUSSEAU, J; COUTURE, C. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SILVA, M. C. M. e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.18, n.3, p.160-174, jul./set. 2013.
- SILVA, E. F. da. **Entre achados e perdidos:** O arquivo pessoal de Clarice Lispector. 2017. 181 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2017.
- SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1-2, p. 81-85, 1993.
- SMIT, J. W. ARQUIVOLOGIA/BIBLIOTECONOMIA: INTERFACES DAS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n.1, jun./dez. 2003.
- SMIT, J. W. A informação na ciência da informação. **InCID**, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20536>>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- SMIT, J. W.; BARRETO, A. de A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M. L. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. Cap.1. p. 9-23.
- THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16. jan./jun. 2006.
- THOMASSEN, T. Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012
- TRANCOSO, M. C. D.; SILVA, M. C. S. de M. e. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. **Arquivo & Administração**, v. 12, n. 2, p. A03, 2013.

VASCONCELLOS, E. **Inventário do Arquivo Clarice Lispector**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1993.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **Information Scientist**, [S.l.], v.9, n. 4, p. 127-140, Dec. 1975.